

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edy Pollo Santos Hassegawa Moscoso

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE COOPERATIVAS DE CRÉDITOS NO
DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO)**

Taubaté – SP
2023

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edy Pollo Santos Hassegawa Moscoso

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE COOPERATIVAS DE CRÉDITOS NO
DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra. Márcia Regina de Oliveira.

Taubaté – SP

2023

SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU

M896a Moscoso, Edy Pollo Santos Hassegawa
Análise das contribuições de cooperativas de créditos no desenvolvimento do município de JI-Paraná (RO). / Edy Pollo Santos Hassegawa Moscoso - 2023.
211 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, Taubaté, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira - Departamento de Pesquisa e Pós-graduação.

1. Planejamento regional. 2. Cooperativismo. 3. Desenvolvimento econômico. I. Título.

Edy Pollo Santos Hasegawa Moscoso

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE COOPERATIVAS DE CRÉDITOS NO
DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Aparecida A. Querido Oliveira- Orientador Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Márcia Regina de Oliveira - Coorientadora Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Moacir José dos Santos Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Elton Domingues Rivas Faculdade Anhanguera de Jacareí

Assinatura _____

Dedico esse trabalho à minha família e a todos que me apoiaram até o fim dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as cooperativas de créditos pelas informações fornecidas e apoio a elaboração desta pesquisa.

Agradeço também a CAPES pelo fornecimento da bolsa de estudos, ao Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional, aos meus orientadores, Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira e Profa. Dra. Márcia Regina de Oliveira pelo apoio e ensinamentos.

RESUMO

As cooperativas de créditos são instrumentos para o desenvolvimento local mediante suas atividades institucionais sociais e econômicas, assim como a contribuição na geração e repartição de renda. Gerando empregos locais e possuindo características diferentes de outras organizações civis, pois as cooperativas de créditos conseguem fomentar o social e o econômico, conforme seus princípios estabelecidos nos estatutos e focados em seu cooperado. Nesse contexto, analisam-se as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de créditos no desenvolvimento do município de Ji-Paraná (RO). A pesquisa de acordo com os objetivos propostos é exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. E quanto à natureza é uma pesquisa aplicada, em relação aos procedimentos adotados é um estudo de caso múltiplo, sendo analisados os documentos de balanço patrimonial, a demonstração das origens, a demonstração do resultado do exercício por unidade de negócio e aplicações de recursos e do valor adicionado e as notas explicativas as demonstrações contábeis levantadas no período do ano 2021. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, esse estudo buscou analisar as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de crédito no desenvolvimento local do município de Ji-Paraná (RO). E as três cooperativas existente: SICOOB, CRESOL e CREDISIS com sedes no município de Ji-Paraná foram fontes de coleta de dados documental para esse estudo, e ao final do estudo constatou-se que as cooperativas incentivam o desenvolvimento local com impactos econômicos gerais voltados para questões da agricultura, comércio local e social com programas cooperativistas de educação financeira, inclusão financeira e social e apoios aos projetos da comunidade, alinhando aos interesses comuns dos associados, assim como abrangendo o acesso a linhas de créditos, melhorando seus produtos e automaticamente sua produtividade, promovendo o desenvolvimento da região, distribuindo sobras para os cooperados e melhorando a economia local. Portanto, a partir do estudo, pode-se destacar a relevância dessas organizações financeiras para a disponibilidade ao acesso de recursos perante a sociedade local, e como importante instrumento do desenvolvimento local.

Palavras-chave: planejamento; desenvolvimento regional; cooperativa de crédito; desenvolvimento local; cooperativismo.

ABSTRACT

Credit cooperatives are instruments for local development through their social and economic institutional activities, as well as their contribution to the generation and distribution of income. Generating local jobs and having different characteristics from other civil organizations, as credit cooperatives are able to promote social and economic aspects, in accordance with their principles established in the statutes and focused on their members. In this context, the social and economic contributions of credit cooperatives to the development of the municipality of Ji-Paraná (RO) are analyzed. The research in accordance with the proposed objectives is exploratory and descriptive with a qualitative approach. And as for the nature, it is an applied research, in relation to the procedures adopted, it is a multiple case study, analyzing the balance sheet documents, the statement of origins, the statement of income for the year by business unit and applications of resources and the added value and the explanatory notes to the financial statements raised in the period of the year 2021. Through bibliographic and documentary research, this study sought to analyze the social and economic contributions of credit cooperatives in the local development of the municipality of Ji-Paraná (RO). And the three existing cooperatives: SICOOB, CRESOL and CREDISIS with headquarters in the municipality of Ji-Paraná were sources of documentary data collection for this study, and at the end of the study it was found that cooperatives encourage local development with general economic impacts aimed at for issues of agriculture, local and social commerce with cooperative programs of financial education, financial and social inclusion and support for community projects, aligning with the common interests of members, as well as covering access to lines of credit, improving their products and automatically their productivity, promoting the development of the region, distributing surpluses to cooperative members and improving the local economy. Therefore, from the study, the relevance of these financial organizations for the availability of access to resources for local society can be highlighted, and as an important instrument for local development.

Keywords: planning; regional development; credit cooperative; local development; cooperativism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organização da pesquisa de dissertação.	555
Figura 2 - Localização geográfica do município de Ji-Paraná (RO).	566
Figura 3 - Vista área do Rio Machado.	566
Figura 4 - Fluxograma com delineamento da pesquisa.	599
Figura 5 - Foto área do município de Ji-Paraná (RO).	6262
Figura 6 - Estação Telegráfica de Ji-Paraná (RO).	63
Figura 7 - Evolução do crescimento demográfico de Ji-Paraná (RO).	644
Figura 8 - Organograma das responsabilidades e ações setoriais.	677
Figura 9 - Evolução do IDHM de Ji-Paraná (RO).	71
Figura 10- Ranking estadual de população ocupada.	755
Figura 11- Sede da cooperativa CREDISISJICRED.	902
Figura 12- Sede da cooperativa SICOOB CENTRO.	907
Figura 13- Projetos que receberam o Selo Instituto SICOOB.	90
Figura 14- Sede da Cooperativa CRESOL AMAZÔNIA.	9093

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fundadores da cooperativa Sociedade dos Probos de Rochdale.....	255
Quadro 2 - Evolução dos princípios cooperativistas conforme a Aliança Cooperativista Internacional – ACI.....	277
Quadro 3 - Comparativo entre sociedade cooperativa, mercantil e associação.....	300
Quadro 4 - Panorama do cooperativismo de Crédito brasileiro.....	344
Quadro 5 - Comparativo de associados por pessoa.	38
Quadro 6 - Dimensões da sustentabilidade	488
Quadro 7 - Índices dos municípios classificados por percentual de pobreza extrema no Estado de Rondônia.....	766
Quadro 8 - Perfil dos produtores rurais	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Comparativo do cooperativismo por ramos.	33
Gráfico 2 - Comparativo das cooperativas de crédito rondoniense perante a região norte.	36
Gráfico 3 - Comparativo de cooperados rondoniense perante a região norte.	36
Gráfico 4 - Evolução dos recursos financeiros destinados ao segmento familiar (em bilhões de reais).	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativos do ramo crédito em cooperativas, cooperados e empregados por região.....	35
Tabela 2 - Indicadores financeiros do cooperativismo de crédito.....	37
Tabela 3 - Índices IDHM no Brasil, Rondônia e Ji-Paraná (RO).....	71
Tabela 4 - IDHM Municipal e seus componentes – Ji-Paraná (RO)	72
Tabela 5 - Ranking IDHM do estado de Rondônia	73
Tabela 6 - Evolução da população do município de Ji-Paraná (RO).....	74
Tabela 7 - Comparativo de emprego formal.....	744
Tabela 8 - Renda, Pobreza e Desigualdade.....	755
Tabela 9 - Índice de longevidade, mortalidade e fecundidade.	777

LISTAS DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BACEN	Banco Central
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balanço Patrimonial
CLT	Constituição de Leis Trabalhistas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CREDISIS	Central de Cooperativas de Crédito Ltda.
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FATES	Fundos para assistência técnica, educacional e social
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM – E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educacional
IDHM – L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de
IDHM – R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renda
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
JICRED	Cooperativa de Crédito de Ji-Paraná
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
OCB	Organizações das Cooperativas Brasileiras
ODS	Objetivo de desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SCC	Sistema Cooperativo de Crédito

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil
SNCC	Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA	20
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	20
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	20
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	21
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	21
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	23
2 REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	24
2.1.1 AGENTES ECONÔMICO E SOCIAL DO COOPERATIVISMO	39
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	40
2.2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL.....	43
2.3 AS COOPERATIVAS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO	47
3 METODOLOGIA.....	52
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	52
3.2 OBJETO DE ESTUDO	54
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	57
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	60
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO)	60
4.1.1 CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ	62
4.1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO)	65
4.2 ANÁLISES DOS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO).....	68

4.3 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	78
4.4 BREVE ANÁLISE DA CREDISISJICRED	81
4.5 BREVE ANÁLISE SICOOB CENTRO	86
4.5.1 O SELO INSTITUTO SICOOB - RECONHECENDO OS PROJETOS DAS COOPERATIVAS.....	89
4.6 BREVE ANÁLISE CRESOL AMAZÔNIA.....	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	100
LEITURAS COMPLEMENTARES.....	109
ANEXO A – RELATÓRIOS ADMINISTRATIVOS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2021	110

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um empreendimento coletivo de cunho social e econômico, baseado na participação dos membros associados, referente as suas respectivas cooperativas, que se unem de forma voluntária, com intuito de satisfazer suas necessidades econômicas e sociais.

As cooperativas do ramo crédito ou financeiras demonstram crescimento no Brasil em ativos, carteiras de créditos e depósitos, nestes últimos 10 anos, assim como uma expansão de unidades estruturais para atendimentos em regiões de grande concentração populacional, como também, de menor concentração, para favorecer o processo de inclusão financeira nas comunidades menos favorecidas (MEINEN; PORT, 2014).

Seu potencial de inserção em nichos mercadológicos, somado com sua capacidade de entrega de produtos e serviços financeiros em regiões remotas, contribui para a promoção do desenvolvimento local, mediante a acessibilidade aos produtos financeiros e principalmente as linhas de créditos rurais para comunidade com difícil acesso ao crédito (MEINEN; PORT, 2014).

No ano de 2021, pode-se contar com mais de 57 mil cooperativas financeiras estruturadas em mais de 103 países, agregando 210 milhões de membros associados a uma cooperativa (OCB, 2022).

Já no Brasil, com dados de 2022, esse número chega em 799 cooperativas singulares, com 62 cooperativas centrais e quatro confederações, além de possuir dois bancos cooperativos e passando de 15,6 milhões de cooperados vinculados ao cooperativismo de crédito (BRASIL, 2023).

No Brasil, o Sistema Cooperativo de Crédito (SCC), mesmo com seu crescimento, demonstrou uma posição de minoria dentro de todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo que em julho de 2023, seu aumento foi de 28,6% no último ano, enquanto a expansão de ativos das organizações financeiras restantes do SFN foi de percentual 11% (BRASIL, 2023).

Por serem instituições financeiras, as cooperativas do ramo crédito no Brasil não se enquadram na denominação banco e caracterizam-se como sociedades de pessoas, constituindo a forma e natureza jurídica própria, não sujeita falência, constituídas para prestação de serviços e qualidade da vida de seus associados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

A lei federal n.º 5.764/71, no artigo 4º constituída em 16 de dezembro de 1971, mostra a definição das cooperativas brasileiras, sendo: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...]” (BRASIL, 1971).

Elas passaram a tornar-se modelo das boas práticas em determinados aspectos organizacionais de gestão, estrutura de governança financeira e compartilhamento de riquezas (MEINEN; PORT, 2014).

Suas ações institucionais buscam pelo papel da construção socioeconômica, para fomentar a distribuição de renda, a geração de empregos, inclusão financeira, qualidade de vida para seus associados e auxílio no desenvolvimento local (MEINEN; PORT, 2014).

Conforme Silva e Zen (2017), as cooperativas são instrumentos no auxílio do desenvolvimento socioeconômico da comunidade onde atuam para manter os pilares da sustentabilidade com seus membros e sociedade local, principalmente pela evidente semelhança entre os objetivos do cooperativismo e os da República, ressaltando a integração social com a ênfase de valores, como solidariedade e justiça social.

O cooperativismo possibilita vantagens sociais e econômicas, sendo essas conhecidas pela capacidade de propagar normas de cooperação consciente e voluntária, com processo de humanizar o sistema econômico envolto a cooperativa, que se propagou em consequência da preservação dos valores de autonomia, liberdade individual e dignidade pessoal dos cooperados, sem, contudo, afetar a união dos esforços e o trabalho comum entre seus membros cooperados; auxiliando na formação do ser humano pelo desenvolvimento (PARÉ, 2010).

As cooperativas de créditos desempenham funções consideráveis no papel de desenvolvimento socioeconômico, mediante a inserção financeira e social de classes populacionais com baixa renda, onde a presença de agências bancárias convencionais é inexistente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Ao abordar sobre o conceito de desenvolvimento territorial, regional e local permite-se entender sobre o processo de transformação no âmbito estrutural acometido por uma comunidade preparada territorialmente, alicerçada na potencialidade de recursos e ativos específicos e genéricos, com intuito da

dinamização socioeconômica e pela melhoria da qualidade de vida de sua sociedade (DALABRIDA, 2011).

Pode-se analisar o desenvolvimento, correlacionando as dimensões territoriais e econômicas, assim como identidades, cultura e aspectos políticos, questionando o conceito de desenvolvimento mediante ao crescimento apenas econômico, visto que os resultados iniciaram por impactar categoricamente na sociedade (FREITAS; AMODEO; SILVA, 2012).

O avanço no conceito de desenvolvimento local destaca o papel do Estado a uma revisão, com intuito de mostrar o desenvolvimento invertido, ou seja, o foco é a base ou local, pois esse movimento de inversão é fornecido pela passagem de um Estado de bem-estar social para um Estado mínimo, surgindo à necessidade do desenvolvimento preconizada para o local (FIÚZA, 2005).

As transformações do desenvolvimento transcorrem na comunidade local, transpassando pelo processo de mudanças endógenas nos aspectos socioeconômicos, e promove uma melhora de vida perante um determinado grupo, no qual a cooperativa de crédito está presente (SOUZA, 2008).

Para Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009), o planejamento estruturado e sistêmico está inerente ao desenvolvimento, o qual o torna indispensável à participação ativa de atores sociais, com suas capacidades de cooperar, associar-se e interagir.

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) apresenta-se como uma alternativa de soluções para adversidades atuais nos cenários pandêmicos mundiais, e ocasiona incertezas nas organizações e no cotidiano dos indivíduos (MARCELINO; SOUZA, 2020).

Mesmo diante das incertezas mundiais pandêmicas, as cooperativas de crédito continuaram a ofertar soluções em produtos e serviços financeiros para seus cooperados, no ano de 2020 lideraram as concessões de empréstimos a pequenos negócios, e responsabiliza-se por 31% do total do país, seguidas de bancos convencionais privados de 12% e bancos públicos de 9% (OCB, 2020).

Neste contexto, Falkembach, Wittmann e Boff (2023) afirma que as cooperativas do ramo crédito promovem e auxiliam o desenvolvimento local na sociedade em que estão introduzidas, conectadas aos programas sociais, como cursos de capacitação, treinamentos e qualificações para funcionários e/ou cooperados, e conduz a aplicabilidade do quinto princípio do cooperativismo.

Outro fator são as capacitações e treinamentos, pois são abertas à comunidade local, familiares, alunos de escolas e faculdades, concebe conhecimento e soma valor aos trabalhadores e comunidade em geral para promover recursos de conhecimentos cognitivos sobre determinadas áreas (SICOOB, 2019).

Para atender as mais diversas pluralidades do mercado, as cooperativas agem em mais diversos ramos, atualmente 07 (sete), criando soluções assertivas para enfrentar certos desafios de sua localidade e do país, como: desempregos e segurança alimentar; saúde; crédito e educação. Na ocasião que a cooperativa aumenta os números de membros cooperados, ela favorece a geração e distribuição de renda (LIMA; OLIVEIRA; COLOMBELLI, 2018).

Para Freitas, Amodeo e Silva (2012), o processo de desenvolvimento local, além de uma evidente transformação econômica, também gera uma transformação social, e ambos em situações locais, os quais podem resultar em uma sinergia com a comunidade local, sindicatos e cooperativas de créditos.

Deste modo, acentua-se perante a importância da pesquisa, na análise do cooperativismo de crédito como práticas de mudanças sociais e progresso do ambiente local, contudo ressalta-se a reflexão, que o cooperativismo de crédito se posiciona como organização econômica e como instrumento para impactos sociais na localidade inserida (OCB, 2022).

O crédito financeiro como um todo no Brasil, intrinsecamente é uma ferramenta de auxílio no processo de desenvolvimento local utilizado para o crescimento econômico, e dentre as organizações atuais para intermediações financeiras que possibilitam esse fomento estão às cooperativas de créditos (MEINEN; PORT, 2014).

Espera-se que este estudo traga novos olhares para as influências das cooperativas de crédito no desenvolvimento local, considerando sua atuação e capacidade econômico-financeira mediante aos seus relatórios e ações empresariais, dados relacionados à sua ação empreendedora.

Esta pesquisa partiu de bases bibliográficas, assim como documental, empregando-se de fontes secundárias perante o processo de organização de dados que serviram como pilar para análises realizadas e descritas na discussão.

1.1 PROBLEMA

As cooperativas de crédito no Brasil, com condições mais apropriadas aos seus associados, garantem em seu quadro social um atendimento personalizado e com alta qualidade, para efetivação de um papel estratégico na inclusão e educação financeira com mais de 13,9 milhões de cooperados em todo o país (OCB, 2022).

Segundo o anuário de 2022 das Organizações das Cooperativas do Brasil – OCB Nacional, as cooperativas de créditos no estado de Rondônia, têm promovido à inclusão financeira e o desenvolvimento local, sendo que em 2021, o estado de Rondônia foi responsável por 544.513 cooperados, gerando 2.982 empregos diretos (OCB, 2022).

No estado de Rondônia, pode-se contar com 17 sedes de cooperativas de créditos, 02 centrais de federação e suas unidades de atendimento, elevando o número para mais de 52 pontos de atendimentos aos cooperados (OCB, 2022). No interior do estado de Rondônia, encontra-se o município de Ji-Paraná localizado na região central do estado, sendo o principal município de arrecadação do interior, com maior PIB e quantidade de população (IBGE, 2020).

Neste município encontra-se a sede de três cooperativas existente: SICOOB CENTRO, CRESOL AMAZÔNIA e CREDISIS JICRED. As cooperativas de créditos desempenham suas atividades financeiras com foco no atendimento personalizado de seus cooperados, ao fornecer soluções financeiras com intuito de gerar desenvolvimento aos seus associados e de seus empreendimentos locais e abranger a comunidade local. Assim, a referente pesquisa, tem o propósito de responder à seguinte questão: **Quais as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de créditos no desenvolvimento local do município de Ji-Paraná (RO)?**

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de crédito no desenvolvimento local do município de Ji-Paraná (RO).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar como as cooperativas de créditos com sede no município em Ji-Paraná (RO) contribuem socialmente para geração de emprego e na sustentabilidade do desenvolvimento do município;
- Descrever as contribuições das cooperativas de créditos que estimulem o desenvolvimento local a partir das atividades sociais e econômicas.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O referido estudo possui em seu escopo às três cooperativas de créditos específicas, sendo as únicas com as sedes na cidade de Ji-Paraná (RO), CRESOL AMAZÔNIA, SICOOB CENTRO e CREDISIS JICRED (OCB, 2022).

A presente dissertação aborda os relatórios contábeis das cooperativas de créditos ji-paranaense no período do ano de 2021, adquiridas pelo Departamento Contábil das Cooperativas de Créditos com sedes localizadas no município de Ji-Paraná (RO).

A perspectiva da realização desta aplicação de estudo em torno das reflexões teóricas abordadas é demonstrar as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de crédito no desenvolvimento local, considerando sua atuação e capacidade econômica financeira mediante aos seus relatórios e ações empresariais, assim como suas capacidades de ações sociais na comunidade mediante aos relatórios e programas documentados nas cooperativas, pois é possível mensurar dados relacionados à sua ação empreendedora.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A pesquisa sobre o presente estudo justifica-se por ser tratar de um tema relevante, visto a notoriedade do crescimento e desenvolvimento das cooperativas financeiras no país e seu papel como instrumento para desenvolvimento local nos municípios em que operam.

Com o quantitativo de 35 cooperativas de créditos na região Norte, 17 delas estão localizadas no estado de Rondônia, obtendo 48,59% desse quantitativo, onde aponta uma maior concentração das sedes das cooperativas de crédito no estado de

Rondônia, comparado a região Norte (OCB, 2022). Propõe-se um estudo na busca de informações acerca da relevância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento local.

Segundo Duarte *et al.* (2016), devido aos princípios e particularidades de funcionamento e gestão das cooperativas, que estão espalhadas em diversos países, contribuem como um instrumento de desenvolvimento social e ainda se mantêm competitivas, de forma a manter a continuidade no mercado.

Importante ressaltar que as cooperativas de crédito estão profundamente ligadas ao desenvolvimento local mediante seus princípios e valores aplicados na organização. As cooperativas se comprometem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, imbuído em suas práticas e demonstrativos de resultados sociais e econômicos.

No contexto da evolução desse modelo, as cooperativas de créditos demonstram que foram gestadas mediante a um olhar alinhado e conectado à sustentabilidade de suas ações e beneficiando seus membros cooperados perante um impacto significativo nos setores que atuam. Com as discussões sobre a agenda 2030 dos 17 ODS. Os objetivos tornaram-se guias, e pode consolidar suas ações e contribuir para o alcance de uma nova agenda integrada e sustentável (OCB, 2021).

Para uma melhor compreensão dos pontos relacionados na realização dessa dissertação foi relevante conhecer as atividades cooperativistas desenvolvidas pelas cooperativas de créditos e identificar sua contribuição no desenvolvimento social e econômico, assim como ambiental e tecnológico.

A presente pesquisa pretende promover a colaboração de forma analítica, sobre as atividades que contribuam no desenvolvimento mediante a geração de emprego e renda, bem como as ações sociais e econômicas geradas pelas atividades das cooperativas de créditos para o desenvolvimento local. Uma vez que a atividade do Estado no processo de desenvolvimento de Rondônia, com políticas públicas e transformação na estrutura produtiva, obtém atenção no estudo do processo de transformação da economia de Rondônia.

Deve-se ressaltar que as cooperativas de créditos, em busca da competitividade e eficiência pelos resultados financeiros, possuem práticas exigidas pelo Banco Central do Brasil, e não apenas na sustentabilidade, nos processos e atividades de *compliance*, planejamento estratégico, ferramenta de tecnologia e entre outros (MEINEN; PORT, 2014). As cooperativas de crédito se apresentam com

relevância perante a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos financeiros, assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolvem (BCB, 2021).

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Essa dissertação divide-se em cinco seções, incluindo está de introdução da pesquisa. Na segunda seção é apresentada a fundamentação teórica que trata sobre os fundamentos e percursores do cooperativismo de crédito e os agentes econômicos e sociais do cooperativismo, assim como as abordagens de desenvolvimento local e as cooperativas como instrumento de desenvolvimento construindo a fundamentação da literatura perante o objeto de pesquisa.

A terceira seção da pesquisa traz a metodologia empregada para a consecução dela, seguindo o esquema de métodos de pesquisa; caracterização da pesquisa, objeto da pesquisa e procedimentos para coleta e análise de dados. Já a quarta seção do texto, revela os resultados com suas análises e a discussão da pesquisa, seguido para quinta seção das considerações finais. A seguir dar-se-á literatura do estudo, para possibilitar a base da bibliografia do cooperativismo e do desenvolvimento local.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O fundamento teórico desta dissertação, para formação conceitual, que gera o suporte para a realização deste estudo, aportam fundamentos do desenvolvimento, econômico e sustentável, bem como as funções das cooperativas no quesito social, mediante seus conceitos e características, o que estabelece um quadro teórico coeso para promover a investigação.

Com interesse de satisfazer as necessidades humanas, várias dimensões de desenvolvimento são introduzidas na discussão de políticas públicas, como a linha comportamental dos indivíduos em seu meio social, com atenção da necessidade de demanda e dos recursos disponíveis para busca de solucioná-las. Soluções para problemas perenes ao funcionamento dos sistemas econômicos e a correlação de seus agentes (CANO, 2017).

Acredita-se que o cooperativismo de crédito no país tenha em seus valores e princípios uma relação maior mediante as práticas das cooperativas para o desenvolvimento local em que estão inseridas perante os bancos convencionais.

O sistema financeiro brasileiro, atualmente pode-se dividir simplesmente em três categorias: o capitalista, cuja sua essência se dá por intermediários financeiros, sempre focados em resultados lucrativos para empresa; estatal formado por bancos convencionais de segmento federais ou estaduais, focados a princípio na realização do serviço público; e finalmente a chamada social, formada por instituições privadas financeiras, sob o fulcro de atender aos estratos populacionais excluídos pelas duas primeiras categorias (COSTA; VIZCAINO; COSTA, 2020).

Deste modo, para compreender melhor sobre o conjunto de ideais e conceitos desta pesquisa são exibidas algumas linhas de pensamentos de alguns autores a partir de fundamentos, conceitos e seus precursores do cooperativismo, bem como o desenvolvimento local e as cooperativas como instrumento de desenvolvimento, com intuito de explanar o processo de interpretação e análise das seções a seguir.

2.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Ao adentrar a respeito de cooperativismo, é importante ressaltar o que dizem Oliveira e Quinteiros (2011, p. 263) a respeito de conceito: "A palavra conceito vem

do latim "conceptu", que significa aquilo que o espírito concebe ou entende; expressa uma ideia; uma síntese ou um juízo".

As cooperativas são uma forma de organização social que fornecem acessos a serviços e produtos de forma justa, composto por um movimento internacional que busca construir uma sociedade mais equitativa e livre sobre os fundamentos da democracia. Sua maior característica é uma unidade baseada em práticas de ajuda mútua construídas em alternativas econômicas e humanas, equilibrando custos, despesas e benefícios. Disponibilizar fatores econômicos para alcançar objetivos sociais (GREGORINI, 2019).

Para SCHROEDER (2021) as cooperativas são empreendimentos coletivos de cunho socioeconômico, e valoriza a solidariedade, são gerenciados pelos próprios donos que também são clientes perante suas cooperativas, organizadas com princípios e estruturas de valores humanistas.

E ao mesmo tempo, classes menos favorecidas podem aderir às cooperativas em busca de acesso a capitais e tecnologia, interessadas em explorar as oportunidades econômicas e os benefícios sociais que lhes permitam sair da pobreza (COSTA; VIZCAINO; COSTA, 2020). Segundo Singer (1998), as cooperativas modernas surgiram na Inglaterra por volta do século XVIII e inicialmente eram compostas por 28 membros, incluindo proprietários de fábricas.

O Quadro 1 demonstra a Sociedade de Probos de Rochdale, sendo a primeira cooperativa moderna fundada na Inglaterra, no ano de 1844, sendo os pioneiros para a composição da cooperativa, regida mediante ao estatuto e sobre fortes princípios e valores sociais, democráticos e humanistas.

Quadro 1 - Fundadores da cooperativa Sociedade dos Probos de Rochdale

Sociedade dos Probos de Rochdale - Pioneiros de Rochdale			
1	Benjamim Jordan	15	John Collier
2	Benjamim Rudman	16	John Garsid
3	Charles Howarth	17	JhonHolt
4	David Brooks	18	Hohn Hill
5	George Herley	19	JhonKershaw
6	James Banford	20	JhonSconcroft
7	James Daly	21	Joseph Smith
8	James Madem	22	Miles Ashworth
9	James Monoch	23	Roberto Taylor
10	James Smithies	24	Samuel Ashworth

11	James Standrind	25	Samuel Tweedale
12	James Tweedale	26	Willian Cooper
13	James Wilkinson	27	Willian Mallalieu
14	John Bent	28	Willian Taylor

Fonte: Adaptado de SESCOOP (2013).

O objetivo do cooperativismo em seu nascedouro é o bem-estar dos seus membros, independentemente dos valores financeiros injetados na cooperativa, e com os mesmos direitos e deveres entre si. E pelo aumento na busca do Sistema Cooperativista na Europa, as cooperativas demonstravam-se como importante fator instrumental de soluções para crise socioeconômica local, na tentativa de diminuir desequilíbrios oriundos do liberalismo econômico (PAIVA; SANTOS, 2017).

Entretanto no início do cooperativismo em 1844, encontrou-se muita dificuldade para alavancar o sistema cooperativismo devido à ausência de cooperação dos próprios membros, situação que permeia até hoje em algumas cooperativas no Brasil por falta de disseminação de uma educação cooperativistas para seus associados.

Na maior parte do século XX, o crédito não era acessível aos estratos da sociedade de vulnerabilidade, e aumentava e alimentava a diferenciação socioeconômica no meio brasileiro. Valia-se de um contexto, no qual as instituições financeiras formais apresentavam grandes dificuldades para ofertar serviços e produtos adequados à população de baixa renda (MEINEN; PORT, 2014).

Nota-se que a doutrina e cultura cooperativista promovem o fortalecimento intelectual de forma criativa, justa e cognitiva pela busca da constante melhoria do processo sistêmico cooperativista, com vista a esse aspecto os princípios do cooperativismo exaltam a produção econômica, o social e a melhoria de qualidade de vida, e dentro desse processo houve uma reformulação dos princípios que representam a doutrina e cultura cooperativista (PORTAL COOPERATIVISMO FINANCEIRO [PCF], 2018).

E tais princípios foram deliberados nos Congressos da Aliança Cooperativa, no ano de 1937, na França - Paris; no ano 1966, em Viena - Áustria, e por final em Manchester – Inglaterra, no ano de 1995, conforme demonstrado no Quadro 2, e sendo praticada por toda a sociedade cooperativista no mundo.

Quadro 2 - Evolução dos princípios cooperativistas conforme ACI

Textos do Estatuto de Rochdale 1844	Congresso da ACI 1937	Congresso da ACI 1966	Congresso da ACI 1995
(1) Adesão Livre	Adesão Livre	Adesão Livre: (Possuindo neutralidade racial, social, política e religiosa).	Adesão Voluntária e Livre (social política e racial)
2) Gestão democrática	Controle ou Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática
3) Retorno pró-rata das operações	Retorno pró-rata das operações	Distribuição das sobras (no desenvolvimento da cooperativa; aos serviços comuns; aos associados pró-rata das operações)	Participação econômica dos sócios
4) Juros limitados ao capital	Juros limitados ao capital	Taxa limitada de juros ao capital social	Autonomia e Independência
5) Vendas no dinheiro	Compras e vendas à vista	Constituição de um fundo para educação dos associados e públicos em geral	Educação, Formação e Informação
6) Educação dos membros	Promoção da educação em todos os níveis	Ativa cooperação entre a cooperativa local e nacional	Intercooperação
7) Cooperativização global	Neutralidade política, religiosa e racial		Preocupação com a comunidade

Fonte: Adaptado Schneider (1999).

Conforme Schneider (1999), a Aliança Cooperativa Internacional – ACI colaborou para a evolução dos sete princípios do cooperativismo estabelecidos e aplicados por todas as cooperativas mundialmente, os quais estão descritos abaixo:

a. Adesão Livre e Voluntária: As cooperativas estão abertas a todos aqueles que possam beneficiar-se dos seus serviços e assumir as responsabilidades de membro, sem discriminação social, política ou religiosa, é uma organização aberta e voluntária.

Cada indivíduo é voluntário e consciente de ser livre para se associar, desde que atenda aos requisitos e privilégios do estatuto de sua cooperativa de interesse e

siga os princípios da doutrina cooperativa. Ninguém será obrigado a associar-se a uma cooperativa na acepção do artigo 29, da lei federal 5.764 de 1971.

Em hipótese alguma, o indivíduo pode ser obrigado a associar-se a uma cooperativa, para garantir os benefícios ou direitos que a lei conferiu a todos os cidadãos aptos. Esse princípio tem respaldo constitucional no artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual ninguém é obrigado a participar ou se quer permanecer cooperado.

b. Autogestão dos membros: As cooperativas devem ser governadas por representantes eleitos pelos seus cooperados de forma legítima mediante as Assembleias Gerais Ordinárias ou quando necessária, Extraordinária. É uma organização democrática controlada por seus membros.

Como órgão supremo de uma organização cooperativa, a Assembleia Geral é responsável pelas decisões mais importantes da organização tomadas de acordo com os princípios da liderança democrática.

Desta forma, o modelo de sistema cooperativo se diferencia claramente do modelo capitalista. Cada membro cooperado tem direito a apenas um voto independente de sua participação de integralização das cotas partes perante sua cooperativa. Os direitos de voto decorrem da simples aceitação na cooperativa e estar adimplentes com as normas e regras do estatuto da cooperativa.

c. Participação Econômica: Todos os associados moldam à posição de forma econômica a cooperativa por meio da integralização e subscrição de quotas-partes aportadas por cada associado e usufruem das conquistas alcançadas financeiramente ao final de cada ano pela distribuição das sobras da cooperativa.

Acrescente-se que a lei 5.764/71, em seu artigo 28, inciso I, dispõe sobre a formação cooperativa do fundo de reservas destinada e limitada a cobrir perdas e administrar o desenvolvimento das práticas da cooperativa.

Fica a critério do associado e não é obrigatório. Se a cooperativa decidir ficar com todos os excedentes para uma possível expansão, não haverá retorno. Se a cooperativa decidir vender o mais próximo possível do custo, não haverá retorno.

d. Autonomia e Independência: As cooperativas são instituições autônomas e não estão subordinadas a organizações ou pessoas não associadas ao seu quadro social de cooperados.

Possuem liberdade para assinar contratos, redigir compromissos e convênios ou outros mecanismos para expandir suas atividades ou melhorar os termos dos

serviços prestados aos membros associados. No art. 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal Brasileira, determina: “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Obrigando inclusive o Estado a não intervir nas práticas das cooperativas.

e. Educação, formação e informação: As cooperativas promovem a educação, informação e formação dos seus membros atuando com capacitações para os associados e seus funcionários. Os que se afiliam a uma cooperativa devem ter conhecimento da doutrina e filosofia do sistema cooperativista e de seu funcionamento.

Este princípio é fundamental porque as cooperativas são constituídas por doutrinas e gestão próprias, com princípios e legislações específicas e formas de atuações e comportamento definidas, não podendo ser confundidas com outros tipos de associações comuns na sociedade.

De acordo com a lei brasileira sobre cooperativas, a lei federal 5.764 de 16 de dezembro de 1971, artigo 28, inciso II, exige que todas as cooperativas estabeleçam fundos para assistência técnica, educacional e social - FATES e que forneçam no mínimo 5% das sobras líquidas de seu exercício.

f. Intercooperação: Este princípio foi estabelecido na Aliança Cooperativa Internacional na Conferência de Viena em 1966. Encoraja a colaboração e a cooperação não só entre os membros das cooperativas, mas também entre as próprias cooperativas estabelecendo união e parcerias locais, regionais, nacionais e até internacionais.

A cooperação deve ocorrer tanto horizontalmente, entre cooperativas no mesmo nível organizacional e sendo de ramos iguais ou diferentes do cooperativismo, quanto verticalmente entre cooperativas singulares ou centrais e organizações nacionais.

g. Interesse pela comunidade: O principal objetivo de uma cooperativa é melhorar as condições de vida de seus cooperados. As cooperativas não possuem fins lucrativos e são direcionadas para o mercado, não devendo minar os direitos de seus membros (OCB, 2020).

A história do sistema cooperativo mostra que a preocupação com a comunidade é a fonte de onde surgiram todas as estruturas doutrinárias dessa forma

de sociedade cooperativista. A comunidade é ao mesmo tempo o objetivo e a finalidade de todas as verdadeiras cooperativas (OCB, 2020).

Ao introduzir o tema dos princípios das cooperativas, é importante esclarecer a finalidade das cooperativas e a contribuição que esta forma de entidade pode oferecer aos membros associados e à sociedade como um todo na luta pelo bem comum. As cooperativas são organizações com características e princípios que as diferenciam de outras organizações.

Os indivíduos são fundamentais para o sistema cooperativista, dividindo espaço para o conceito de prosperidade, desenvolvimento e independentemente de raça, cor, credo ou política. E demonstra os benefícios adquiridos pelo equilíbrio e igualdade por meio do trabalho conjunto pertencente a todos. A forma de proprietário e usuário da cooperativa é incompatível com o lucro (BCB, 2022).

O sistema cooperativismo posiciona-se, portanto, pelo comportamento econômico e social, com propostas de ação que conduzam a uma sociedade de ordem econômica alternativa, sendo mais solidária, justa, autônoma, democrática e participativa (OCB, 2020).

E os cooperados buscam o cuidado de gerar o desenvolvimento socioeconômico equiparado à disposição dos associados e de acordo com a região alocada pela cooperativa, o qual determina uma preocupação relacionada à sustentabilidade ao longo prazo. No Quadro 3, demonstra uma comparação entre sociedade cooperativa, mercantilista e associação.

Quadro 3 - Comparativo entre sociedade cooperativa, mercantil e associação

Sociedade Cooperativa	Associação	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas	União de pessoas	É uma sociedade de capital
Objetivo principal é a prestação de serviços econômicos e financeiros aos seus cooperados	Objetivo sem fins lucrativos	Objetivo principal é o lucro
Número ilimitado de cooperados salvo a incapacidade técnica	Número ilimitados de associados	Número ilimitado de acionistas
Controle democrático - uma pessoa tem apenas um voto	Cada pessoa tem direito a um voto	Voto proporcional ao capital
Assembleias - Quórum são baseadas no número de cooperados	Assembleias - Quórum são baseadas no número de associados	Assembleias - Quórum são baseadas no capital
É proibida a transferência de quotas-partes a terceiros,	Não tem quotas de capital	É permitida a transferência de ações a terceiros

estranhos à sociedade.		
Retorno dos excedentes proporcional ao valordas operações	Não geram excedentes	Lucro proporcional ao número de ações

Fonte: SESCOOP (2021).

Neste cenário do neoliberalismo econômico, concebido pela crise industrial, demonstrou-se reações densas por um grupo de idealista social na época. Insatisfeitos com o tamanho jugo aos proletariados buscaram nas instituições, fundamentadas na solidariedade e ajuda mútua, construir uma nova estrutura de ordem econômica, que pudesse complementar com o social, sendo ela mais humanizada, em que o poder da riqueza fosse distribuído equitativamente (FERNANDES *et al.*, 2018).

Para Oliveira e Quinteiros (2011), os padrões de crescimento econômico, dentro de uma visão neoclássica, estão conectados à evolução do relacionamento capital/trabalho, isto é, as desigualdades sociais continuaram a crescer ou diminuir em detrimento da congruência do progresso técnico que firmará o crescimento econômico de maneira divergente ou convergente.

Segundo Fernandes *et al.* (2018), no Brasil há sete (07) ramos que classificam propriamente as cooperativas sendo: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho, produção de bens e serviços e transporte. E em sua caracterização do ramo, o crédito possui uma gestão profissionalizada com sistema de governança para atender aos membros associados de forma que promova o desenvolvimento local sustentável.

Conforme OCB (2022), no ano de 2021, pode-se contar com mais de 57 mil cooperativas financeiras estruturadas e consolidadas em mais de 103 países espalhados pelos continentes, agregando 210 milhões de membros associados a uma cooperativa. As cooperativas de créditos no Brasil elevam seus números de forma socioeconômica, e com diretrizes administrativas conceituais e processos de governanças aplicadas, contando com uma gestão inovadora e profissionalizada, a qual permite fazer parte de uma comunidade global.

Já no Brasil, esse número chega com 763 cooperativas, somente no ramo crédito, posicionado nas cinco regiões brasileiras, favorecendo seus serviços e produtos para 13,9 milhões de cooperados que interagem com sua cooperativa,

gerando 89 mil empregos diretos refletindo em mais qualidade de vida e desenvolvimento (OCB, 2022).

As cooperativas de créditos são regulamentadas pelo Banco Central do Brasil, conseqüentemente inseridas no Sistema Financeiro Nacional, e tanto pessoas jurídicas, como físicas podem pleitear sua admissão na cooperativa e usufruir de seus serviços obedecendo às normativas de sua classificação entre: clássica e capital, plena e empréstimo. Sendo definida pela lei 5.764/71, art. 4 e possuindo leis complementares a n.º 130/09 e n.º 196/22 (CMN, 2015).

As cooperativas de crédito plenas são permitidas a praticar todas as operações financeiras que constam no art. 17 da resolução CMN n.º 4.434/15. Para as clássicas são permitidas as mesmas práticas das cooperativas plenas, com exceção de: operações de exposição para venda ou compra em ouro, em moeda de caráter estrangeiro, em operações sujeitas à variação cambial, em instrumentos financeiros derivativos e no preço de ações, além da aplicação em títulos de securitização de crédito, as operações compromissadas, operações de empréstimos ativos, e aplicação de cotas de fundos de investimento, ressalvadas suas peculiaridades (CMN, 2015).

Outro fator, são as cooperativas de créditos de capital e empréstimos permitidos as mesmas variações de operações das cooperativas de crédito clássico, contudo possuindo um adicional de uma restrição: a captação de recursos e de depósitos (CMN, 2015).

O Governo brasileiro tem incentivado desde 2000, de forma mais atuante, o sistema cooperativista financeiro, pois a sociedade enfrenta grandes dificuldades ao acesso de crédito e de serviços bancários, assumindo além da importância econômica, a responsabilidade social pela inclusão ao sistema financeiro desses indivíduos que tenham dificuldade na obtenção de serviços ao sistema bancário (BCB, 2006).

Com intuito de expor os benefícios econômicos do cooperativismo de crédito, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) juntamente com o Sistema de Crédito Cooperativo, anunciaram um estudo para demonstrar a presença do cooperativismo financeiro nos municípios do país perante o Produto Interno Bruto (PIB), na ordem de 5,6%, e criar 6,2% empregos formais e gerando 15,7% estabelecimentos comerciais (FIPE, 2019).

No Gráfico 1, as cooperativas de crédito somam 16% em 2021, comparadas aos outros seis ramos instituídos pela OCB Nacional, distribuídas em todo território brasileiro, esse universo é constituído por 30 centrais, duas confederações e 701 singulares (OCB, 2021).

Gráfico 1 - Comparativo do cooperativismo por ramos



Fonte: OCB, (2022).

Na cooperativa, a produtividade deve estar relacionada entre mercado e Estado, a partir de uma lógica diferente comparada e fundamentada na acumulação de capitalista, conforme afirma Singer (1998), pode-se apontar ao cooperativismo, respaldado com três contribuições pelo ramo crédito sendo: a inclusão produtiva por meio da econômica escala; capilaridade e desenvolvimento regional; e sociedade constituída nas pessoas físicas.

De acordo com OCB (2021), as cooperativas de créditos possuem o maior atendimento físico no Brasil do Sistema Financeiro, sendo 7.976 unidades de atendimento, com presença em mais da metade dos municípios brasileiros e espalhados nas cinco regiões com seus pontos de atendimentos.

Ao observar o Quadro 4, as sedes das cooperativas de crédito estão em 25 estados e Distrito Federal, as quais promovem para 275 municípios o acesso ao Sistema Financeiro Brasileiro, em algumas localizações sendo a única instituição financeira fisicamente presente naquelas comunidades, e nessa composição estrutural, possuem mais de 14 milhões de cooperados e 89 mil empregados diretos.

Quadro 4 - Panorama do cooperativismo de Crédito brasileiro

Estado	N.º de cooperativas	N.º de cooperados	N.º de empregados
Acre	3	12.161	107
Alagoas	3	28.069	227
Amapá	0	0	0
Amazonas	5	6.698	73
Bahia	17	211.385	1.256
Ceará	4	35.671	299
Distrito Federal	17	224.730	2.113
Espírito Santo	22	536.104	1.729
Goiás	34	319.103	3.459
Maranhão	6	29.361	183
Mato Grosso	18	885.182	5.831
Mato Grosso do Sul	9	351.590	2.391
Minas Gerais	173	1.881.827	14.115
Pará	8	43.000	326
Paraíba	12	59.353	670
Paraná	54	2.467.772	17.044
Pernambuco	7	85.850	497
Piauí	2	5.383	56
Rio de Janeiro	44	119.084	722
Rio Grande do Norte	3	18.257	163
Rio Grande do Sul	77	2.329.058	13.773
Rondônia	17	544.513	2.982
Roraima	1	1.264	18
Santa Catarina	64	2.658.089	14.243
São Paulo	161	1.085.929	6.887
Sergipe	1	6.761	64
Tocantins	1	10.781	153

Fonte: (OCB, 2021).

Ao abordar a estrutura organizacional das cooperativas de créditos no Brasil, apresentam-se até três níveis de funcionamento, respeitando as classificações do Sistema Nacional Financeiro do Brasil:

i) (cooperativas singulares (primeiro nível), que prestam serviços e oferecem seus produtos, de modo direto aos seus cooperados; ii) centrais de cooperativas ou federações (segundo nível), que prestam seus serviços e produtos integrados as atividades para as cooperativas singulares associadas à mesma; iii) e confederações de cooperativas de créditos (terceiro nível), que coordenam de forma sistêmica e integrada as atividades das suas federações de cooperativas (OCB, 2006).

Com o objetivo de melhor explorar a econômica em escalas, as cooperativas se organização em estruturas verticalizadas, visando que as confederações e

centrais, reúnam recursos e padronizem os serviços que são oferecidos as cooperativas filiadas.

Conforme o anuário da Confederação Nacional das Cooperativas (OCB, 2022), demonstra uma relação ao comparativo entre cooperativas por regiões federativas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Comparativos do ramo crédito em cooperativas, cooperados e empregados por região

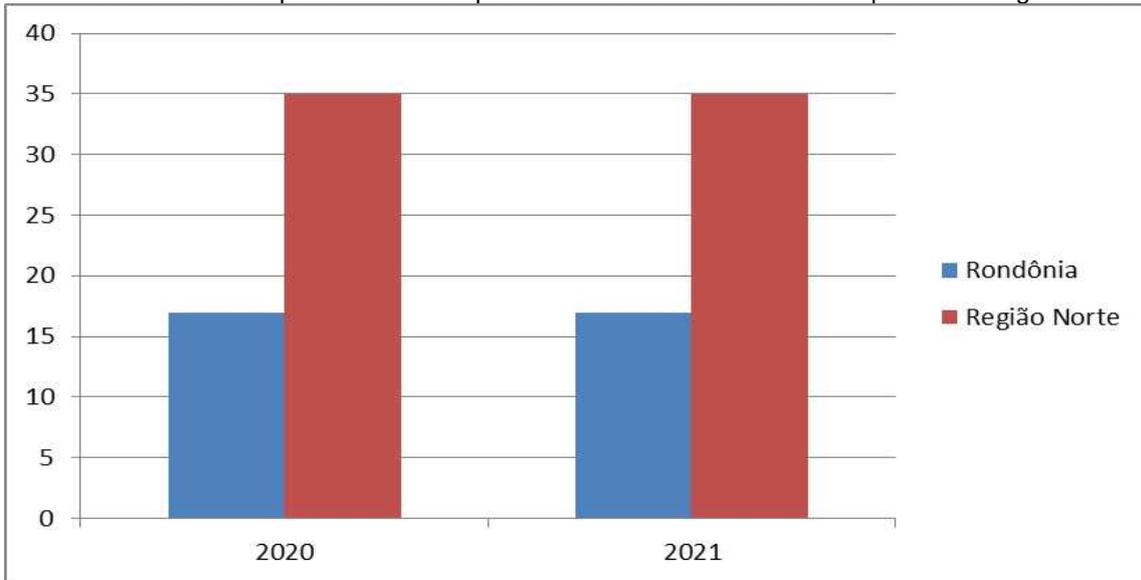
Região	N.º Cooperativas		N.º Cooperados		N.º Empregado	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Sudeste	409	400	3.261.388	3.622.944	23.340	23.453
Nordeste	56	55	448.714	480.090	2.980	3.415
Sul	197	195	6.526.439	7.454.919	37.768	45.060
Norte	35	35	321.626	618.417	3.391	3.659
Centro-Oeste	78	78	1.408.396	1.780.605	11.642	13.794
Total	775	763	11.966.563	13.956.975	79.121	89.381

Fonte: OCB (2021).

Observa-se na Tabela 01 que a região do Sudeste possui o maior quantitativo de cooperativas do país, entretanto ao relacionar o quantitativo de cooperados e funcionários, a região Sul possui o número mais expressivo. Este fato aponta para as fusões e incorporações perante as cooperativas de créditos singulares (OCB, 2021). Já com a região Norte, observa-se o crescimento quantitativo nos membros cooperados entre 2020 e 2021 de 92,41% ficando acima da região Nordeste em cooperados e funcionários.

Para o quantitativo de 35 cooperativas de créditos na região Norte, as 17 cooperativas estão localizadas no estado de Rondônia, obtendo 48,59% desse quantitativo. Neste cenário, como mostra o Gráfico 2, pode-se observar o desempenho do cooperativismo financeiro rondoniense, o qual aponta uma maior concentração das sedes das cooperativas de crédito do estado de Rondônia, comparado a região Norte (OCB, 2022).

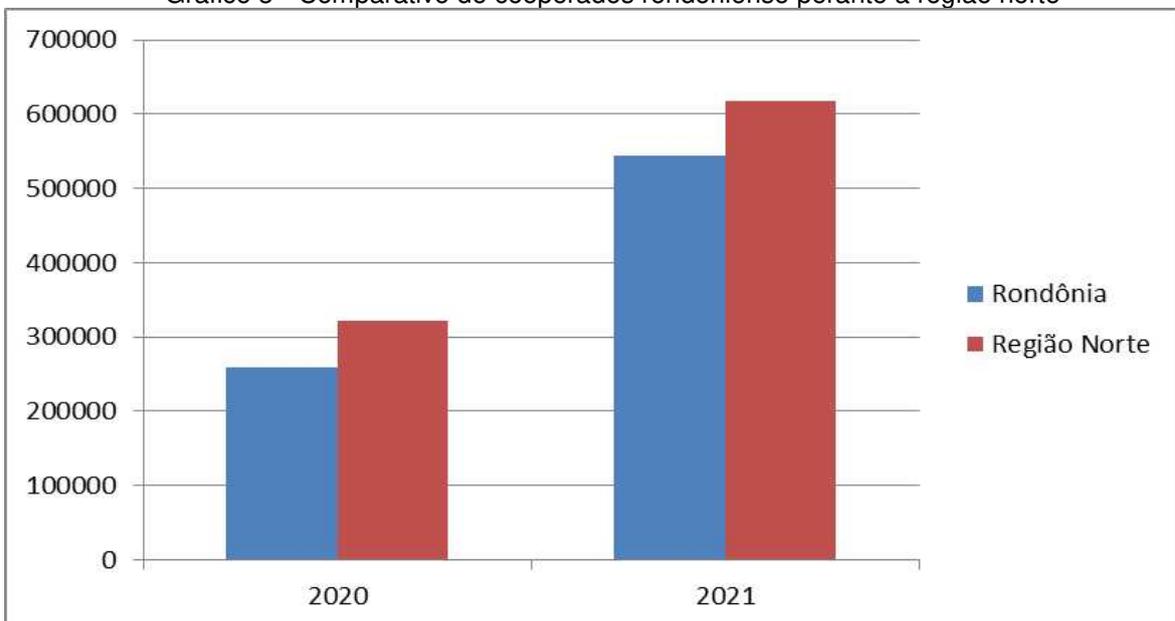
Gráfico 2 - Comparativo das cooperativas de crédito rondoniense perante a região norte



Fonte: OCB (2022).

Ao analisar um comparativo sobre membros cooperados entre o estado de Rondônia e a Região Norte, identifica-se um quantitativo de 80% dos cooperados no ano de 2020, referentes a todo o membro cooperados da região norte e em 2021 esse quantitativo aumenta para 88% dos membros, conforme demonstra o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Comparativo de cooperados rondoniense perante a região norte



Fonte: OCB (2022).

As cooperativas de créditos ofertam serviços financeiros aos seus associados, contudo possuem um propósito ainda maior, de promover a qualidade

de vida dos indivíduos e gerar desenvolvimento sustentável para a comunidade local. Ao introduzir um modelo de atendimento que é centralizado nas pessoas, as cooperativas transformam as organizações, e promovem a convivência e troca de experiência (OCB, 2021).

Para os autores Oliveira e Quinteiros (2011, p. 263), “A distribuição dos frutos do progresso técnico é tão importante quanto o aumento da riqueza. A distribuição mais equitativa da riqueza revela que o desenvolvimento é um estágio superior ao simples crescimento econômico”.

Dessa forma, as cooperativas de créditos obtêm mais espaço no mercado como a principal instituição financeira para uma sociedade estimada em 4,16 milhões de indivíduos no país, e uma rede de atendimento no Brasil de 7.976 pontos de atendimentos (OCB, 2021). A relevância do cooperativismo financeiro também pode ser notada pelos indicadores financeiros do setor, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores financeiros do cooperativismo de crédito

Ativo total	R\$ 518,8 bilhões
Capital social	R\$ 38,9 bilhões
Ingressos e receitas brutas	R\$ 60,4 bilhões
Sobras do exercício	R\$ 10,1 bilhões

Fonte: OCB (2021).

As cooperativas financeiras contribuem para a empregabilidade nacional e para a oferta de crédito que somadas possuem um ativo total de R\$ 518,8 bilhões de crédito oferecidos no Brasil, com capital social de R\$ 38,9 bilhões em contas dos cooperados e R\$ 10,1 bilhões de sobras distribuídas para seus associados em 2021, e impulsiona o mercado local e a diminuição da desigualdade socioeconômica brasileira (BCB, 2021).

As cooperativas de créditos possuem grande volume de associados e por isso algumas estimulam as realizações das pré-assembleias, as quais acontecem anteriormente as Assembleias Gerais Ordinárias¹ regidas pela lei 5.764/71, e auxiliam o órgão administrativo para receber informações de interesse aos

¹É o órgão máximo de sua estrutura, na esfera de suas limitações legais e estatutárias, delibaram-se as decisões fundamentais e basilares da sociedade cooperativista. A decisão por ela tomada atingem todos os cooperados presentes, ausentes e/ou discordantes, tendo a sua votação por maioria de votos presentes (MEINEN; PORT, 2014).

associados e com isso, incluir na pauta do dia, ao visar uma maior participação nas Assembleias Gerais Ordinárias.

As assembleias gerais e suas pré-assembleias de cada cooperativa são estruturas para que as expectativas dos cooperados sejam ajustadas e discutidas, e destacar a relevância da representatividade (VENTURA *et al.*, 2009). Contudo, a não observação desta prática evidencia uma gestão autoritária e conturbada mediante o conselho administrativo ou diretoria, o qual demonstra algumas cooperativas no Brasil.

Por autorização do Banco Central, as cooperativas podem captar cooperados, como pessoa jurídica e pessoa física, ofertando linhas de créditos ou qualquer outro serviço financeiro para ambos, devido suas necessidades (BCB, 2021). A dicotomia dos associados, por tipo de pessoas é demonstrada no Quadro 5.

Quadro 5 - Comparativo de associados por pessoa

	Cooperado pessoa física	Cooperado pessoa jurídica
Ano 2021	12.371.461	2.199.527
Ano 2020	10.947.470	1.881.047
Ano 2019	10.001.879	1.620.658
Ano 2018	9.167.575	1.359.732

Fonte: OCB (2022).

Conforme demonstrado no quadro 5, a demanda por instituições financeiras que são essencialmente cooperativas de crédito aumentou no último ano. Em todo o sistema cooperativo brasileiro, a taxa de crescimento dos cooperados individuais foi de 13% de 2020 a 2021, e das cooperativas empresariais em todo o país, de 16,9% de 2020 a 2021, confirmando o interesse público pelas cooperativas (OCB, 2022).

Além de proporcionar a oportunidade de gerir a cooperativa por meio de sua Assembleia Geral e defender as conquistas dos cooperados, também contribui para a democratização e avaliação humanizada das linhas de crédito oficiais locais (OCB, 2022).

Importante ressaltar que independente da literatura, coexiste a preocupação com os valores e ideias humanitários relacionados com o conceito e práticas do cooperativismo, ações que as cooperativas entrelaçam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), juntamente com seus princípios e valores

cooperativistas. As cooperativas de créditos procuram contribuir no desenvolvimento local, pela geração de renda aos seus cooperados, distribuição de riquezas e o fortalecimento dos laços sociais e financeiros (MCKILLOP *et al.*, 2020).

2.1.1 Agentes econômico e social do cooperativismo

O cooperativismo é uma ferramenta relevante para o desenvolvimento, na própria comunidade, pois pode reciclar recursos com segurança. Ou seja, o “lucro”, o qual é chamado de sobras, e devolvido aos cooperados e reinvestido em sua localidade, o qual a torna mais abastecida financeiramente.

Importante ressaltar que as cooperativas de crédito têm autonomia para adaptar suas políticas de crédito às realidades das comunidades em que estão sediadas. Isso permite atender melhor às necessidades de um determinado local, respeitar suas capacidades e potencialidades socioeconômicas e culturais, gerar renda e criar oportunidades para a própria comunidade.

As cooperativas não procuram as regiões mais afortunadas com as melhores empresas para se instalarem, pelo contrário, mediante aos seus princípios, aderem à inclusão financeira da comunidade, objetivando o oposto dos bancos convencionais.

Para 10% dos municípios brasileiros e inúmeros grupos de trabalhadores, as cooperativas são as únicas instituições financeiras capazes de fornecer instalações e estruturas de pessoal que fornecem o portfólio certo de produtos e serviços. Assim, fazem a inclusão financeira e promove o desenvolvimento econômico da cidade (MEINEN; PORT, 2014).

Nas instituições financeiras convencionais, mesmo os mais privilegiados, que aproveitam a parcela de alta renda e recebem atenção especial por seus grandes investimentos sempre serão clientes. Nas cooperativas de créditos, todos são considerados proprietários e clientes, independente do quantitativo de valores integralizados nas cotas partes, demonstrando o diferencial no mercado (OCB/TO, 2020).

Caso os recursos do município e os investimentos de cidadãos e empresas locais fossem para cooperativas de crédito em vez de bancos, eles seriam redistribuídos e repassados diretamente para a própria região. Isso tem implicações

econômicas e sociais, pois gera renda e aumenta o poder aquisitivo da população, resultando no aumento do consumo (MCKILLOP *et al.*, 2020).

O acesso aos produtos e serviços das cooperativas de créditos promove a expansão e criação de novos empregos, além disso, leva ao aumento da receita tributária. Podendo investir em infraestrutura, educação, segurança e outros projetos de desenvolvimento econômico e social para expandir a capacidade produtiva e criar riquezas novas. Em suma, as cooperativas promovem a qualidade de vida dos moradores das comunidades em que atuam (MEINEN; PORT, 2014).

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Entende-se que o desenvolvimento local parte da coletividade e promove mudanças econômicas e sociais na comunidade e aumenta a qualidade de vida das pessoas. Assim, a capacidade de colaboração aparece como um meio possível de promover o desenvolvimento local (SOUZA, 2020).

A definição sobre desenvolvimento local resulta do enfrentamento de interesses diferenciados, o que implica em construir o desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais e instâncias de poder (BRANDÃO, 2007).

É de fundamental importância, nestas abordagens, ressaltar o conceito de “local”, que, segundo Furtado e Furtado (2000), se define como um espaço possuidor de uma identidade, dinâmica própria e de especificidades que mantêm estreitas relações de interdependência com áreas mais vastas (regional, nacional e mundial) em que se insere.

Compreende-se que apenas o crescimento financeiro não significa o desenvolvimento daquela região específica. Perante a sociedade científica o desenvolvimento não é isolado, ou medido apenas pelo crescimento do Produto Interno Bruto, e sim acompanhado do crescimento humano, com ganhos sociais em meio à sociedade (BRANDÃO, 2007).

O conceito de desenvolvimento, local, regional, e territorial permite entender o processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade preparada territorialmente, sustentada na potencialização dos recursos e ativos genéricos e específicos, com vista à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALABRIDA; BÜTTENBENDER, 2010).

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local é entendido como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

O desenvolvimento acontece com transformações na comunidade local, pelas mudanças nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, com epicentro no desenvolvimento humano, sendo esse o fundamental beneficiário dos resultados, propiciando uma melhora de vida perante um determinado grupo ou sociedade, na qual a cooperativa de crédito está inserida (FERNANDES *et al.*, 2018).

Já Stefano e Alberton (2015) relatam o desenvolvimento como um conjunto de aspectos econômicos, sociais e ecológicos e afirma que a ciência moderna, e principalmente a grande parte das escolas do pensamento econômico, deveriam estudar esses três elementos de forma conjunta e não separada.

Segundo Dallabrida e Büttenbende (2010), tratar o desenvolvimento local é, antes de qualquer outra coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

A tentativa de repensar os modelos desenvolvimentistas causadores de assimetrias e injustiças, aliada a uma série de transformações institucionais, econômicas e sociais, apontou para um paradigma novo de desenvolvimento no final dos anos 70, quando o lugar da cultura se revelava pelo reconhecimento do fracasso de ideias desenvolvimentistas fundamentadas unicamente em análises econômicas (SILVA, 2012).

Em virtude dessa relação de diferenciação entre crescimento e desenvolvimento, conceitua o crescimento econômico com o aumento da renda e produção, e o desenvolvimento pela promoção do nível de vida do indivíduo (CLEMENTE, 2000).

Entende-se que desenvolvimento local seria uma forma de ratificar que uma determinada localidade obtenha condições socioeconômicas melhores no médio e longo prazo. Nesse contexto, o desenvolvimento demanda do aparecimento e afirmação de alguns fatores que tenham ações e propositura socioeconômica para reunir as capacidades locais (SOUZA, 2020).

Conforme Dagnino (2002), a ação em conjunto nos processos de desenvolvimento territorial precisa ressaltar formas de práticas da cidadania que superem o tradicional modelo liberal de democracia representativa.

Entretanto, a opção por atuar no desenvolvimento local por meio de programas e projetos não deve considerar somente uma escala, especialmente no âmbito das cidades e regiões. Assim, o conflito não pode ser desconsiderado, precisa ser desejado e visto como elemento fundamental da transformação, pois, no processo de construção dos lugares, das regiões e territórios, existem projetos de sociedade divergentes.

Nesse contexto, Dallabrida (2011) afirma que a governança territorial é uma soma de iniciativas que apresentam à capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para conduzir os assuntos públicos, mediante o envolvimento agrupado e cooperativo dos atores sociais, institucionais e econômicos, nas experiências de descentralização político-administrativa brasileiras, os quais podem ser concebidos como os principais exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança, com foco ao desenvolvimento local.

Assim, Freitas, Amodeo e Silva (2012) afirmam que o processo de desenvolvimento local representa, além de uma transformação econômica, uma transformação em termos sociais e, portanto, locais, que resultam de união entre diferentes “energias da sociedade”, como a comunidade local, sindicatos e cooperativas de crédito.

A prática da governança territorial cumpre-se pela ação dos diferentes atores, nas instituições, incluindo organizações da sociedade civil e o Estado, em redes de poder socioterritorial, sendo representados pelas lideranças, formando-se na principal estrutura de poder que assume uma posição hegemônica, sendo capaz de oferecer direção política estratégica ao processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2011).

Segundo Büttenbender (2010) assegura que o desenvolvimento local deve vir acompanhado de um processo de transformação cultural, política, econômica e social, centralizado no desenvolvimento humano. Para que efetivamente se concretize essa evolução, faz-se necessário a participação ativa de atores sociais, com capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar e associar-se.

O desenvolvimento local, na ótica de Martins (2002), pode ser o motor propulsor de uma comunidade, pois, a participação dos indivíduos gera condições

favoráveis para a cooperação, ajuda mútua e ações em conjunto. Uma predisposição do sistema de cooperativas é o desenvolvimento, principalmente pelo seu sistema de livre associação e gestão democrática, no qual seus membros têm aspirações em comum.

Segundo Sanchs (2004), a compreensão do que seria desenvolvimento mediante ao crescimento econômico, passou a ser questionado, visto que os resultados iniciaram por impactar categoricamente na sociedade. Tais crescimentos, visado por modelos de mercado, trouxe profundos problemas socioambientais pelo uso inconsciente dos recursos limitados em nosso meio ambiente.

Ainda nessa perspectiva Sen (2000) defende a ideia de desenvolvimento atrelado à liberdade, onde as liberdades não são apenas os fins principais do desenvolvimento, mas também os meios primordiais. O desenvolvimento está ligado à expansão das liberdades de determinada sociedade que vincula a outras liberdades, tais como: liberdades políticas, oportunidades sociais e facilidades econômicas, fortalecendo umas às outras, proporcionando o desenvolvimento.

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) enfatiza um novo enfoque no desenvolvimento desvinculando o âmbito econômico como centralidade e propondo a expansão das políticas públicas, tendo como finalidade o desenvolvimento do homem e não unicamente a acumulação de riquezas, além de conduzir a expansão do conceito, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se baseia na renda, educação e saúde para os cálculos de desenvolvimento de determinada região.

Destaca-se, assim, a importância do cooperativismo como movimento de transformação social e progresso local, mas para ampliar essa afirmação, faz-se necessário ressaltar que o cooperativismo se comporta como organização econômica e como organização e instrumento para impactos e desenvolvimentos sociais (SOUZA, 2020).

2.2.1 Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável

As classes economistas debatem sobre a necessidade de uma abordagem ao modelo de desenvolvimento que engloba todas as variáveis econômicas e sociais. Sabe-se que o aumento econômico é uma evolução do fluxo de renda real na

quantidade de bens e serviços no tempo à disposição da coletividade (FURTADO, 1961).

A instauração do modelo de desenvolvimento regional decompõe o espaço geográfico físico e do econômico, formando um espaço discriminatório. Globalmente, foram criadas duas linhas: uma para países desenvolvidos e outra para países menos desenvolvidos. O desenvolvimento econômico regional inclui fatores relacionados à esfera cultural, que são definidos dentro de contextos institucionais e sociais e são caracterizados por cada região contribuir para o desenvolvimento regional de maneiras únicas (SILVA, OLIVEIRA e ARAUJO, 2012).

Já o crescimento econômico para Lima, Oliveira e Colombelli, (2018) é um aumento na capacidade de produção da economia sendo bens e serviços de determinado país ou área econômica. Sendo calculado pelo Produto Nacional Bruto (PIB), podendo ser ainda indicado pela tríade do crescimento da força de emprego, receita nacional investida e grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Tudo o que os agentes socioeconômicos podem desfrutar mediante seus bens, e não houver a necessidade de adquirir mais bens, é desenvolvimento socioeconômico, acolhendo em qualquer pensamento, a busca do resultado revestido de melhoria na qualidade de vida (SEN, 2000).

O desenvolvimento local sustentável está ligado ao crescimento e tem como foco a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, o chamado desenvolvimento humano, participação de todos os indivíduos, o chamado desenvolvimento social e o desenvolvimento sustentável, que significa viver no presente e proteger o meio ambiente para as gerações futuras (LIMA; OLIVEIRA; COLOMBELLI, 2018).

As formas de gestão para o desenvolvimento local sustentável proporcionam atividades que preservem e alarguem a dignidade social, a inclusão e a vivência socioambiental da população de uma determinada comunidade, resultando no desenvolvimento intensivo de valências únicas, suas oportunidades, fraquezas e ameaças, assim como possibilitando no processo de gestão o compartilhamento de políticas públicas (CAVALCANTI, 2009).

Promover uma vida sustentável deve estar dentro de uma estratégia de desenvolvimento relacionado a uma criatividade de um plano ambiental, garantindo uma qualidade de vida inserida e relacionada no meio ecológico para as comunidades (FERNANDES *et al.*, 2018). Com um plano voltado para o

desenvolvimento de sistemas alternativos e linhas de créditos para financiar projetos sustentáveis, e com intuito de atenuar e até resolver problemas desse setor nas regiões.

Segundo Schneider (2015, p. 102) sustentabilidade é:

Um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro e o patrimônio das próximas gerações. (...) É um termo que se relaciona diretamente com o desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

O desenvolvimento sustentável é um processo sistêmico de mudanças, evidenciado por análises de recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as adaptações das alterações institucionais, com o intuito de auxiliar e cuidar das necessidades humanas (PEREIRA, 2020).

Para compreender a gravidade e a complexidade dos graves desafios sociais e ambientais que a humanidade enfrenta, a Declaração de Estocolmo, de 1972, transmitiu uma mensagem de esperança sobre a viabilidade e a necessidade de conceber e implementar políticas que servissem ao objetivo de promover o desenvolvimento sustentável (SILVA; TORRES, 2020).

A comissão Interministerial Brasileira para a Conferência de 1991 na cidade do Rio de Janeiro, intitulado *O desafio do Desenvolvimento Sustentável*, documenta-se:

O desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas (CIMA, 1991, p. 182).

Um dos principais objetivos para o desenvolvimento sustentável é a busca conjunta do econômico e social, e concomitante a preservação e conservação do meio ambiente. A cada momento, os consumidores exigem bens e serviços ecologicamente correto forçando as organizações institucionais harmonizar e transformarem em práticas de resultados do desenvolvimento sustentável (LIMA; OLIVEIRA; COLOMBELLI, 2018).

Segundo Paiva e Santos (2017), a aprendizagem sobre as realidades regionais mostra a importância do conhecimento dos diversos princípios culturais,

não apenas sobre política e economia, indispensáveis para compreender o desenvolvimento. Percebe-se que o valor do conhecimento teórico e prático é tão abrangente, quanto indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável de uma localidade ou de um país.

Sanchs (2004) identifica sustentabilidade política e social de forma separada, referenciando o uso de forma racional dos recursos no contexto da sustentabilidade econômica. São elas:

- i) Sustentabilidade econômica: aborda uma gestão dos recursos de forma generalizada e conceitua pela regularização dos fluxos de investimentos privados e públicos, avaliado pela eficiência por processos macrossociais;
- ii) Sustentabilidade social: aborda sobre o objetivo de vida dos indivíduos, ao combate da desigualdade e inclusão social das camadas menos favorecidas. Assim como ampliação e adoção das políticas distributivas e a universalização do acesso a saúde, educação, seguridade social e habitação.
- iii) Sustentabilidade ambiental: aborda o monitoramento e manutenção dos ecossistemas, o que demonstra a capacidade de absorver e recompor o ecossistema em situações de agressões antrópicas;
- iv) Sustentabilidade ecológica: aborda o fundamento físico do processo de desenvolvimento, com objetivo a manutenção dos recursos naturais acoplados as atividades produtivas;
- v) Sustentabilidade política: aborda o processo de construção e manutenção de cidadania, com propósito de garantir a incorporação plena dos cidadãos perante o processo de desenvolvimento.

E de acordo com Martinelli; Joyal (2004, p. 14) o desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo “ [...] se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria da vida das pessoas [...] e da sociedade como um todo”.

Uma organização sustentável possui o desafio de unir o bem-estar econômico, a equidade social e a proteção ao meio ambiente a partir de ações de longo prazo, assim fazendo as organizações desenvolverem modelos de negócios mais comprometidos com a sustentabilidade (GREGORINI, 2019).

Contudo, o cooperativismo como modelo de gestão fortalece as economias locais, pois é capaz de promover o crescimento econômico, assim como o bem-estar social, valorizando o capital humano. Devido a atual dinâmica econômica, a

concretização das cooperativas atua como fundamental instrumento de desenvolvimento e inclusão, uma vez que irá repercutir positivamente às próximas gerações, pode-se dizer que gera um desenvolvimento sustentável.

Segundo Meinen e Port (2014), o cooperativismo promove o apoio mútuo e a solidariedade humana por meio do desenvolvimento e da conscientização das pessoas. E demonstra que a cooperação se torna cada vez mais importante em áreas da produção e prestação de serviços.

Também enfatiza que uma educação precoce mais forte sobre cooperativas e associações garantirá o futuro das cooperativas e desenvolverá futuros líderes comprometidos com a causa cooperativista e que carregam a ideia de sustentabilidade.

Segundo Carvalho (2016), a prática cooperativista contribui para a educação das pessoas e ajuda a desenvolver uma mentalidade flexível, participativa, humana e solidária, cujos princípios são importantes na busca pela sustentabilidade.

Nesse contexto, o desenvolvimento local proposto no referencial teórico, será útil para composição de avaliação na importância e participação das cooperativas de créditos no desenvolvimento do município de Ji-Paraná. Mediante o exposto, com as abordagens teóricas sobre o assunto efetivadas nesta fase, propõe-se ser possível responder aos objetivos neste estudo. Com o efeito de aprofundar ao tema, na seção 3, está descrita a metodologia usada na presente pesquisa.

2.3 AS COOPERATIVAS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

As cooperativas são organizações empresariais rentáveis que se baseiam no princípio da sustentabilidade e compartilham de forma justa e igualitária os bens e serviços que produzem, bem como as sobras e perdas, dando a cada cooperado o benefício daquilo que cooperou para produzir em conjunto e na proporção de sua participação na cooperativa (SCHNEIDER, 2015).

Oliveira e Quinteiros (2011, p. 263) afirmam que "para um estudo em um espaço organizacional, este considera, também, os subprocessos relevantes de desenvolvimento: geração de inovações; difusão do conhecimento das inovações e disseminação de adoções".

Schneider (2015) assegura que as cooperativas alcancem a dependência e a subordinação paterna, a sensibilidade para se estruturar como empresa

comercializadora de forma que os cooperados sejam os agentes de desenvolvimento da cooperativa e ao mesmo tempo os protagonistas das soluções para os problemas causados pelo mercado, sempre de forma participativa dentro do coletivo, direcionando a transparência da atividade.

Para Büttenbender (2017), a terminologia sobre desenvolvimento regional e local sofreu influências conceituais. Após a década de 70, passou a estar vinculado juntamente com adjetivos como humano, social e sustentável.

É relevante especificidade quando relacionada às empresas privadas com objetivos de lucros, pois em sua grande maioria não busca o bem-estar social dos indivíduos, tendo como seus objetivos e metas a busca pelo crescimento econômico de sua empresa. Ao contrário das cooperativas de créditos, pois visam à qualidade de vida para seus cooperados mediante seus serviços e produtos ofertados (MARCHESAN; BONETI; TOMPOROSKI, 2019).

No entanto, a prerrogativa do desenvolvimento local associado ao sustentável é equilibrar o crescimento econômico com os benefícios de proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das pessoas, formando a trindade da sustentabilidade.

As cooperativas sustentam em seus princípios, a convergência das dimensões ambiental, social e econômica, que se interligam na sustentabilidade empresarial (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008). Os três aspectos favorecem a interação de sistemas que garantem a sobrevivência humana em longo prazo e não podem ser vistos separadamente.

Como o desenvolvimento e a sustentabilidade está inerente nos princípios do cooperativismo, deve-se observar a caracterização e sua análise de diferentes formas de dimensões, embora apresentem similaridades nas áreas prioritárias, elas são interdependentes e não é possível isolá-las (FIALHO *et al.*, 2008, p.106). A sustentabilidade está dividida em três dimensões: i) sustentabilidade econômica; ii) sustentabilidade social e iii) sustentabilidade ambiental, conforme apresentado no Quadro 6:

Quadro 6 - Dimensões da sustentabilidade

<p>Sustentabilidade econômica</p>	<p>Conceitua o aumento da produção e do consumo perante as necessidades crescente de recursos naturais. Demonstrando uma contínua inovação tecnológica, migrando do ciclo fóssil de energia para desmaterialização da economia.</p>
--	---

Sustentabilidade social	Salienta que todo indivíduo possa ter o mínimo necessário para uma vida digna que ninguém subtraia bens ou recursos naturais em prejuízo a sociedade.
Sustentabilidade ambiental	Pressupõe que os modelos de produção e consumo sejam compatíveis com a base material da economia como um subsistema do ambiente natural. Neste contexto, entende-se produção e consumo para permitir que os ecossistemas mantenham sua capacidade de autopreparação ou resiliência.

Fonte: Fialho (2008), adaptado pelo autor.

Diante desse cenário, o cooperativismo se apresenta como modelo de gestão socioambiental, uma vez que visa o desenvolvimento social, a distribuição de renda e a qualidade de vida de seus associados e da sociedade em geral, baseados em sete princípios: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação; formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade (OCB, 2022).

Ainda nesse contexto, as instituições financeiras formais no Brasil, como bancos convencionais, ligadas à oferta de crédito apresentavam dificuldades de oferecer produtos e serviços adequados para o público de estratos vulneráveis (MARCELINO; SOUZA, 2020).

O principal papel das cooperativas na caracterização das ofertas de crédito para seus associados é promover o fortalecimento da economia local e a inserção social dos indivíduos de vulnerabilidade, pelo qual o sistema bancário permite a desassistência. Constituindo-se como principal instrumento de inclusão social e financeiro promovendo o desenvolvimento local (FERNANDES *et al.*, 2018).

O cooperativismo, expresso pelas distintas organizações cooperativas, identifica o empoderamento local-regional, com o exercício da liderança no âmbito da participação, da democracia e da dimensão da pertença dos seus membros com o desenvolvimento do meio, a sociedade (DAGNINO, 2002).

Assim sendo, as cooperativas de créditos contribuem, além da organização cooperativada, no valor adicionado gerado por elas em seus municípios (contribuições tributárias); como geradores de oportunidade de trabalho e renda; de fomento e extensão tecnológica aos produtores; no oferecimento de operabilidade mercadológica, seja na condição de oferta de bens e serviços, seja na demanda de

bens e serviços; oferecimento de serviços de crédito e operacionalidade bancária (ROVANI *et al.*, 2020).

Estas constatações corroboram com outras definições acerca das contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento local, como destacados por Balen (2023), quando revela que as cooperativas geram aportes dinâmicos a economia, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento, sendo: as cooperativas são espaços de organização, participação, exercício da democracia e da cidadania entre os seus membros e a comunidade.

Outro fator é que as cooperativas são ambientes de inserção mercadológica, de operação e de agregação de valor a cadeia produtiva e do trabalho, seja na produção, na industrialização e no consumo; acesso aos mercados complexos, de grandes volumes e de barganha, ambientes estes considerados inacessíveis individualmente; as cooperativas, pela cooperação no crédito são fomentadas da poupança e do crédito, com o novo investimento regional das economias e recursos gerados, inibindo transferências de rendas e riquezas para outras regiões (ROVANI *et al.*, 2020).

O autor ainda afirma em seus exemplos que, as cooperativas operam mercados considerados menos dinâmicos e geograficamente periféricos, e que são menos atrativos aos grandes conglomerados econômicos; as cooperativas se constituem em espaços de inclusão no trabalho, com geração de novas oportunidades, constituindo-se em escolas de profissionalização para distintas atuações profissionais.

As cooperativas de créditos, portanto são consideradas meios que desenvolvem a cidadania mediante a autogestão de seus membros, da autonomia, da liberdade e principalmente da participação (FALKEMBACH; WITTMANN; BOFF, 2023).

As principais características que as diferenciam das sociedades de capital são a participação dos membros e suas corresponsabilidades na gestão da organização, ou seja, são características essenciais nos processos de criação, desenvolvimento e sobrevivência da organização, o qual irá refletir no desenvolvimento local (MORATO; COSTA, 2011). As cooperativas são entendidas como facilitadoras das práticas sustentáveis sociais, pois fornecem suporte e auxiliam no acesso ao conhecimento financeiro para os cooperados (SILVA; TORRES, 2020).

Esse formato organizacional visa satisfazer os anseios econômicos, culturais e sociais. As sociedades cooperativas promovem o desenvolvimento de suas respectivas comunidades (LIMA; OLIVEIRA; COLOMBELLI, 2018). Já Braúna (2016) ressalta que o cooperativismo traz em seus princípios o respeito ao meio ambiente, a qualidade de vida e ao empreendimento de projetos sustentáveis que estimulam o respeito para a comunidade e ao ser humano.

Segundo Pereira (2020), muitas organizações crescem com a preocupação no desenvolvimento local sustentável, com foco na redução de impactos ambientais ou preservação ambiental, contudo as cooperativas de créditos também se preocupam, além desses critérios, com a preservação da saúde humana.

Pelo exposto ressaltou o conceito sobre fundamentos das funções cooperativistas, com seus conceitos e características, assim como o desenvolvimento, econômico e sustentável de autores abordados nesta revisão. Dispondo como pressuposto básico, que o desenvolvimento só pode ser considerado, se o crescimento econômico resultar em melhoria na qualidade de vida da comunidade local, e nesta pesquisa na perspectiva das organizações financeiras motivado pelo Cooperativismo.

3 METODOLOGIA

Existem muitas abordagens para definições sobre pesquisa e seus métodos, entretanto, elegeu-se à luz dos autores presente neste estudo, perante destaque a definição preconizada por Lakatos e Marconi (2011), para as quais a pesquisa é concebida por meio de etapas formais, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico. Nesta mesma linha de pensamento, Minayo (1995), afirma que a pesquisa é realizada mediante conhecimentos acessíveis com a utilização de métodos e técnicas de investigação, envolvendo diversas etapas.

Portanto, nesta seção, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta dissertação. Para Lakatos e Marconi (2011), não existe ciência sem a aplicação de métodos científicos, para tanto a pesquisa utiliza-se de um conjunto de atividades sistemáticas e racionais chamada de métodos que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido.

O desenvolvimento da pesquisa científica e a necessidade de verificar a veracidade do conhecimento a ser produzido exigem a adoção de abordagens alinhadas com ferramentas capazes de atingir os objetivos e metas estabelecidos.

Como primeiro passo, por essas ferramentas, é necessário um estudo epistemológico para identificar as teorias e métodos científicos que melhor se aplicam a cada estudo (GODOI; MELO; SILVA, 2010).

Cada fase requer procedimentos característicos de cada tipo de pesquisa. Assim, continuar-se-á a detalhar esse estudo, com base nas particularidades e desafios do nosso processo investigativo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo, quanto ao delineamento da pesquisa está baseado em uma pesquisa qualitativa, que busca analisar as contribuições sociais e econômicas das Cooperativas de Créditos no desenvolvimento do município de Ji-Paraná (RO).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, cujos procedimentos técnicos se deram mediante ao estudo de caso múltiplo. A escolha do método visou à necessidade da análise de modo mais

abrangente do conteúdo pesquisado deste trabalho. Exploratório, porque propôs maior aproximação, familiaridade do pesquisador com o objeto investigado.

Segundo Santos (1999), a pesquisa exploratória tem características como: maior número possível de informações sobre o fenômeno a ser investigado; adequado apontamento dos objetivos e hipóteses; enfoque nas ideias primárias e abertura para novas descobertas. Ainda destaca que possui como objetivo principal o aprimorar de ideias ou a descoberta de intuições, sendo esses estudos na maioria dos casos de aplicação de levantamento bibliográficos.

Uma pesquisa de caráter exploratório, abordar em seu objetivo, promover o esclarecimento de um conceito, para tomada de consciência, adotando técnicas e métodos de pesquisa de estudo experimentais.

Para Santos (1999), é o contato primário com o tema a ser estudado, com os sujeitos a serem pesquisados, e com fontes secundárias disponíveis. O qual envolve dados descritivos com relação às organizações, lugares, pessoas e formas de interação entre o pesquisador com o objeto de análise.

Quanto aos aspectos descritivos, o objetivo foi compreender a natureza fenomenológica do objeto. Segundo Martins e Theóphilo (2009), os estudos descritivos têm como objetivo conhecer a natureza do fenômeno estudado, a forma como é constituído, as características e processos que dele fazem parte.

Nas pesquisas descritivas, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para poder modificá-la. Ainda, em relação à pesquisa descritiva, Gil (2010, p. 46) afirma que esta “[...] tem como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Este trabalho fundamenta-se sua pesquisa na abordagem qualitativa, que busca investigar, analisar e descrever as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de crédito no desenvolvimento local do município de Ji-Paraná (RO).

Segundo Chizzotti (1995, p. 78), a pesquisa qualitativa “é uma designação que abriga correntes de pesquisas diferentes, que se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental”.

Conforme Godoy (1995, p. 58), a pesquisa de abordagem qualitativa não busca enumerar e/ou medir os eventos pesquisados, nem se utiliza de instrumentos estatísticos na análise dos dados. O ponto inicial são questões ou focos de

interesses com maior amplitude, que vão se definindo conforme o estudo se desenvolve.

Perante a abordagem qualitativa, a pesquisa adota o método histórico-antropológico, pois “capta os aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem”, na proporção em que o objetivo é o resgate do processo de aprendizagem dentro do conjunto organizacional e social (Chizzotti, 1995, p. 104). Assim como, fundamenta em compreender e interpretar as práticas, ações, atitudes e reações, perante o enfoque e expectativa dos sujeitos participantes do estudo. O que impele em analisar as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de créditos perante o desenvolvimento local no município de Ji-Paraná (RO).

Para os procedimentos adotados este é um estudo de caso múltiplo, o qual “é um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido com uma categoria de investigação que tem como objeto mais do que um único caso” (PRODANOV; FREITAS, 2013, P. 60), e deliberando utilizar-se métodos diferentes de coleta de dados (VERGARA, 2013).

Também foram analisados e investigados documentos disponibilizados por meio das peças contábeis adquiridas no setor contábil das cooperativas SICOOB CENTRO, CREDISISJICRED e CRESOL AMAZÔNIA, o qual compreende no balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas com recorte de tempo do ano 2021.

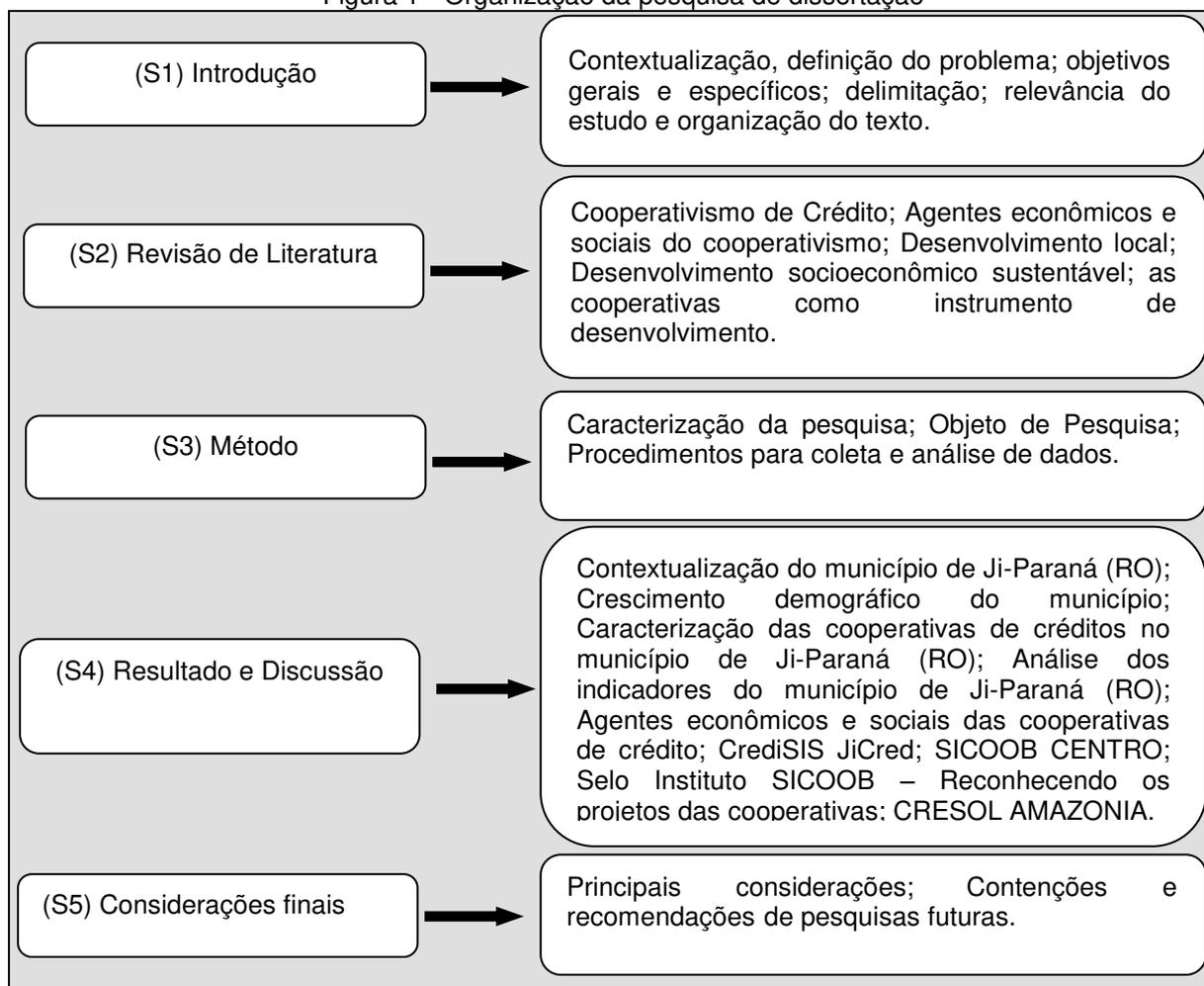
Para cumprir os objetivos apresentados, tendo em vista aspectos de contribuições para o desenvolvimento econômico e social, a pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa com vista a fomentar uma melhor análise do fenômeno e dos dados.

3.2 OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo desta pesquisa é analisar as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de crédito no desenvolvimento local do município de Ji-Paraná (RO). A definição do espaço, para o desenvolvimento do estudo, foi fundamental por comportar as três cooperativas de créditos existentes no estado, justificando-se pela concentração de suas sedes.

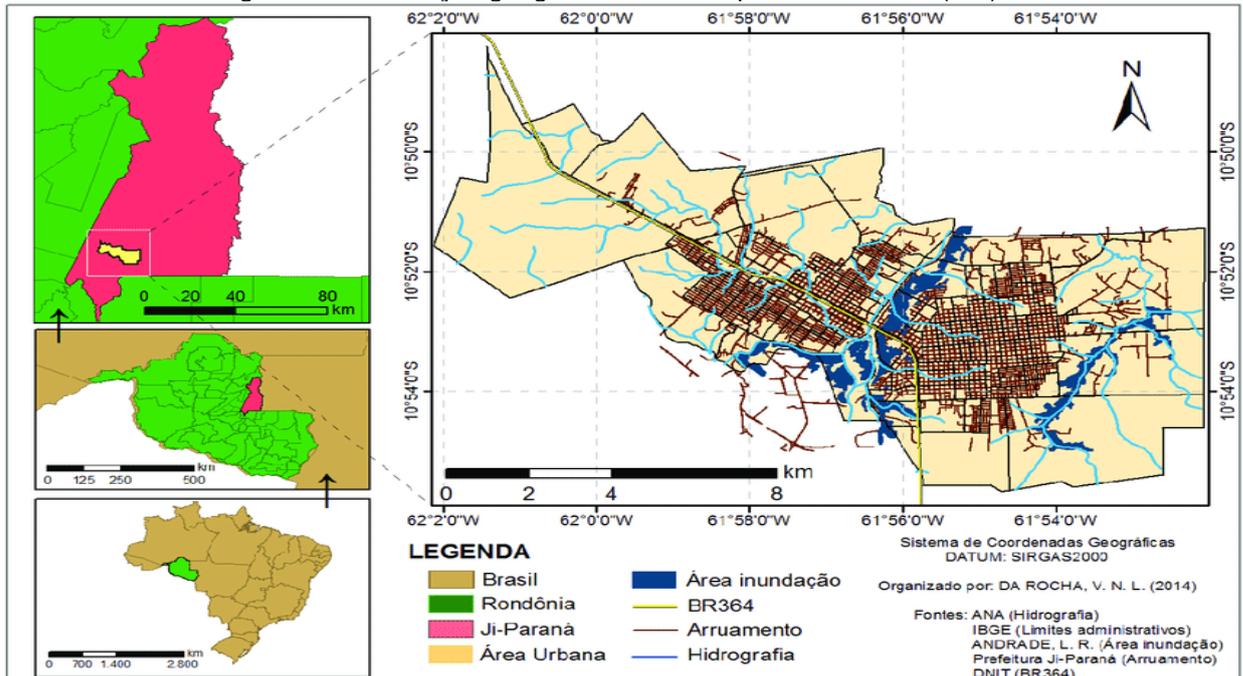
O município de Ji-Paraná/RO está localizado no interior do estado de Rondônia, na região centro-leste, aportado na rodovia BR-364 entre as cidades de Ouro Preto D'Oeste e Cacoal, sua área territorial é de 6.896,649 km², com a distância de 372 km da capital do estado, sua população estima em 131.026 e sua densidade demográfica é de 16,91 habitantes por km² no território e seu IDHM 0,714 (IBGE, 2010), verifica-se a localização do município de Ji-Paraná conforme a Figura 1.

Figura 1 - Organização da pesquisa de dissertação



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 2 - Localização geográfica do município de Ji-Paraná (RO)



Fonte: GONZALEZ, (2019).

A região era ocupada anteriormente pelas tribos indígenas Jarus e Urupás, iniciando a povoação primeiramente com o nome Urupá. O topônimo do município originou-se mediante ao rio Ji-Paraná, conhecido atualmente como rio Machado, conforme Figura 3.

Figura 3 - Vista área do rio Machado



Fonte: GONZALEZ, (2019).

Em 1909, o então Marechal Rondon ao chegar ao rio, construiu uma estação telegráfica próxima às margens do rio Ji-Paraná. Em 1968, o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA acelerou a migração vinda do centro-sul. E em 1977 foi decretada a emancipação política recebendo o nome oficial de Ji-Paraná (IBGE, 2010).

O ambiente da pesquisa preconizou o município de Ji-Paraná/RO, devido ao seu efetivo de cooperativas de créditos centralizada no local, possuindo as três sedes de cooperativas de créditos do sistema financeiro cooperativista.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Como procedimento inicial, característico do método escolhido para a pesquisa, realizamos uma etapa exploratória para levantamento de dados e situarmos a compreensão da nossa temática na realidade escolhida.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados e disponibilizados foram por meio das peças contábeis, adquiridas no setor contábil das cooperativas SICOOB CENTRO, CREDISISJICRED e CRESOL AMAZÔNIA, e compreende no balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas com recorte de tempo do ano 2021.

Os referidos materiais encontram-se disponíveis em bibliotecas virtuais em mídias físicas e endereços eletrônicos na internet. As informações referentes em forma de tabelas ou gráficos estatísticos demonstram e facilitam a visualização dos resultados.

A presente pesquisa caracteriza-se em duas etapas distintas. A primeira realizou-se uma revisão bibliográfica para embasar os fundamentos, conceitos, percursos e histórico a respeito do cooperativismo e seus agentes econômicos e sociais, assim como desenvolvimento local e seus elementos doutrinários e as cooperativas de créditos como instrumento de desenvolvimento local.

Na complementação das investigações, realizou-se buscas em fontes secundárias e nas referências. Foram relevantes, as pesquisas on-line junto aos sites de bibliotecas virtuais, sistemas cooperativos, bancos de teses, BACEN – Banco Central do Brasil e órgãos governamentais, relacionado ao estudo sobre a região onde situa a experiência, demonstraram também capilaridade perante a organização de um quadro contextual com maior amplitude. Nesse sentido, o IBGE

e ATLAS estiveram entre as fontes mais consultadas, assim como, para informações de políticas públicas colhidas em plataformas de órgãos governamentais, e especial sobre PRONAF, sendo fundamental na pesquisa.

Assim como, inicialmente foi enviado um e-mail para as cooperativas participantes, com intuito de explicar o estudo envolvendo as referidas cooperativas. No e-mail, detalhava o objetivo da pesquisa, com identificação do pesquisador, assim como a instituição e o orientador envolvido.

Na sequência foi marcada uma reunião on-line com cada dirigente das respectivas cooperativas, com a pauta sobre a proposta da pesquisa. Também na reunião realizada, foram autorizados e enviados os documentos pertinentes das cooperativas para a segunda fase do estudo.

A segunda fase atrela-se ao município de Ji-Paraná (RO) e à sua contextualização do cooperativismo ji-paranaense, com relação as contribuições das cooperativas de créditos SICOOB CENTRO, CREDISISJICRED e CRESOL AMAZÔNIA, fundamentada na pesquisa documental por informações contábeis sendo: Balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas com recorte de tempo do ano 2021. Sendo eleitas as fontes de dados mediante a importância das cooperativas no desenvolvimento do município.

O fato de as cooperativas de créditos serem relevantes para o município de Ji-Paraná (RO) precisou avaliar esse aspecto sobre a ótica do balanço financeiro. Perante o acesso ao setor contábil das respectivas cooperativas, o qual foi restrito, mas suficiente para conhecer a saúde financeira delas.

Escolher as cooperativas de créditos com sedes em Ji-Paraná (RO) foi singular pelo contexto das cooperativas estarem ascendendo no processo de expansão físico do local.

Os dados adquiridos poderiam ser utilizados para uma avaliação educacional, institucional, social, contudo, o objetivo é descrever sobre as suas contribuições sociais e econômicas no desenvolvimento do município.

Para contemplar a promoção do aprendizado cognitivo do desenvolvimento do município, visto por um atendimento mínimo das necessidades básicas da população, revestido de qualidade de vida do indivíduo nas esferas social, econômica e ambiental.

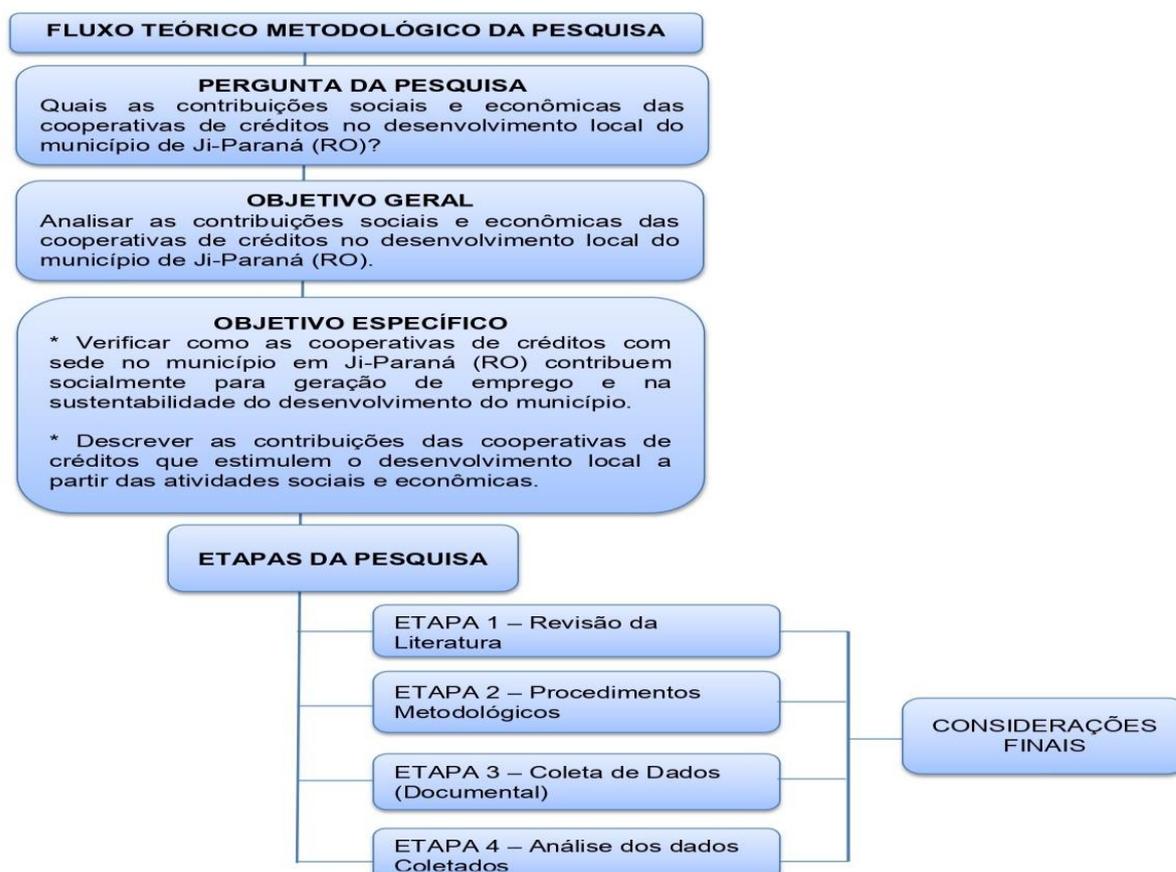
Os dados que foram adquiridos mediante os documentos das cooperativas de créditos foram analisados considerando a abordagem qualitativa, segundo o método de análise de conteúdo, atrelando a pesquisa aos procedimentos do estudo de casos múltiplos, perante as três cooperativas de créditos no município.

Em conformidade dos dados obtidos foram analisados e apresentados no trabalho com vista a adicionar informações e projetar a interpretação dos resultados e sua compreensão, para contribuição de um melhor entendimento da estrutura organizacional das cooperativas de crédito, demonstrando as contribuições sociais e econômicas das cooperativas no desenvolvimento de Ji-Paraná (RO).

Dessa forma, após a descrição dos procedimentos metodológicos, apresenta-se na próxima seção a descrição dos resultados, ressaltando dados e discussões da do presente estudo.

Para alcançar a finalidade e compreensão perante o desenvolvimento do estudo, segue a Figura 4 que apresenta as etapas referentes à condução desta pesquisa juntamente com seus objetivos.

Figura 4 - Fluxograma com delineamento da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, relatam-se os resultados e suas análises mediante os dados obtidos pelo estudo documental adquiridos nas Cooperativas SICOOB CENTRO, CREDISISJICRED e CRESOL AMAZÔNIA.

O texto se divide em três subseções: a subseção contextualiza o município de Ji-Paraná para uma melhor compreensão, sobre o município em estudo, apresentando as informações socioeconômicas, históricas e geográficas do município e da trajetória das três cooperativas de créditos em estudo.

A segunda seção demonstra os indicadores do município diante dos dados IDHM, com recorte temporal das décadas de 1991, 2000 e 2010; e a terceira e última seção, as contribuições econômicas e sociais das cooperativas de créditos que são ofertados aos membros cooperados e comunidade em geral com finalidade de desenvolvimento local.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO)

O desejo cooperativista nasce no interior de Rondônia com uma relação direta a concessão de crédito rural e empresarial, na década de 1990, já então extinto o Banco Estatal de Rondônia, o BERON.

Dessa forma, o governo incentivou a fundação de instituições financeiras no estado. Com a população de Ji-Paraná (RO) formada principalmente por imigrantes do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo (FUSINATO, 2006).

Concretizou nesse momento o idealismo das cooperativas de crédito voltado para o nicho empresarial e alavancado pelas linhas de acesso ao crédito rural, tendo como base a formação de conselheiros administrativos e fiscais, assim como o corpo técnico de funcionários qualificados, com vista para atender as necessidades e desejos específicos dos membros cooperados (FUSINATO, 2006).

É possível demonstrar que as cooperativas de créditos no período de 2000 em Ji-Paraná (RO) foram um fator indutor de modernização, na proporção em que corroborou para a formação intelectual, governança e inovação mediante as ações institucionais ao segmento.

As cooperativas existentes no município de Ji-Paraná incentivaram investimentos, promoveram o desenvolvimento territorial com suas sedes e influenciaram densamente na dinâmica socioeconômica, cultural e política do município (SILVA, 1996).

O município de Ji-Paraná pertence ao estado de Rondônia, na região norte do país, sua população estimada é de 131.026 habitantes, o qual classifica em segundo lugar na cidade mais populosa do estado, a décima sexta na região norte e a 226ª no âmbito nacional (IBGE, 2021).

O PIB municipal em 2020 foi de R\$ 4.057.626,43, e seu PIB *per capita*, nesse mesmo ano foi de R\$ 31.210,35, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em 2010 sendo 0,714 e com a participação de 5,2% na arrecadação estadual de imposto em circulação de mercadorias e serviços de 2020 - 2021.

Os municípios limítrofes são: Vale do Anari (N), Mato Grosso (L), Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso, Theobroma, Urupá, Teixeirópolis (O), Presidente Médici e Ministro Andreazza (S) (IBGE, 2021).

A composição do PIB do ano de 2020 mostrou o seguinte registro:

- i) Registro bruto da Agropecuária: R\$ 155.960,88;
- ii) Registro bruto da Indústria: R\$ 589.530,58;
- iii) Registro bruto do Serviço: R\$ 1.950.006,85;
- iv) Impostos sobre produtos líquidos de subsídios: R\$ 566.032,03.

Em decorrência da posição central geográfica no estado de Rondônia, o município de Ji-Paraná se privilegia pela produção agrícola, especialmente de grãos e também pela pecuária, seguida por uma infraestrutura de transportes que facilita o escoamento dessa produção agrícola, e com o polo industrial na contribuição de geração de empregos formais e diversificação da economia local, e ainda com seu polo de ensino abrigando instituições de ensino técnico e superior, o qual atrai estudantes de outras regiões para o local.

O município de Ji-Paraná possui alta capacidade de produção pecuária e um clima favorável, com estes atributos o município possui potencial para o desenvolvimento local. Ao ressaltar a inovação e modernização no agronegócio, na busca da preferência nas produções comerciais, sem a valorização dos aspectos sociais e ambientais que poderiam ser incorporados, conforme a Figura 5.

Figura 5 - Foto área do município de Ji-Paraná (RO)



Fonte: IBGE (2021).

O município se encontra a 380 km de distância da capital do estado, com seu acesso evidenciado pela Rodovia Federal BR-364, adentrando pela cidade. O município tem um aeroporto, com pista pavimentada compatível com aeronaves de médio e pequeno porte.

4.1.1 Crescimento demográfico do município de Ji-Paraná

Quanto ao crescimento demográfico do município, após o período do ciclo da borracha, com o núcleo de povoamento de seringueiros nas proximidades da foz do rio Urupá, atualmente chamado de rio Machado, no final do século XIX, o desbravador Cândido Mariano da Silva Rondon, tendo um papel fundamental na construção da primeira estação Telegráfica, conectando a cidade de Cuiabá com Porto Velho, posteriormente a casa do Marechal Rondon e atualmente museu do município, conforme a Figura 6.

Figura 6 - Estação Telegráfica de Ji-Paraná (RO)



Fonte: IBGE, (2010).

No mesmo período estava sendo construída a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, e a integração do telégrafo contribuiu para ocupar e acabar com o isolamento da região (VILHENA, 1999).

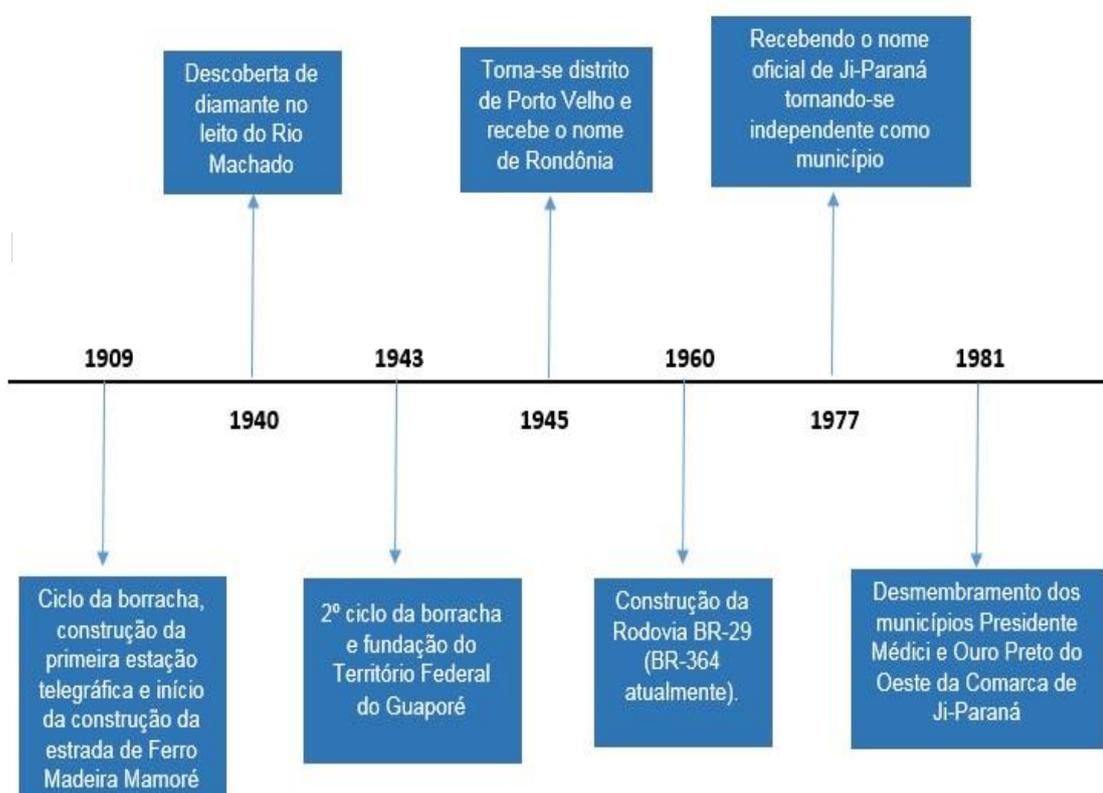
A então economia da região era oriunda da extração do látex, posteriormente com a desvalorização do preço na sociedade mercadológica internacional, os seringalistas e seringueiros abandonaram a região. Em 1940, com a descoberta dos diamantes no leito do rio Machado, um novo movimento migratório promoveu o crescimento da região. No ano de 1943, vivenciado pelo segundo período do ciclo da borracha, agora em menor proporção, fundou-se o Território Federal do Guaporé, atualmente estado de Rondônia. E em 1945, o presidente eleito na época, Getúlio Vargas, constituiu o distrito de Rondônia pertencendo ao município de Porto Velho, o qual nessa década, o município de Ji-Paraná era conhecido popularmente como Vila de Rondônia (IBGE, 2021).

Somente em 1960, com a construção da rodovia BR-29, a atual BR-364, permitiram que os imigrantes da região do sul do país, deslocados pelo aumento da mecanização do agronegócio, se estabelecessem na região.

Na década de 1977, adquiriu requisitos para município independente, empregando o seu nome atual e em 1981, os distritos de Presidente Médici e Ouro Preto foram desmembrados do município e se tornaram os atuais municípios de Presidente Médici e Ouro Preto do Oeste (IBGE, 2021).

A Figura 7 apresenta a evolução do crescimento demográfico do município de Ji-Paraná (RO) de forma gradativa temporal, sendo possível estabelecer uma articulação do fenômeno do desenvolvimento local demonstrando sua evolução.

Figura 7 - Evolução do crescimento demográfico de Ji-Paraná (RO)



Fonte: Adaptado IBGE (2022).

Evidencia-se que um dos principais fatores do crescimento demográfico de Ji-Paraná (RO) é o desenvolvimento econômico da região, porque o município possui uma economia diversificada, com destaque para setores da indústria, comércio e principalmente o agronegócio, o qual atrai muitos migrantes de outras regiões, o que auxilia no aumento da população.

E foi com o crescimento econômico advindo da cadeia produtiva agropecuária e pela camada empresarial, que se difundiram de forma acelerada, primordialmente pelas inovações tecnológicas, possibilitando a fundação e a cultura de cooperativas de créditos na região.

4.1.2 Caracterização das cooperativas de crédito no município de Ji-Paraná (RO)

Inclusive, o processo do sistema de cooperativas de crédito no município de Ji-Paraná iniciou na década de 1990, com a implementação da cultura cooperativista mediante a ausência de acessos a créditos financeiros por produtores rurais da região e do setor empresarial.

Por vezes, pela busca de melhores soluções financeiras, evidenciou-se a formação de membros cooperados para fundação das cooperativas, qualificando a autogestão e fortalecendo o comércio e o sistema financeiro local. Assim, ao observar o relatório do Conselho de Administração das Cooperativas de créditos de 2021, apresentado na Assembleia Geral Ordinária de 2022, expôs-se um quadro social formado por 83.827 associados na macrorregião de atuação das três cooperativas, assim como um total de capital social integralizado pelos membros associados no montante de R\$ 158.014.214,60 nesse mesmo ano.

Pela observação dos aspectos analisados, segundo as cooperativas de créditos suas ações e atividades de bens e serviços financeiros, concentram na cidade de Ji-Paraná (RO), contudo, operam também mediante suas unidades de atendimento na região central do estado, Rio Branco (AC), Belém (PA) e região leste do Amazonas, atendendo seus associados com acessos financeiros e soluções para setor empresarial e agropecuário.

Na realidade, no período da década de 1990, as cooperativas de créditos atendiam somente em seu município sede, já no ano de 2012 começaram a expandir suas atividades financeiras para outras localidades, movimentando-se assim, perante o território estadual e conseqüentemente regional, favorecendo o acesso às linhas de créditos e produtos e serviços financeiros para os associados de regiões vizinhas.

Para as cooperativas de créditos ji-paranaense, demonstram em suas atividades cumprir com sua missão organizacional, fornecendo soluções financeiras assertivas, conduzida por um relacionamento favorável, motivando o desenvolvimento de seus membros cooperados, de seus empreendimentos e da comunidade local.

Portanto, observa-se que todas essas cooperativas de créditos com sedes no município de Ji-Paraná (RO) estão ligadas a suas respectivas centrais de créditos, para ofertar as cooperativas relacionadas serviços como: setor jurídico, assessorias contábeis, departamento de marketing e planejamento estratégico e produtos como consórcios, seguros e financiamentos, em busca da unificação das suas ações e ideologia perante outras cooperativas financeiras singulares da mesma bandeira.

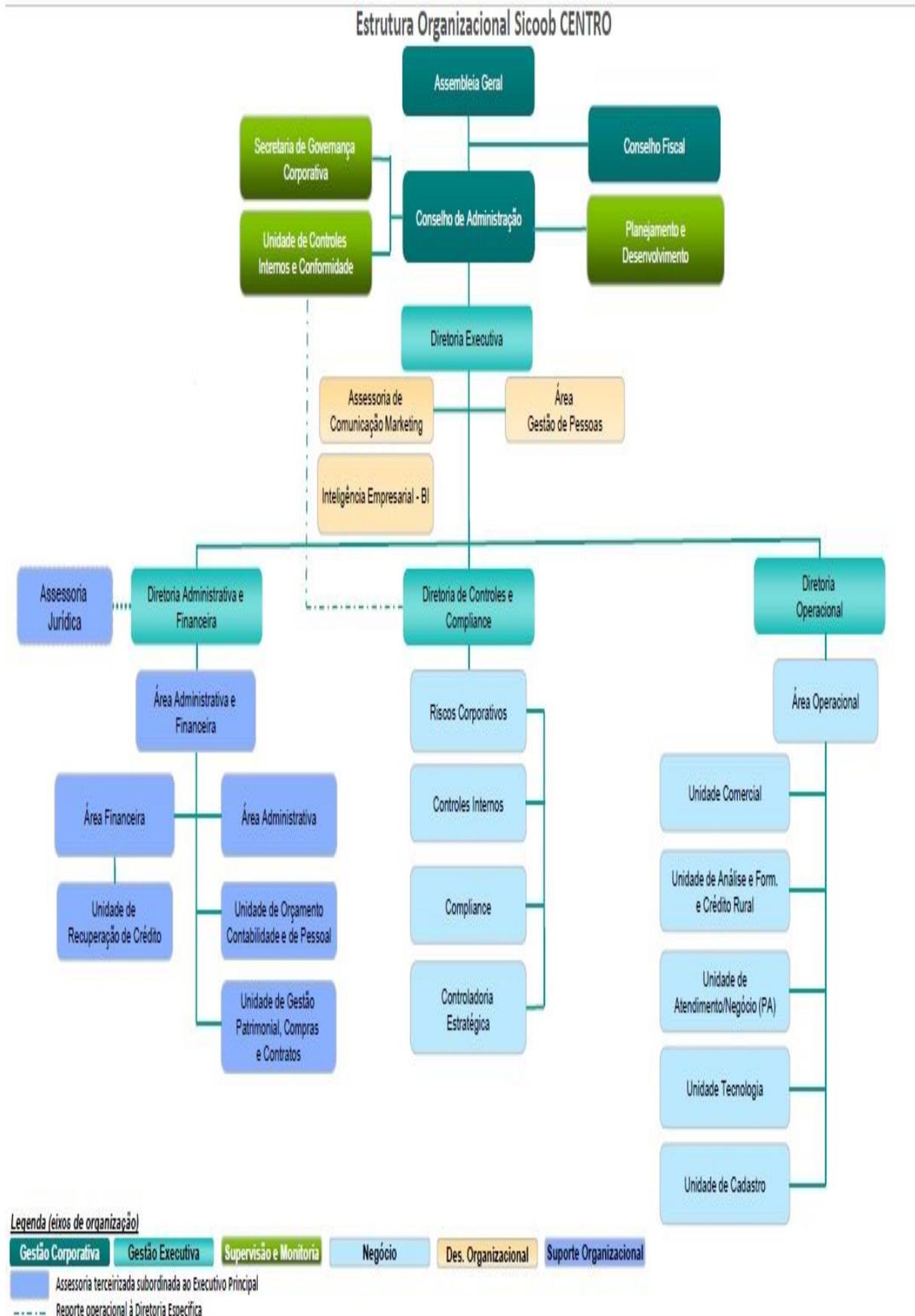
As finalidades fundamentais das cooperativas de créditos estão resumidas em seus Estatutos Sociais, a fim de propiciar mediante as mutualidades, a assistência financeira aos seus associados, conforme suas necessidades pessoais e atividades específicas.

Isso demonstra que, as cooperativas de créditos do município de Ji-Paraná devem atender à dimensão econômica do empreendimento perante seus cooperados, pela prática do ato cooperativo, realizando com que uma parte do excedente de seus recursos seja reaplicada em seu ciclo operacional para melhoria constante e a outra, seja investida na qualidade de vida de seus associados.

As estruturas administrativas das cooperativas de créditos, do município se caracterizam pelo sistema de governança e autogestão em seu organograma, elaborado pelas suas legislações do cooperativismo e monetário, as normativas e resoluções do Banco Central do Brasil e das cooperativas, assim como as tomadas de decisões dos dirigentes de forma norteadora perante suas elaborações do planejamento estratégico.

Conforme se observa na Figura 8, para as cooperativas de créditos, a estrutura plausível da organização é efetivada por dois pilares: autogestão, eleita por seus membros e regida pela legislação federal 5.764/71 e pela executiva, contratado pela modalidade CLT, referido pelas competências ao cargo proposto.

Figura 8 - Organograma das responsabilidades e ações setoriais



Desse modo, com a descrição do organograma na Figura 8 são apresentadas as distribuições das responsabilidades e as respectivas ações de cada setor das cooperativas de créditos.

As cooperativas pesquisadas detêm a obrigação de efetivarem a Assembleia geral, sendo o órgão supremo das sociedades de cooperativas de créditos, dentro de seus limites estatutários e legais, com poderes para decidir os negócios relativos ao objetivo da cooperativa e conseqüentemente tomar as resoluções adequadas para o desenvolvimento e defesa das cooperativas ji-paranaense, e suas decisões vincula aos membros cooperados presentes e ausentes ou discordantes (BRASIL, 5764/71 ART. 38).

Elas podem ainda, ser convocadas mediante a descrição da legislação e estatuto, respeitando seu rito pela ordinária ou a qualquer momento de forma extraordinária. Compete também eleger seus membros do conselho administrativo e conselho fiscal e outros conselheiros se assim legislar o estatuto.

As respectivas cooperativas de créditos do município de Ji-Paraná são administradas sobre a prerrogativa de ser diretoria ou conselho de administração, e todas com predominância ao sistema de governança, com sua composição exclusivamente de membros associados, com seus mandatos nunca superior a quatro anos, legislado sobre estatuto, assim como a sua renovação.

Os membros do conselho fiscal das três respectivas cooperativas são todos membros cooperados, respeitando as suas normativas e legislação vigente, bem como, seu próprio estatuto nas funções e atribuições, renovações e aptidões para concorrer ao cargo junto a suas respectivas cooperativas de créditos.

4.2 ANÁLISES DOS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ (RO)

Indicadores retratam as medidas de comportamento e desenvolvimento de conjuntos de sistemas complexos, o qual fornece de forma fidedigna uma síntese dos resultados alcançados. Necessitam expor em forma de medidas as modificações que pode acontecer devido às mudanças pela ação antrópica (MARZALL; ALMEIDA, 2016).

Segundo Borba (2009), o indicador é um estimador que se relaciona devidamente a um atributo, característica ou propriedade determinada, o qual irá fornecer um conjunto de informações sobre o fenômeno ou comportamento do

objeto de estudo. Ressalta-se nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) uma medida promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de analisar a qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da população.

Uma relevante plataforma de dados é o ATLAS do Desenvolvimento Humano, o qual consulta os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios de cunho nacional, com 180 indicadores de população, educação, habitação, trabalho, saúde e vulnerabilidade, todos extraídos dos Censos Demográficos dos anos 1991, 2000 e 2010. Ao citarmos sobre os índices, é relevante informar que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) para 1 (demonstrando o desenvolvimento humano total).

Para PNUD (2013) países com seus IDH até 0,499 possuem desenvolvimento humano classificado como baixo; os índices que estão entre 0,500 até 0,799 podem ser classificados médio desenvolvimento humano; com índices que estão acima de 0,800 são classificados com desenvolvimento humano alto. Para analisar as condições de possíveis núcleos sociais menores, como os municípios brasileiros, aplica-se o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no qual se considera fatores como: educação, renda e longevidade.

Os três fatores estudados são: IDHM-E, foco na educação; IDHM-L, foco na longevidade; IDHM-R, para renda. Os índices são determinados com valores de medidas para o mínimo e para o máximo em suas categorias, que são 0 e 1.

Em conformidade com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) considerado que Rondônia em sua totalização de habitantes é 1,6 milhões no ano de 2013, distribuídos nos 52 municípios rondonienses, apenas 17 possuem população acima de 20 mil habitantes. Relatar uma composição de grandes propriedades com áreas populacionais vazias, o que resulta em baixa densidade demográfica. Entretanto a população é bem distribuída em quesito gênero, pois no período de 2011, os homens apresentaram uma pequena maioria na população, sendo de 51%.

A população do estado de Rondônia tem demonstrado um crescimento nesta última década para idades avançadas. A população situava-se na faixa etária dos 20 a 29 anos, e representava 19% da população total. Já no ano de 2011, o que observou foi uma redução para a população classificada mais jovem de 0 a 19 anos (-17% e -1%, respectivamente), aumento comedido da população econômica ativa

na faixa dos 20 até 40 anos (16% e 21%, respectivamente) e um grande aumento da população de idade avançada, dos 50 até 60 anos (64% e 56%, respectivamente).

Ao observar o município de Ji-Paraná, ele demonstrou um crescimento econômico atrelado ao investimento social, que se enfatiza nos índices de Desenvolvimento Humano, com referência ao ano de 2010, quando Ji-Paraná pode ter analisado, no antagônico o IDHM, o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não no conceito que o desenvolvimento se limita ao crescimento econômico. Sabe-se que a busca pela melhoria do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal promove a formulação de políticas públicas em âmbito municipal e auxilia a priorizar a melhoria do indivíduo em suas ações na formação de qualidade de vida.

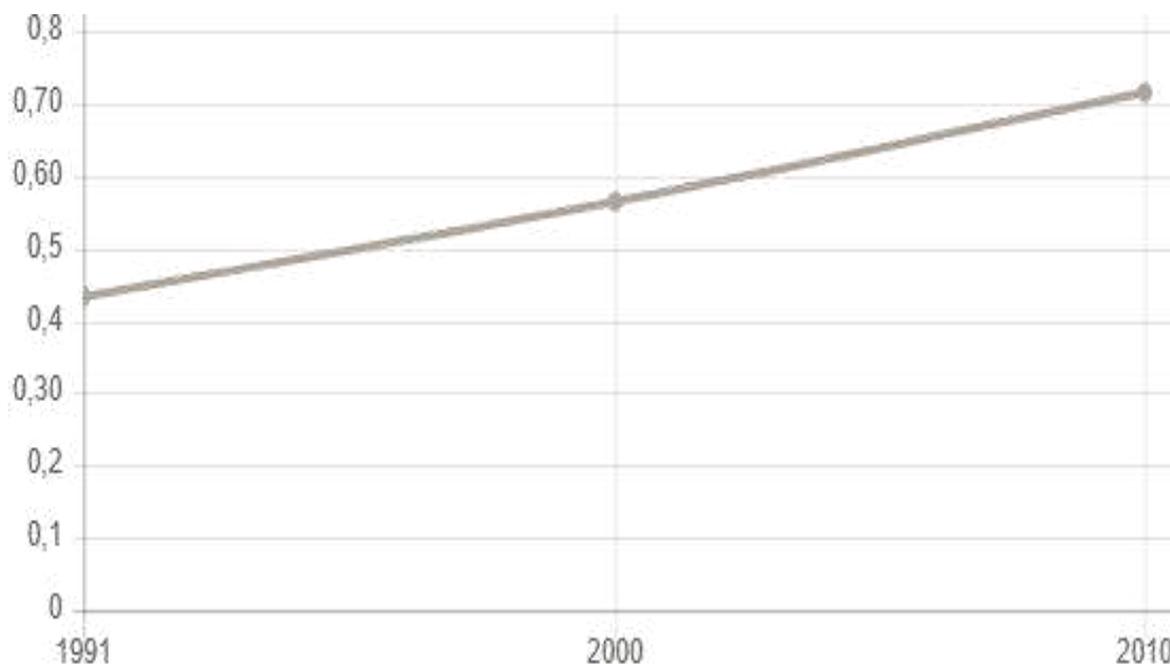
As referências utilizadas para um melhor entendimento da importância e capacidade dos indicadores como resultado de uma realidade da comunidade são três. O primeiro refere-se à longevidade, e está relacionado à vida longa e saudável da população local, evidencia o número médio de anos que cidadão nascido naquele município viveria a partir de seu nascimento, mostrando a expectativa de vida perante o nascimento, monitorado aos mesmos padrões de mortalidade daquele município.

O segundo refere-se à educação, e está relacionado ao conhecimento. E medido de duas formas e está atrelada a educação da população adulta, o acompanhamento da população em idade escolar em quatro fases da sua formação e o fluxo escolar da população jovem local. Esses dados são referenciados no Censo Demográfico do IBGE.

O terceiro refere-se à renda, e está relacionado ao padrão de vida, sendo medido pela renda municipal *per capita*. Nesse contexto, evidencia-se um crescimento econômico relacionado ao investimento social demonstrado no IDHM com referência ao ano de 2010, quando Ji-Paraná (RO) apresentou 0,714.

O município demonstra crescimento no IDHM desde o ano de 1991, o qual apresentou 0,433; e no ano de 2000 com 0,564 e no ano de 2010 com 0,714. Com percentual de crescimento entre o ano de 1991 até 2000 de 30% e entre 2000 até 2010 de 26,6%, demonstrando seu crescimento conforme a Figura 9.

Figura 9 - Evolução do IDHM de Ji-Paraná (RO)



Fonte: IBGE (2010).

O desempenho de IDHM do município de Ji-Paraná mostrou-se 0,714, sendo superior ao estado de Rondônia com 0,690; e havendo uma proximidade perante a Federação com 0,727.

Os indicadores de longevidade, educação e renda também demonstram os resultados positivos do município em comparação aos indicadores do estado e do país, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Índices IDHM no Brasil, Rondônia e Ji-Paraná (RO)

IDHM	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
BRASIL	0,727	0,739	0,816	0,637
Rondônia	0,690	0,712	0,800	0,577
Ji-Paraná (RO)	0,714	0,728	0,810	0,617

Fonte: IBGE, (2010).

Conforme demonstra a tabela 3, o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Ji-Paraná (RO) era de 0,714 no ano de 2010. O município se localiza em uma posição de Desenvolvimento Humano alto para o local, que estima

IDHM entre 0,700 e 0,799. Para elaborar uma análise do Desenvolvimento Humano Municipal, resalta-se uma análise mais minuciosa na Tabela 4, respectivamente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes.

Tabela 4 - IDHM Municipal e seus componentes – Ji-Paraná (RO)

IDHM e componentes	1991	2000	Diferença 1991 x 2000	2010	Diferença 2000 x 2010
IDHM Educação	0,209	0,373	0,164	0,617	0,244
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	22,31	33,03	10,72	53,22	20,19
% de 5 a 6 anos na escola	24,29	45,17	20,88	75,88	30,71
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental	34,20	62,51	28,31	91,17	28,66
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	16,21	33,41	17,20	59,51	26,10
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,19	17,64	11,45	38,97	21,33
IDHM Longevidade	0,659	0,713	0,054	0,810	0,097
Esperança de vida ao nascer	64,51	67,76	3,25	73,60	5,84
IDHM Renda	0,589	0,676	0,087	0,728	0,052
Renda <i>per capita</i>	312,09	536,50	224,41	743,35	206,85

Fonte: Adaptada do IBGE, (2010).

Ji-Paraná apresentou um IDHM de 0,433 em 1991, atingiu 0,564 no ano de 2000 e alcançou 0,714 no ano de 2010. Conforme demonstra a tabela 4, o percentual de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo em 1991 passou de 22,31% para 53,22% em 2010, e possui um crescimento de 30,91%, também se pode afirmar que o número de crianças entre 5 e 6 anos de idade, devidamente nas escolas no ano de 1991 era de 24,29% passou para 75,88% no ano de 2010, demonstrando um crescimento de 51,59%.

Aos alunos com faixa etária de anos entre 11 e 13 nos anos finais do fundamental em 1991 34,20% e no ano 2010 para 59,51%, ressaltando o crescimento de 25,31% e com faixa etária de 18 a 20 anos com médio completo de 6,19% em 1991 para 38,97% em 2010, com crescimento de 32,78%.

Perante o ano de 1991 a 2000, o município apresentou um crescimento de IDHM de 30,26%, entre o ano de 2000 a 2010 seu crescimento no IDHM foi de 26,60% e perante o ano de 1991 a 2010, Ji-Paraná apresentou um crescimento de 64,90%, demonstrando uma média abaixo do estado de Rondônia com 69,55% e acima da média nacional com 47,47%.

Segundo os dados da plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano 2010, Ji-Paraná (RO) ocupa 1.486ª posição do IDHM em relação aos 5565 municípios no âmbito nacional, com 1.485 (26,71%) municípios em relação melhor e 5420 (73,29%) municípios do Brasil com relação igual ou pior.

Com relação ao estado de Rondônia, possuindo 52 municípios, Ji-Paraná encontra-se na quarta posição, sendo que três (5,77%) estão na situação melhor e 48 (94,23%) estão na situação igual ou pior. A Tabela 5 demonstra o ranking das 10 melhores posições do estado de Rondônia.

Tabela 5 - Ranking IDHM do estado de Rondônia

Posição	Município	IDHM
1º	Porto Velho	0.736
2º	Vilhena	0.731
3º	Cacoal	0.718
4º	Ji-Paraná	0.714
5º	Pimenta Bueno	0.710
6º	Ariquemes	0.702
7º	Rolim de Moura	0.700
8º	Cerejeiras	0.692
9º	Jaru	0.689
10º	Colorado do Oeste	0.685

Fonte: PNUD (2010).

A população de Ji-Paraná (RO) apresentou uma taxa média de crescimento anual de 6,04% entre os anos 1991 e 2000. Posteriormente nos anos 2000 a 2010, a taxa média de crescimento populacional foi de 9,19%. E do ano 1991 a 2010 o município apresentou um crescimento populacional de 15,77%. E continua a crescer, pois as estimativas de dados do IBGE (2022) mostram que Ji-Paraná hoje conta com 124.333 habitantes.

A perspectiva da população urbana apresentou uma taxa média de crescimento no ano de 1991 a 2000 de 20,69%, sendo que no ano de 1991 sua

população apresentou 75.414 habitantes, e no ano de 2000 exibiu 91.013. Com relação ao ano de 2000 a 2010, a taxa média de crescimento foi de 15,21%, sendo que no ano de 2010 passou para 104.858. Perante os anos 1991 a 2010 a taxa média de crescimento demonstrou 39,04%. A Tabela 6 demonstra a evolução da população de Ji-Paraná.

Tabela 6 - Evolução da população do município de Ji-Paraná (RO)

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	100.726	100,00	106.800	100,00	116.610	100,00
População Urbana	75.414	74,87	91.013	85,22	104.858	89,92
População Rural	25.312	25,13	15.787	14,78	11.752	10,08
Taxa de Urbanização		74,87		85,22		89,92

Fonte: PNUD (2010).

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), apresentada anualmente para a sociedade pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), agregando todos os setores formais, estatutários, celetistas, avulsos e temporários, entre outros, monitorando a evolução dos indicadores nos municípios do estado de Rondônia. E perante a gestão governamental do Ministério do Trabalho e Emprego, setor do trabalho, pode-se contar com a RAIS, um instrumento administrativo de coleta de dados abarcando empregos formais, com carteira assinada (celetistas), contando com funcionários públicos estatutários, militares e outros vínculos com a administração pública.

Quanto aos empregos gerados pelo setor do município de Ji-Paraná (RO) no ano 2021 apresenta 28.716 empregos formais, sendo 25.059 celetistas, 3.657 estatutários e com remuneração média de R\$ 2.357,07, apontando um acréscimo de 2,6% em relação ao ano anterior. Já que no período de 2020, apresentou 27.988 vínculos ativos, 24.666 celetistas, e 3.322 estatutários, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 - Comparativo de emprego formal

Ano	Empregos celetistas	Empregos estatutários	Total de empregos	Percentual
2021	25.059	3.657	28.716	21,92%
2020	24.666	3.322	27.988	21,36%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Inclusive Ji-Paraná, no período de 2020, deteve um percentual de 24,7% da população ocupada e com salário médio mensal dos trabalhadores formais de 1,9 salários mínimos. Ocupando uma posição no âmbito estadual, conforme mostra a Figura 10, Ji Paraná ficou com 2º lugar, e em primeiro lugar o município de Porto Velho, sendo essa a capital do estado. E no âmbito nacional o município ocupa a 215ª posição.

Figura 10 - Ranking estadual de população ocupada



Fonte: IBGE (2023).

A *priori*, o município de Ji-Paraná apontou que a renda *per capita* média cresceu nas duas últimas décadas em 138,18% percentual em relação aos anos de 1991 a 2010 saindo de R\$ 312,09 para R\$ 743,35. Com a taxa média do crescimento de 71,90% para o primeiro período e no segundo período de 38,55%, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 - Renda, Pobreza e Desigualdade

Dados	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i>	312,09	536,50	743,35
% de extremamente pobres	16,70	6,50	2,67
% de pobres	40,80	21,55	8,56
Índice de Gini ²	0,56	0,60	0,54

Fonte: PNUD (2023)

²Instrumento para medir o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar *per capita* de uma determinada população e em um determinado espaço geográfico (NEDER, 2013).

Analisar as percepções de pobreza em determinadas regiões é fundamental para subsidiar dados no processo de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas e distribuição de renda, assim como o índice de Gini. O Banco Mundial estabeleceu uma métrica que pudesse analisar a linha de pobreza em escala mundial, sendo que considera extrema pobreza, indivíduos com renda per capita inferior a U\$1,90 por dia. (NEDER, 2013).

Os dados apresentados do Censo de 2010 demonstram que 121.290 pessoas estariam em condições de extrema pobreza no estado de Rondônia. Na zona urbana está relacionada com 56.064 e na zona rural 65.226. A faixa etária mais afetada no estado de Rondônia de extrema pobreza é entre 20 e 39 anos relacionados com 28,84% dos indivíduos pobres.

Outro dado relevante é que 49% da comunidade que se encontra na classe pobre do estado possuem menos de 19 anos de idade, o qual compromete o desenvolvimento individual e consequentemente deixa sequelas na educação e na saúde. O quantitativo de pessoas que vivem na faixa de extrema pobreza tem reduzido ao longo dos anos no estado de Rondônia. Os municípios que demonstram grandes desafios perante os índices de extrema pobreza no estado são Alto Alegre dos Parecis e o município de São Miguel do Guaporé. E entre os cinco municípios com menores índices percentuais de pobreza extrema encontra-se Ji-Paraná, conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Índices dos municípios classificados por percentual de pobreza extrema em Rondônia

Classificação	Município	1991	Município	2000	Município	2010
1º	Vilhena	6,65	Vilhena	5,16	Vilhena	2,10
2º	Porto Velho	8,40	Ji-Paraná	6,50	Pimenta Bueno	2,29
3º	Guajará-Mirim	14,84	São Francisco do Guaporé	6,94	Porto Velho	2,64
4º	Pimenta Bueno	15,15	Chupinguaia	7,09	Ji-Paraná	2,67
5º	Buritis	15,61	Cacoal	7,76	Ouro Preto do Oeste	3,71
6º	Ji-Paraná	16,70	Porto Velho	7,81	Rolim de Moura	3,96
7º	Ariquemes	18,90	Ariquemes	8,01	Jaru	4,32
8º	Ouro Preto do Oeste	21,39	Rolim de Moura	9,98	Ariquemes	4,36
9º	Cacoal	24,76	Pimenta Bueno	10,70	Cerejeiras	4,72
10º	Chupinguaia	25,51	Ouro Preto do Oeste	11,26	Chupinguaia	5,39
---	---	---	---	---	---	---
43º	São Felipe D'Oeste	52,35	Vale do Paraíso	24,56	Campo Novo de Rondônia	42
44º	Ministro	52,60	Alvorada D'Oeste	24,57	Vale do Paraíso	43

	Andreazza					
45 ^o	Alto Alegre dos Parecis	53,82	Nova União	24,65	Parecis	44
46 ^o	Santa Luzia D'Oeste	55,74	Machadinho D'Oeste	26,91	Seringueiras	45
47 ^o	São Miguel do Guaporé	55,87	Urupá	27,80	Novo Horizonte do Oeste	46
48 ^o	Seringueiras	57,99	Castanheiras	27,82	Rio Crespo	47
49 ^o	Castanheiras	58,29	Campo Novo de Rondônia	28,40	Vale do Anari	48
50 ^o	Cabixi	60,76	Theobroma	29,46	Machadinho D'Oeste	49
51 ^o	Vale do Anari	65,98	Nova Mamoré	30,53	Theobroma	50
52 ^o	Corumbiara	67,29	Parecis	33,56	Alto Alegre dos Parecis	51
53 ^o	Novo Horizonte do Oeste	68,10	Rio Crespo	41,11	São Miguel do Guaporé	52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2023).

Perante a longevidade, mortalidade e fecundidade, o município de Ji-Paraná mediante sua secretária de saúde, teve um crescimento de 22,99% no período de 1991 para 2010 em sua longevidade, e de 14,09% com esperança de vida ao nascer no período de 1991 com 64,51 para 2010 com 73,60. O indicador para medir a dimensão longevidade (IDHM) é a esperança de vida, conforme a Tabela 09.

Tabela 9 - Índice de longevidade, mortalidade e fecundidade

Dados	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (anos)	64,51	67,76	73,60
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	37,04	26,07	16,20
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	47,30	31,22	17,43
Taxa de fecundidade total (filhos por mulheres)	3,36	2,26	2,26

Fonte: PNUD (2023).

Para os dados acima demonstrados, apesar de existir divergências perante as concepções de desenvolvimento, contudo elas não são excludentes, o qual na verdade, em alguns eixos, elas se completam.

Para Sachs (2004), dentro dessa concepção, expressa que a melhoria de qualidade de vida deverá ser acompanhada pelo crescimento econômico, a promover indicadores mais assertivos de bem-estar socioeconômico. Conforme o diagnóstico e evidências dos dados de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em suas dimensões de renda, longevidade e educação em cada um dos

componentes, expõem os dados acedentes dos seus indicadores que nas últimas décadas diferencia-se de forma positiva, perante seu crescimento e no comparativo com outros municípios correlacionados.

4.3 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas de créditos do município de Ji-Paraná contribuem para circulação financeira, no que se refere à linha de crédito, também como foco desta pesquisa, o qual oferece aos seus cooperados linhas de créditos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Sendo este criado no em 1995 pelo Governo Federal, com o objetivo de fortalecer as ações desenvolvidas pela agricultura, de forma a auxiliar o aumento de renda, relacionando valor à propriedade e ao produto desenvolvido dentro da comunidade, com modernização do sistema produtivo, valorizando assim o desenvolvimento local, o qual as cooperativas auxiliam no acesso a esta linha de crédito.

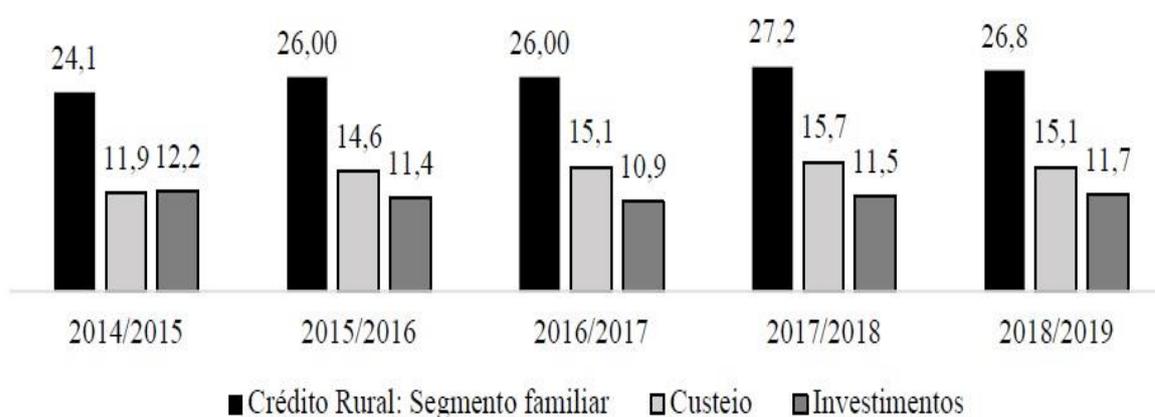
Os beneficiários desta linha de crédito das cooperativas são os produtores rurais cooperados, que estruturam suas produções rurais voltadas para o sistema de unidade familiar e que comprovem sua inclusão mediante a apresentação do DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF. Em sua estrutura de financiamento, o qual é ofertado segundo as três cooperativas, pode-se destacar a linha de crédito para custeio e investimento em ampliação, modernização da estrutura de produção ou implantação, visando à melhoria do uso da mão de obra familiar e geração de renda.

Perante as três cooperativas de crédito, o produtor rural cooperado, também deverá deter no mínimo 50% da renda familiar de sua propriedade para exploração agrícola, ter a mão de obra da propriedade como familiar, e caso precise eventualmente o trabalho assalariado, perante as exigências sazonais da atividade agropecuária e estar adimplente com sua respectiva cooperativa. Por outro lado, isso limita o quantitativo de cooperados ao acesso a créditos rurais, possibilitando apenas uma parte dos associados que se enquadram nessas normativas.

A DAP do cooperado, que irá solicitar está linha de crédito, poderá ser fornecida por entidades credenciadas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em Ji-Paraná os STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e EMATER são organizações que auxiliam para adquirir a Declaração DAP.

Os recursos financeiros das cooperativas que atuam para crédito rural, ofertados para os produtores rurais familiares cooperados (Gráfico 4), possui em sua origem de 30% dos depósitos à vista, 60% dos depósitos em poupança rural e 35% das captações com LCA efetivadas entre os bancos e destinam-se para custeio 70% para cobertura das despesas habituais do sistema produtivo; Investimento 12% para aquisição de bens ou serviços duráveis; Comercialização 5% para adoção de mecanismos que garantam o armazenamento da produção; e, industrialização 3% para a industrialização e agregação de valor à produção (BCB, 2019).

Gráfico 4 - Evolução dos recursos financeiros destinados ao segmento familiar (em bilhões de reais)



Fonte: Adaptado de BCB (2019).

As cooperativas de créditos de Ji-Paraná também disponibilizam aos seus cooperados diversas linhas de créditos de recursos próprios, com linhas para automóveis, serviços, residências, bem-estar familiar, agroindústria e pelo crédito do FNO – Fundo Constitucional do Norte.

Desenvolvido pelo Governo Federal para fomentação do desenvolvimento da região norte, criado em 1989, entretanto somente com a lei 14.222/21 de 2021, as cooperativas de créditos tiveram acesso a 10% do repasse. As linhas de créditos e consórcios, oriundos de recursos próprios, adquiridos pelo associado membro, visam serviços como estética, compra de mobília, viagens familiares. Logo, pelos planos residências pode-se adquirir recursos para reforma, construção da casa própria ou para despesas de mão de obra.

As cooperativas de Ji-Paraná também disponibilizam linha de crédito para custeio de lavoura, plantio de grãos, custeio agropecuário e recuperação de pastagens. Para áreas de investimento, pode-se financiar resfriadores,

ordenhadeiras, rebanho bovino e compra para maquinários agropecuários. As funções de créditos oferecidos pelas cooperativas são propostas para os produtores rurais permanecerem em suas propriedades com melhores condições para trabalho e sistema produtivo.

Para Volles (2009) toda linha de crédito liberado para os associados membros, deve ser realmente necessária para a operação do cooperado e ele tenha condições de arcar com seus compromissos financeiros pelo pagamento das mensalidades, caso contrário essas concessões colocam em risco as cooperativas e os cooperados. Em virtude da análise de risco perante as linhas de créditos das cooperativas de Ji-Paraná (RO), elas contam com um comitê de crédito, que possui por finalidade segundo Volles (2009, p. 36):

[...] analisar e dar parecer técnico sobre as operações de crédito que lhe sejam efetuadas, conforme respectiva alçada de liberações. A importância do papel desempenhado pelo comitê de crédito se fundamenta na segurança com o que as operações de crédito serão firmadas [...]. (VOLLES, 2009. p. 36).

Para as cooperativas de Ji-Paraná é fundamental a análise para tomada de crédito, levando em consideração os documentos exigidos para cada porte conforme o manual de crédito rural e suas respectivas normativas, deliberado por um comitê de crédito e as taxas sobre as modalidades de créditos e principalmente as condições de pagamento do tomador. Em sua essência, as cooperativas de créditos assemelham-se ao processo de análise de crédito demonstrado por VOLLES (2009).

Os pontos mais relevantes perante as cooperativas de créditos de Ji-Paraná para efetivação de uma análise são: capacidade de pagamento, o histórico no SFN, objetivo do crédito e a renda do associado membro da cooperativa de crédito em Ji-Paraná. Para Schroeder (2021) os dados obtidos demonstrando que o grau de endividamento é um dos principais fatores que relacionam na concessão ou não do acesso ao crédito, posteriormente as restrições financeiras e a capacidade de pagamento.

O perfil dos produtores rurais cooperados, que são tomadores da linha de crédito rural das respectivas cooperativas de crédito em Ji-Paraná, possui as seguintes singularidades e possui similaridade e padrões perante o estudo de (SILVA; TORRES, 2020) disposto no Quadro 8:

Quadro 8 - Perfil dos produtores rurais de Ji-Paraná (RO)

Item investigado	Principais resultados	Análise/Comparação
Idade produtores	14,52% possuem idade entre 44 e 48 anos, 13,88% de 39 a 43 anos e 12,96% de 34 a 38 anos.	Segundo dados da pesquisa do IBGE no ano de 2017 foram verificados que a faixa etária predominante dos produtores rurais no Brasil é acima dos 55 anos.
Principais ramos de atuação	67,16% atuam na bovinocultura de corte, 22,71% na bovinocultura de leite e 1,67% no cultivo de café, 3,46% demais modalidades.	A agricultura familiar e pecuária são eixos centrais da economia rondoniense, sendo o café, milho, arroz e soja destaques na agricultura e na pecuária a produção de bovinos de corte e leite.
Renda média mensal	R\$ 17.443,22	Conforme a pesquisa da Companhia de Abastecimento (CONAB) no ano de 2019, os fornecedores da agricultura familiar da região norte possuíam renda média de R\$ 6.833,11.
Principais linhas de crédito ativas	91% representam o PRONAF Custeio e Pré-Custeio, enquanto 9% da carteira ativa representa o PRONAF Investimento, Capital de Giro e Agroindústria.	Perante a finalidade do crédito, identificou-se que 50% dos créditos são concedidos para investimento, 45% custeio e 5% para comercialização.

Fonte: Adaptado, Silva (2022).

Reforçando o que foi evidenciado por Alves (2018), o PRONAF tem grande relevância para o sistema de produção de alimentos. Mediante os dados disponibilizados pelas cooperativas de créditos, apontam que em 2021 possuem mais de 1.736 contratos ativos, desses contratos em sua grande maioria é do gênero masculino, em cerca de 86,69% para 13,31% do sexo feminino.

A seguir tratar-se-á da análise da pesquisa documental das três cooperativas de crédito de Ji-Paraná (RO): CrediSISJiCred, SICOOB CENTRO e CRESOL AMAZÔNIA.

4.4 BREVE ANÁLISE DA CREDISISJICRED

A CREDISISJICRED - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred (“Cooperativa”), fundada em 18 de fevereiro de 1997, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos.

Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a cooperativa adquiriu personalidade na data de 18 de fevereiro de 1997, pelo registro sob n.º 02.309.070/0001-51.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN n.º 4.434/2015. É filiada à Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Em 25 de março de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Machado – Credisis Jicred, para CREDISISJICRED - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred.

A Cooperativa está sediada na Rua Seis de Maio, n.º 1497, Centro, em Ji-Paraná (RO), conforme Figura 11, e tem sua área de ação nos municípios de Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Castanheiras, Cerejeiras, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Machadinho D'Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anarí, Vale do Paraíso, Vilhena, todos no Estado de Rondônia e em todo o Estado do Mato Grosso.

Figura 11: Sede da Cooperativa CREDISISJICRED



Fonte: CREDISISJICRED (2022).

Com objetivo no desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, mediante a mutualidade, na busca de apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Com aproximadamente 200 colaboradores, auxiliando na geração de emprego, e sob a Presidência do Sr. Sérgio Milani, a CrediSISJiCred possui 15 agências em 13 municípios no estado de Rondônia. Promove o desenvolvimento da região, distribui sobras para os associados, e oferece produtos e serviços com mais atratividade e melhorando a economia local.

A Fundação JiCred atua nos sete princípios do cooperativismo, ressaltando o 7º Princípio do Cooperativismo: o Interesse pela Comunidade e desde 2003, a CrediSISJiCred é mantenedora da Fundação JiCred. Na fundação são oferecidas aulas em contraturno para, aproximadamente, 250 crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social.

São ofertadas aulas de esportes, cultura, cidadania e reforço escolar, capacitando e abrindo oportunidades para o mercado de trabalho. Ao longo dos 21 anos de história, o sistema se tornou referência em modelo de 2 níveis. Hoje, CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda., localizada em Ji-Paraná (RO), possui oito Cooperativas filiadas ao sistema com 40 agências, entre os estados de Rondônia, Acre, Pará e Mato Grosso.

Diante deste cenário a cooperativa CrediSISJICRED, contribui de forma marcante para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e regiões em que atua, fruto da confiança dos cooperados, da dedicação e do trabalho sério de seus dirigentes, gerando empregabilidade, atuando na capacitação técnica dos funcionários com treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores, distribuindo sobras líquidas para seus associados e fomentando o empreendedorismo e apoiando os empresários com linhas de créditos.

A administração estratégica da cooperativa é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis em instituições autorizadas pelo BACEN e os controles internos que julgar necessários para permitir a preparação das

demonstrações financeiras livres de distorção pertinente, seja devido à fraude ou erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, a administração é responsável em avaliar a capacidade da cooperativa de continuar suas operações, e informar quando aplicáveis assuntos relativos às suas operações. Esta base de contabilidade é seguida na preparação das demonstrações financeiras, a menos que a administração possua intenções de liquidar a cooperativa ou encerrar suas operações, e não existem alternativas realistas para evitar o fechamento da cooperativa.

No Brasil, a pandemia originada pela covid-19 e as medidas adotadas por governos para mitigar a propagação da pandemia, impactaram de forma relevante os negócios. A cooperativa preocupada com a saúde financeira de seus associados e no intuito de minimizar os impactos da crise para ajudar os cooperados, passou a ofertar linhas de crédito específicas com taxas reduzidas como “Empréstimos Covid, Ajuda Covid, Crediampe, Parcelamento Fatura Cartão de Crédito/Pandemia”. Com essas novas linhas de crédito, oportunizou a cooperativa ampliar seu quadro social, captando novos cooperados e oferecendo produtos e serviços mais vantajosos que em instituições financeiras bancárias convencionais.

No CrediSISJICRED, o percentual atingido por pessoa física e pessoa jurídica com as linhas de acesso ao crédito destinadas a Ajuda COVID foi de 89% para PF e 11% para PJ e o volume das carteiras de crédito foi de mais de R\$ 240 milhões, no exercício de 2021, oportunizando o reinvestimento desses recursos na comunidade local onde atua a cooperativa.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados sobre a CrediSISJICRED, pode-se apreender que a cooperativa vem contribuindo como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico do município de Ji-Paraná e dos demais municípios e regiões em que atua.

Percebe-se uma cooperativa baseada em compartilhamento, nos mais altos valores da colaboração, da união e da ajuda mútua. Como se podem observar municípios brasileiros com a presença efetiva de cooperativas têm Índice de Desenvolvimento Humano maior que as cidades que não possuem segundo levantamento da Organização das Cooperativas Brasileiras.

A cooperativa CrediSISJiCred busca se modernizar, inovar e expandir para outras regiões. Em 2021 sua carteira de crédito evoluiu 42,7%, um total de R\$ 413.778.646 e realizando 119,7% da meta. As sobras tiveram evolução de 51,9%, resultando em R\$ 23.923.416, equivalente a 148,4% da meta e os ativos totais cresceram 17,8% chegando à marca de R\$ 560.030.912.

Assim como uma instituição financeira, a CrediSISJICRED desconta cheques, recebe depósitos, faz aplicações no mercado financeiro, presta serviços de cobrança bancária, permite saques, concede empréstimos e realiza outros serviços. Além disso, ela tem vantagens que se ancoram na própria história do sistema, como a livre adesão, o ambiente amistoso, com atendimento personalizado e isenção de taxas.

A cooperativa busca manter o crescimento econômico, e conseqüentemente gerar retorno para todos que delas fazem parte como cooperados. A sobra líquida é repartida entre os cooperados, o que garante que o capital gerado retorne para a comunidade local e promova o reinvestimento em empreendimento e qualidade de vida da população.

Desde a sua fundação, a cooperativa busca manter uma taxa de crescimento acima de 30% ao ano, refletido no aumento de cooperados atendidos e, conseqüentemente, no maior volume de ativos administrados.

Mesmo com a economia em recessão, tem mantido os índices de desempenho e, ao contrário do que vem acontecendo em diversas áreas de mercado, o número de empregos gerados diretamente não só foi mantido, como aumentou, passando de 277 em dezembro de 2014, para 319 até o momento.

Por valorizar seu capital humano, a instituição investe 5% de todas as sobras na formação dos colaboradores e dirigentes, com a realização de cursos específicos, como o de formação para Conselheiros e Dirigentes, treinamento de liderança, de crédito, de produtividade e foco em resultados. Além disso, a cooperativa realiza eventos de interesse do quadro de cooperados e fomenta a formação acadêmica de seus colaboradores, como forma de estimular o crescimento profissional e melhorar o atendimento aos cooperados.

A CrediSISJICRED entende a importância de contribuir para o crescimento da comunidade em que atua e acredita que isso pode ser feito levando cidadania, cultura e educação para aqueles que construirão o futuro – as crianças e os jovens de hoje. Por isso, pela Fundação de Educação, Cultura e Desenvolvimento

Empresarial e Social (Fundação JICRED/CDL), a CrediSISJicred mantém um Projeto que já mudou a vida de 2 mil crianças de seis comunidades da periferia de Ji-Paraná (RO), pela valorização de uma formação autônoma e cidadã.

O projeto atende cerca de 400 crianças e adolescentes de 9 anos a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social. No Espaço Social Sonho Meu, as crianças assistem aulas de reforço escolar, aulas de música, orquestra, teatro e práticas esportivas nas modalidades de futebol, ginástica rítmica, basquete e tae-kwon-do.

Para além de desenvolver habilidades específicas, os alunos recebem formação social que prioriza valores como o respeito às diferenças de gênero, racial e o cuidado com o próximo. O sucesso do projeto está refletido no ótimo desempenho escolar das crianças assistidas: 94% delas foram aprovadas nas escolas curriculares.

Além disso, a maioria das famílias assistidas pelo projeto reconhecem que ele contribui para a formação cidadã dos filhos, que se tornaram mais comprometido com os estudos e interessados em trabalhar, sem deixar o projeto.

Por serem socialmente vulneráveis e disporem de poucas oportunidades, a maioria entra no projeto sem perspectivas de crescimento profissional. Uma vez inseridos, são tratados como protagonistas capazes de transformar sua realidade.

4.5 BREVE ANÁLISE SICOOB CENTRO

A Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia - SICOOB CENTRO é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/06/2006, filiada à Cooperativa Central Crédito do Norte do Brasil – SICOOB NORTE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei n.º 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela lei n.º 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

A cooperativa tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades: (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) Formar educacionalmente seus associados, no

sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias.

Para cumprir a missão de difundir a cultura cooperativista e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, o Instituto SICOOB atua com portfólio de programas e projetos alinhados a três eixos estratégicos: Cooperativismo e Empreendedorismo; Cidadania Financeira; e Desenvolvimento Sustentável.

Pela lei complementar n.º 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; e pela Resolução CMN n.º 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito. A SICOOB CENTRO, sediada no bairro Nova Brasília, no município de Ji-Paraná-RO, conforme Figura 12 e possui 19 Postos de Atendimento (PAs) distribuídos nas regiões de atendimento.

Figura 12: Sede da Cooperativa SICOOB CENTRO



Fonte: SICOOB CENTRO (2022).

Esses pilares orientam o planejamento, o desenvolvimento, a implementação e o investimento em iniciativas que sejam alinhadas ao escopo de responsabilidade social do SICOOB. Além disso, a atuação está pautada em uma identidade

cooperativa, principalmente o 5º e 7º princípios, respectivamente, Educação, Formação e Informação; e Interesse pela Comunidade.

Ademais, as iniciativas são aderentes a agendas estratégicas externas, tais como de Órgãos Reguladores, em específico à Estratégia Nacional de Educação Financeira e à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim, o Instituto SICOOB atua para fortalecer o retorno social do SICOOB e, da mesma forma, fortalecer o cooperativismo de crédito na promoção da justiça social e da inclusão financeira.

Em 2021, a SICOOB CENTRO completou 15 (quinze) anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente pela concessão de empréstimos e captação de depósitos.

No exercício de 2021, a SICOOB CENTRO obteve resultado de R\$ 36.472.761,98 (trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e um real e noventa e oito centavos), antes dos juros ao capital, das destinações estatutárias e das reversões, representando um retorno de 24,20% sobre o Patrimônio Líquido. Parte desse valor foi revertido no capital social para as contas dos cooperados e outra parte depositada em suas contas correntes para usufruir do recurso.

Todos os integrantes da equipe da SICOOB CENTRO aderiram, em 2006, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

Nesse sentido, em 2021, o Código de Ética foi substituído pelo Pacto de Ética do SICOOB, que tem como objetivo harmonizar os valores pessoais e profissionais das pessoas que compõem a estrutura organizacional das entidades do SICOOB com os padrões de conduta e os valores éticos, morais, legais, normativos e os bons costumes reconhecidos como identidade institucional do SICOOB. Portanto, no período da pandemia de covid-19, a administração avaliou a capacidade de a cooperativa continuar operando normalmente e ofertando os acessos aos créditos, o qual foi convencida de que possuía recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do SICOOB, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia - SICOOB CENTRO tomou todas as medidas necessárias mediante implantação de plano para contenção/prevenção junto a seus associados, empregados e a comunidade no sentido de evitar a propagação do novo coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e dos órgãos governamentais, bem como adotando alternativas que auxiliam no cumprimento de sua missão.

4.5.1 O Selo Instituto SICOOB - Reconhecendo os projetos das cooperativas

O Selo Instituto SICOOB visa mapear, reconhecer e cancelar projetos sociais, ambientais, esportivos e de saúde e bem-estar das cooperativas centrais e singulares SICOOB que não fazem parte do portfólio sistêmico do Instituto.

Acontece em edições anuais e é aberto à participação de todas as cooperativas SICOOB que possuem termo de adesão firmado com o Instituto SICOOB e, portanto, acesso à Plataforma SINS, em que são cadastrados os projetos selecionados pelas cooperativas para submissão ao Selo, conforme Figura 13.

Figura 13- Projetos que receberam o Selo Instituto SICOOB



Fonte: institutosicoob@institutosicoob.org.br (2023).

A SICOOB Centro acaba de ingressar no Pacto Global da ONU Brasil, iniciativa das Nações Unidas (ONU) para mobilizar a comunidade empresarial na adoção e promoção, em suas práticas de negócios, de Dez Princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

As ações da SICOOB CENTRO fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), as seguintes ações desenvolvidas pela SICOOB Centro são:

- Biblioteca Cooperar, conectada com a ODS Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades;
- *Trailer* Odontológico, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Redução das Desigualdades;
- SICOOB Centro Musical, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar;
- Recuperar para não faltar, conectada com a ODS Cidades e Comunidades Sustentáveis e Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- Recicla Jipa, conectada com a ODS Educação de qualidade, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Ação Contra Mudança Global do Clima;
- APAE I Ji-Paraná, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade e a Redução das Desigualdades;

- APAE I Urupá, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades.
- Mirante da Serra, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades.
- Aluno Nota 10, conectada com a ODS Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades.
- Horta Comunitária, conectada com a ODS Erradicação da Pobreza, Fome Zero e Agricultura Sustentável, Redução das Desigualdades, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Consumo e Produção Responsáveis;
- Pestalozzi – Energia Solar, conectada com a ODS Energia Acessível e Limpa, Redução das Desigualdades e Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- Orquestra em Ação, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades;
- Próspera MEI, conectada com a ODS Educação de Qualidade e Trabalho Docente e Crescimento Econômico;
- Usina de Energia Renovável, conectada com a ODS Energia Acessível e Limpa, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Consumo e Produção Responsáveis;
- Enfrentamento à covid-19, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Redução das Desigualdades.
- Dia Mundial do Livro, conectada com a ODS Educação de Qualidade e Consumo e Produção Responsáveis.
- Gabinete Odontológico – Hospital de Amor, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Redução das Desigualdades.
- Recomeço – KALEO, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Redução das Desigualdades.
- Musicalização Escola EFA, conectada com a ODS Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades.
- Elos Azuis, conectada com a ODS Energia Limpa e Acessível, Redução das Desigualdades e Cidades e Comunidades Sustentáveis.
- Esporte para a vida: Por um amanhã melhor, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Educação de Qualidade.

- Luz Solidário, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade, Energia Acessível e Limpa, Redução das Desigualdades e Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- Escola Empreendedora, conectada com a ODS Educação de Qualidade;
- Karatê: Esporte e Cidadania, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades;
- Artes Marciais: Lutando para o Futuro – Polícia Mirim, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades;
- Sol + Lar = Energia Solar, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar, Energia Acessível e Limpa, Redução das Desigualdades e Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- Paróquia São João Batista, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Redução das Desigualdades;
- Geladeira Solidária, conectada com a ODS Fome Zero;
- Conecta Jovem, conectada com a ODS Educação de Qualidade;
- Cartilhas Educativas, conectada com a ODS Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades;
- Karatê: Um caminho para Educação, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Redução das Desigualdades;
- Playground APAE – Jarú, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Educação de Qualidade;
- Centro de Saúde – Equipamentos Fisioterapia, conectada com a ODS Saúde e Bem-estar e Redução de Desigualdades.

A equipe do Instituto SICOOB abrange uma grande rede de pessoas conectadas por um mundo mais colaborativo. Congrega capital humano, intelectual e técnico, atuando pela promoção de uma sociedade mais próspera. Diversa, reúne as competências, as habilidades e as experiências de profissionais que se dedicam ao fortalecimento da agenda de Investimento Social Estratégico do SICOOB para o benefício das comunidades onde o SICOOB atua.

4.6 BREVE ANÁLISE CRESOL AMAZÔNIA

Sob a denominação de Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia – CRESOL AMAZÔNIA, em Assembleia Geral realizada em

31 de julho de 2008, foi constituída a Cooperativa de Crédito identificada, que se encontra regida pela lei complementar 130/2009, pelas leis ordinárias 4595/1964 e 5764/1971, pelos normativos do Banco Central do Brasil e por este Estatuto Social.

Sua sede e administração na Avenida Marechal Rondon, n.º 1780, Sala A, Centro, CEP: 76.900-136, no município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, possuindo ampla visibilidade e conforto mediante a infraestrutura, conforme Figura 14. Tem como objetivos sociais: propiciar, mediante da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, e a formação educacional de seus associados.

Figura 14: Sede da cooperativa CRESOL AMAZÔNIA



Fonte: CRESOL AMAZÔNIA (2022).

Contexto operacional - A Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia (Cooperativa) é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cresol Central Baser (Central Cresol), localizada no município de Ji-Paraná-RO.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Cresol. O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na

apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Para o Cresol Amazônia, a função econômica pode ser circunscrita à geração de valor aos seus proprietários, enquanto a função social é mais dilatada. A cooperativa exerce sua função social ao desenvolver o seu entorno por meio do fornecimento de bens e serviços, geração de empregos e recolhimento de tributos.

As ações da cooperativa trouxeram vantagens como a maior disponibilidade de acesso ao crédito e outros serviços financeiros aos produtores rurais, a simplificação e desburocratização nos critérios de liberação dos financiamentos, diminuindo os custos de transação e facilitando o acesso ao crédito em épocas mais oportunas como a pandemia 2020 e 2021.

A forma agrupada (em rede) vinculada a outras cooperativas no âmbito nacional, dissociadas das cooperativas de produção agrícolas e vinculadas aos agricultores familiares. Conformando uma trajetória singular do sistema, que aos poucos, o diferenciou de outros modelos cooperativistas existente no país, demonstrando que é preciso estruturar um processo de articulação entre elas, para que possa ganhar autonomia, sustentabilidade e perspectiva de expansão.

A CRESOL AMAZÔNIA também demonstra equilíbrio nos seus processos, na particularidade entre necessidades de padronizar procedimentos e de respeitar realidades regionais. A cooperativa se tornou base de serviço com espaço adequado para apontar, debater e solucionar problemas que originam em uma organização cooperativista, apresentando processos evolutivos e culturais diferentes.

Além de alcançar os resultados positivos nas aplicações de crédito rural, a CRESOL AMAZÔNIA adotou um arranjo institucional para manter os vínculos sociais e de relações de confiança entre seus cooperados e cooperativa. O qual manteve peculiaridades de participação e envolvimento comunitário e de autonomia financeira e administrativa da cooperativa.

Por outro lado, a cooperativa enfrenta desafios de cunho institucional. Nota-se que alguns de seus principais objetivos foram atendidos ao longo do tempo, mas outras questões perduram ou emergiram recentemente. Inspirado na metodologia do planejamento estratégico, tanto limites como desafios da CRESOL AMAZÔNIA podem ser evidenciados em dois eixos: no primeiro, as possíveis soluções estão dentro da própria cooperativa e se relacionam ao ambiente interno; e no segundo

estão temas que fogem de sua governabilidade, pois depende do ambiente externo como mudanças estruturais do país.

Nos desafios do primeiro bloco estão criação de softwares e outras tecnologias para gerenciamento, maior qualificação do trabalho de capacitação e sensibilização dos cooperados perante a cooperativa, qualificação do corpo operacional, bases de serviços, centrais e entidades parceiras.

Enquanto no ambiente externo, os fatores adversos, como a ausência de perspectivas de desenvolvimento das regiões de cunho rurais e a perda de recursos financeiros para os produtores rurais, comprometem a sustentabilidade do fundamento econômico dos cooperados, e por consequência, o próprio sistema. Outro fator, a cooperativa não consegue alcançar a todos dos estratos mais vulneráveis da população, e isso necessita de projetos próprios, mas que suportaria dispor com o apoio de recursos e outros mecanismos oficiais orientados para esse público.

Isso poderia ocorrer, sob novas medidas oficiais, amparando legalmente as cooperativas de crédito a reduzir os riscos, viabilizando as operações das cooperativas junto aos produtores rurais do Grupo B do PRONAF.

A preocupação da cooperativa, em termos de desenvolvimento local evidencia-se na comprovação de que o crédito seja aplicado em detrimento dos produtores rurais cooperados e microempresários da sua comunidade, por meio de documentação apresentada e analisada pelo comitê de acesso ao crédito. A cooperativa vem acercando daquilo que pode definir como empoderamento popular, ou *empowerment*, refere-se à expansão dos recursos e capacidades dos cooperados de tomar parte, influenciar, negociar, controlar e responsabilizar segundo as tomadas de decisões que afetam suas vidas, mediante as Assembleias Gerais e reuniões direcionadas por suas linhas de créditos.

A trajetória da cooperativa CRESOL AMAZÔNIA busca basear-se nos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, sempre fortalecendo seus associados pela aplicação de um crédito justo, auxiliando os agricultores familiares e contribuindo para o desenvolvimento local mediante o aumento da produção de alimentos e a descentralização das riquezas produzidas, promovendo ajuda mútua entre seus associados, contribuindo para melhoria de renda e melhor estratégia de desenvolvimento de seus cooperados.

Já que, além da utilização do crédito para o custeio de crédito, buscam a ampliação da área plantada e a utilização de tecnologias que asseguram o aumento da produção e da produtividade dos mais variados alimentos, promovendo a sustentabilidade da agricultura familiar e com isso a fixação do homem no campo.

Nesta perspectiva, a forma de cooperação tem ajudado o desenvolvimento de seus cooperados atuando de forma pulverizada, atendendo os pequenos e demais agricultores, fazendo com que cresça, além do trabalho no campo, a região e o local onde estão inseridos tornando-os protagonistas do desenvolvimento local.

A cooperativa demonstra em suas práticas com acesso ao crédito firmeza de propósito, objetivando os recursos para comunidade onde atua, e se resguardando para não ser mal aplicado, possuindo também a flexibilidade e autonomia de negociar as demandas sociais, se mantendo assim, coerente perante seu arranjo institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir e analisar as contribuições sociais e econômicas das Cooperativas de Créditos no desenvolvimento do município de Ji-Paraná (RO) observou-se a partir do atendimento mínimo das necessidades fundamentais da população local, compreender que só é considerado efetivo se contribuir com o desenvolvimento humano, agregado com a melhoria na qualidade de vida para incluir os indicadores de bem-estar econômico e social.

As cooperativas de créditos em análise compartilham da natureza cooperativista, operando como instituições financeiras não bancárias e de caráter cooperativo. Elas formam constituídas com o propósito de atender às necessidades financeiras e de crédito de seus associados, baseando-se nos princípios cooperativista, como a ajuda mútua, educação e participação democrática.

Nesse sentido, foram consideradas as contribuições socioeconômicas dos dados apresentados na presente pesquisa, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que está disposto na faixa de desenvolvimento humano alto, com IDHM de 0,714, em 2010. E ocupa a 4ª posição do ranking do estado de Rondônia do IDHM 2010.

A composição do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, estabelecida pelo padrão de vida, pode ser observado pelo PIB *per capita* da

população de Ji-Paraná, que é de R\$ 31.210,35, segundo o IBGE (2023), demonstrando assim, um crescimento econômico vinculado ao investimento social pelo Índice de Desenvolvimento Humano de Renda, Educação e Longevidade.

As cooperativas diferem em sua atuação geográfica. A CREDISISJICRED opera principalmente no estado de Rondônia, região central e no Mato Grosso, enquanto a SICOOB CENTRO concentra sua atuação no centro do estado de Rondônia. Por outro lado, a CRESOL AMAZÔNIA também atua na região Amazônia, mas foca em atender as necessidades financeiras dos produtores rurais na região central do estado de Rondônia.

Todas as cooperativas de créditos demonstram um compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Elas promovem projetos sociais e culturais em suas comunidades, investindo em educação, saúde, cultura e inclusão financeira. Buscam contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de suas áreas de atuação, gerando empregos, distribuindo sobras para os associados e apoiando o empreendedorismo local.

Portanto, ao analisar as contribuições sociais e econômicas das cooperativas de crédito no desenvolvimento local do município de Ji-Paraná (RO), evidenciaram que todas as cooperativas analisadas, mediante a gestão democrática e trabalho em cooperação, conseguiram crescer economicamente, gerando emprego e renda, atraindo investimentos e conquistas para o município de Ji-Paraná, como também em outras regiões que atuam.

Contudo, as cooperativas apresentam relatos de resiliência durante a pandemia de covid-19. Elas adaptaram suas operações com as perspectivas de continuar oferecendo seus produtos e serviços aos seus cooperados, ajudando na diminuição dos impactos da crise. Essa capacidade de resposta ágil auxiliou para o fortalecimento de suas operações e crescimento econômico.

As cooperativas CREDISISJICRED, SICOOB CENTRO e CRESOL AMAZÔNIA desempenham papéis fundamentais no atendimento das necessidades financeiras de seus cooperados e na promoção do desenvolvimento econômico e social de suas respectivas regiões.

A cooperativa SICOOB, por exemplo, atua com portfólio de programas e projetos alinhados a três eixos estratégicos: Cooperativismo e Empreendedorismo; Cidadania Financeira; e Desenvolvimento Sustentável.

Já a CRESOL proporciona apoio financeiro aos seus associados, focado nos produtos rurais e suas atividades específicas. Provendo com auxílio mútuo, apoio financeiro aos seus cooperados em suas atividades particulares, proporcionando formação educacional, como também incentivo ao cooperativismo; promovendo o desenvolvimento econômico e os interesses comuns de seus cooperados.

A CREDISISJICRED por meio de sua abordagem cooperativista, a organização não apenas oferece produtos e serviços financeiros essenciais, mas também contribui para a prosperidade econômica da comunidade, impulsionando a iniciativa empresarial e a agricultura local, promovendo a educação por meio da Fundação JiCred e criando programas de assistência financeira para enfrentar desafios como a pandemia da covid-19.

É preciso destacar, também, a inclusão financeira que tais cooperativas praticam em áreas afastadas, o qual bancos convencionais não estruturam suas unidades de atendimento de forma física, e permitem uma lacuna para que as cooperativas de crédito de Ji-Paraná possam suprir.

A inclusão dos colaboradores, cooperados e familiares, em ações específicas na área da saúde são supridos com convênios médicos e odontológicos de diversas especialidades. Essas atividades conjuntas promovem reflexos positivos para a comunidade local, aliviando o poder público. E, em contrapartida, influencia a melhoria da qualidade de vida da comunidade local que se beneficia desses feitos, e o aprimoramento técnico, educacional e social proporcionado à comunidade, como é o exemplo do programa CooperJovem.

Contudo, verificou-se que todos os processos de ações permitem um crescimento nas relações do cooperado com a cooperativa, o que gera um aumento na relação das atividades das cooperativas com o município de Ji-Paraná. A consequência desse crescimento é a contribuição para a formação do indivíduo, cooperativista ou não, em suas esferas: social, econômica e cultural.

Ao final dessa pesquisa, os objetivos foram atendidos, alcançando respostas para questão que essa dissertação trouxe, acredita-se que a importância científica contempla tornar exequível o conhecimento do Cooperativismo, bem como as contribuições das ações no município de Ji-Paraná.

Com base para novos estudos, de natureza aplicada ou não, que possam auxiliar nas ações científicas no mesmo sentido que se esboça o tema proposto desta pesquisa: discutir e analisar quais as contribuições das cooperativas de

créditos no desenvolvimento do município para elucidar a contribuição social para geração de emprego, na inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento e relacionar as contribuições das suas atividades com as políticas públicas do município de Ji-Paraná (RO).

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. S. **A importância do Pronaf custeio para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Ji-Paraná/RO**. Ji-Paraná, 2018. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2515>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BALEN, D. *et al.* **Modelo Multicritério Construtivista para Avaliação de Desempenho da Educação Corporativa em uma Cooperativa de Crédito**. 2023. Dissertação de Mestrado. 189 f. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel, Paraná. 2023.
- BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Diretrizes para boas práticas de governança em cooperativa de crédito**. Data-base: dezembro/2022. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/DiretrizesVersaoCompleta.pdf> Acesso em: 15 de jun. de 2023.
- _____. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo data-base: dezembro/2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/PANORAMA%20SNCC%202020.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- BARBOSA, G. S. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. In: Revista Visões, 4. ed., n. 4, v. 1 – jan.-jun./2008. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf. Acesso em: 08 mai. 2023.
- BORBA, A. E. de O. **Proposta de indicadores de sustentabilidade para o setor da construção civil**. 2009. Dissertação Mestrado. 134 f. Universidade de Pernambuco, Escola Politécnica, Recife. 2009.
- BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional do Cooperativismo, o regime jurídico das sociedades cooperativas, e providências**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 15 out. de 2022.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Cooperativas de Crédito Crescem e Operam em Mais da Metade dos Municípios**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-financeiro-nacional/acesso-a-informacao/noticias/2023/cooperativas-de-credito-crescem-e-operam-em-mais-da-metade-dos-municipios>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- BRAÚNA, A. A. **O papel do cooperativismo no desenvolvimento do estado de Tocantins**. 2016. Dissertação de Mestrado. 211 f. Universidade Federal do Tocantins, Palmas. 2016.

Buarque, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro, RJ: Garamond. 2002.

BÜTTENBENDER, P. L. (org.). **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento**. Porto Alegre/RS: Editora SESCOOP/RS, 2010a.

BÜTTENBENDER, P. L. **Plano estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste do RS**. Corede FN. Santa Rosa/RS. Ed. Unijuí. 2017.

_____. **Arranjos institucionais, Cooperação e Desenvolvimento**. Redes econômicas, tecnológicas e sociais, sementes do desenvolvimento e agregação de valor. Ijuí/RS: Unijuí, 2010b.

_____. **O cooperativismo e o desenvolvimento regional**: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região noroeste. *Perspectiva Econômica*, n. 36. v. 29, n. 86, São Leopoldo. Unisinos. 1995.

CANO, Wilson. Brasil-construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e sociedade**, v. 26, p. 265-302, 2017.

CARVALHO, A. D. de. **Estratégias de marketing relacional em cooperativas de crédito: um estudo no estado de Minas Gerais**. Piracicaba, 2016. 201 folhas. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, 2016.

CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. Campo Grande: **Revista Interações**, 2009.

CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CIMA, C. Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Subsídios técnicos para elaboração do Relatório Nacional do Brasil para CNUMAD**. 52p. Brasília, 1991.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMANCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração RAUSP**, 2008, vol. 43, n. 4, p. 289-300.

CLEMENTE, A., HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CMN - Conselho Monetário Nacional. **Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o**

cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4434>. Acesso em: 15 jun. 2023.

COSTA, R. A.; VIZCAINO, C. A. C.; COSTA, E. M. Participação em cooperativas e eficiência técnica entre agricultores familiares no Brasil. In: **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: 100 anos de censo agropecuário**. Brasília, DF: IPEA, 2020.

CORRÊA, V. P. **Desenvolvimento territorial e a implantação de Cadeias Produtivas e Sistemas Naturais**. Embrapa. 1998.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo, **Paz e Terra**, Unicamp, 2002.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. Virtudes e limitações da ação coletiva no desenvolvimento territorial, considerando a multiescalaridade dos processos socioeconômicos e culturais. In: **Anais do AUGM – 8º Bienal del Coloquio de Transformaciones Territoriales**. Buenos Aires. Facultad de ciencias Economicas-UBA, 2010.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. Organizadores. **Gestão, Inovação e Desenvolvimento: Oportunidades e desafios no desenvolvimento da Região de fronteira Noroeste**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

DALLABRIDA, V. R. Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, 2011.

Duarte, A. F.; Moreira, V. R.; Ferraresi, A. A.; Gerhard, A. Evaluating credit union members' perception of service quality through service innovation. **RAI – Revista de Administração e Inovação**, 13(4), 242-250. 2016.

FALKEMBACH, F. R.; WITTMANN, M. L.; BOFF, V. A. Capital Social, Cooperativismo e Desenvolvimento: Um Estudo em uma Cooperativa de Crédito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e12372-e12372, 2023.

FERNANDES, R. A. *et al.* Contribuição das cooperativas de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: o caso da Sulcredi Ouro. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate – RDSD**, v. 4, n. 1, p. 88-105, 2018.

FIALHO, F. A. P. *et al.* **Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2008.

FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marco teórico e avaliação**. Casa da Qualidade, Salvador, 2002.

Fiúza, A. L. C. **Desenvolvimento local**. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Cooperativismo, Módulo 1. Viçosa, MG: UFV. 2005.

FREITAS, A. F.; AMODEO, N. B. P.; SILVA, F. D. Crédito Solidário e Desenvolvimento Local: o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga-MG. **Desenvolvimento em Questão**, 10(19), 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Benefícios Econômicos do Cooperativismo na Economia Brasileira**. SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo. São Paulo, 2019.

FURTADO, R.; FURTADO, E. A intervenção participativa dos atores (Inpa): uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável. Brasília: **Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura** (IICA), 2000. 180p.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Paz e Terra: São Paulo, 1961.

FUSINATO, T.B. **Cooperativa de Trabalho**: Reflexões a partir de uma experiência na Amazônia Rondoniense. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – RIO, 2006.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^o. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLEZ A. J., E-Book-Ensaio-Nas-Ciências-Agrárias-E-Ambientais-5. 10.22533/At.Ed.414191601. 2019.

GREGORINI, G. **A importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento local**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/15255/2/ART.RIUNI.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GODOI, C. K.; MELO, R. B. de; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais** - paradigmas, estratégias e métodos. 2^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, abril/1995.

IBGE. **PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>. Acesso em: 31 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios–Ji-Paraná**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em 30 de jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em 30 de jun. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar**. Atlas do Espaço Brasileiro. 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 09 fev. 2023.

KAUARK, F. D. S., MANHAES, F. C., & MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, A. V.; OLIVEIRA, C. F.; COLOMBELLI, G. L.. O papel das cooperativas no desenvolvimento regional. **Revista da Mostra de Iniciação Científica**, v. 4, n. 1, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2011.

MACCOBY, E. E.; MACCOBY, N. **The interview: A tool of social science**. In: Lindzey, G. Handbook of social psychology. Cambridge, Addison- Wesley, 1954.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo, Atlas, 2009.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Campo Grande: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Ano III, n. 5, 2002.

MARCHESAN, J.; BONETI, L. W.; TOMPOROSKI, A. A. Cooperativismo como princípio humano. **Revista Profanações**, v. 6, n. esp., p. 212-226, nov./2019.

MARCELINO, J. A.; SOUZA, A. B. Análise das demonstrações contábeis: um comparativo entre as cooperativas de crédito SICREDI e SICCOOB. **Braz. J. of Bus.**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 437-455, jan.-mar./2020.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. São Paulo: Manole, 2004.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. v. 5, n. 9 jan.-jul./2016. **Revista UNEMAT de Contabilidade**. ISSN: 2316-8072 152.

MCKILLOP, D. *et al.* **Cooperative financial institutions**: a review of the literature. Working Paper in Responsible Banking & Finance, University of St Andrews – School of Management, WP n. 20-005, 2020.

MEINEN, Ê.; PORT M. **Cooperativismo Financeiro**: Percurso histórico, perspectivas e desafios. 1 Ed. Brasília: Confefbras. 2014.

_____. **O Cooperativismo de Crédito ontem, hoje e amanhã.** Confebras, Brasília, 2012.

MINAYO, M. C. S **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. O Cooperativismo e sua repercussão socioeconômica. **Revista Sócios & Negócios.** Porto Velho, RO, v. 9, p. 02 out./2022.

_____. **Cooperativismo, cidadania e justiça financeira.** Disponível em: <https://www.cooperativismodecredito.coop.br/2022/10/cooperativismo-cidadania-e-justica-financeira-por-enio-meinen>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MORATO, A. F.; COSTA, A. **Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista.** In: Cooperativismo na era da globalização. Goiânia: UNIMED: Federação dos Estados de Goiás e Tocantins. 2011.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C. **Análise textual discursiva.** Ijuí: Unijuí, 2007.

NEDER, H. D. **Análise de Indicadores Sociais Utilizando o Stata.** Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia. 2013. Disponível em http://www.ecn26.ie.ufu.br/TEXTOS_ESTADISTICA/ANALISE_POLITICAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023.

OLIVEIRA, E. A. de A. Q.; QUINTAIROS, P. C. R. Estudo das disparidades econômicas e tecnológicas no desenvolvimento regional desequilibrado do Vale do Paraíba. **G&DR.** v.7, n. 2, p. 256-281, mai.-ago./2011, Taubaté, SP, Brasil.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo: Conceitos e princípios.** Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>. Acesso em: 16 out. 2022.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é Cooperativismo.** 2021. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 13 ago. 2023.

OCB/TO - Organização das Cooperativas Brasileiras do estado do Tocantins. **Sistema OCB/TO.** Disponível em: <http://www.tocantinscooperativo.coop.br/ocbto/>. Acesso em: 12 jan 2023.

_____. **História do Cooperativismo.** Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 02 mai. 2023.

_____. **Princípios do Cooperativismo.** 2022. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>. Acesso em: 08 out. 2022.

_____. **Crédito.** 2020. Disponível em: Acesso em: <https://somoscooperativismo.coop.br/ocb>. Acesso em: 08 out. 2022.

_____. **Estatísticas**. 2017. Disponível em:
https://somoscooperativismo.coop.br/assets/arquivos/RelatorioAnual/relatorio_de_ge stao_OCB_2017.pdf. Acesso em: 08 out. 2022.

OLIVEIRA, A.E.A. **Marxismo e questão regional**. Lutas Sociais, São Paulo, v.19 n. 35, p. 112-128, jul.-dez./2015. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26682/pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PAIVA, B. G. M., SANTOS, N. M. B. F. Um estudo do cooperativismo de crédito no Brasil. 2017. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, 15(2), pp. 596-619. 2017.

PARÉ, A.M. **Intercooperação: A formação de redes flexíveis como estratégia competitiva inteligente**. Porto Alegre: SESCOOP/RS. 2010.

PAULA, J. de. **DLIS passo a passo**: como atuar na promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável. Brasília: AED, 2002.

PEREIRA, D. A. Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 147-171, jan.-abr./2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4707>.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - PCF. **Dados dos Sistemas Cooperativos 2018**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemascooperativos2018.html>. Acesso em: 01 jun.2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. **A Ascensão do Sul**: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Plaza, New York, 2013. Disponível em:
<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2013portuguese.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

_____. **IDHM Municípios**. 2010. Disponível em:
<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

RECH, D. **Cooperativas: Uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVANI, B. P. et al. Desenvolvimento Socioeconômico e Cooperativismo de Crédito no Município de Concórdia/SC. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 308-323, 2020.

RUAN Q, *et al.* **Clinical predictors of mortality due to COVID-19 based on an analysis of data of 150 patients from Wuhan**, China. Intensive Care Medicine, March, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00134-020-05991-x>. Acesso em: 31 jun. 2023.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

SANTOS, D. de Carvalho *et al.* **Crédito rural**: documentos necessários para aprovação do financiamento. UFPR, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68825> Acesso em: 25 mai. 2023.

SCHNEIDER, J. O. **Cooperativismo e desenvolvimento sustentável**. Otra Economía, v. 9, n. 16, enero-junio/2015.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, 496 p.

SCHROEDER, Andrew Lucena. **Análise da concessão de crédito para pessoa jurídica na cooperativa Sicoob Fronteiras**. Cacoal, 2021. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3671>. Acesso em: 28 mai. 2023.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SESCOOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Somos cooperativismo**. Portal SESCOOP, [s./]. 2021. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo-ba.coop.br/sescoop>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SESCOOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Responsabilidade social**: essência do cooperativismo. Brasília: SESCOOP, 2013. 56p.

SICOOB. Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Cooperativa de crédito**. 2019 Disponível em: <http://www.sicoobs.com.br/sicoob-sc/cooperativismo/cooperativa-de-credito/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

_____. **O novo modelo da moeda**, 2011. Disponível em: https://www.sicoob.com.br/documents/21826417/31122994/revista_sicoob_6.pdf. Acesso em: 28 mai. 2023.

SICOOB CENTRO. **Política de Crédito Complementar ao MIG – Crédito e MCR**: Manual de Crédito rural, portfólio de produtos de crédito, limites operacionais,

concessão de Crédito Rural com Recursos Próprios Livres (RPL) metodologia aplicada nas taxas de juros e alçada de comitês de crédito. 2022.

SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 55, 300-313. São Paulo. 2020.

SILVA, E. P., OLIVEIRA, E. A. A. Q., ARAUJO, E. A. S. **O Conceito de Desenvolvimento Econômico Regional**: Uma Revisão Teórica. The 4th International Congress University Industry Cooperation. São Paulo, 2012.

SILVA, M. E. DA; ZEN, A. C. O Contexto Base Da Inovação Rumo À Transição Para a Sustentabilidade: Um Ensaio Sob Uma Perspectiva Complexa. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 61, 2017.

SILVA, W. S. B. **Fatores de restrição ao crédito rural destinado à agricultura familiar na perspectiva dos analistas de crédito da cooperativa Sicoob Centro**. 2022.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998;

_____. Apresentação. In: ABRAMOVAY, Ricardo. (Org). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Ed. Annablume, 2004.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SOUZA, G. H. D. Desenvolvimento local e desempenho do cooperativismo de crédito [manuscrito]: um estudo da Sicoob Credichapada / Gustavo Henrique Dias Souza. – 2020. 280 f.: il., tabs. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36572/1/GUSTAVO%20HENRIQUE%20DIAS%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SOUZA, M. M. C. **Gestão cooperativa e desenvolvimento local**: Um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas/SICOOB-SAROMCREDI. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. UFV, Viçosa/MG, 2008.

STEFANO, S.R.; ALBERTON, A. Competências para sustentabilidade e governança nas cooperativas agroindustriais: Uma proposta de análise. In: Anais... XXXIX ENANPAD, 2015, Belo Horizonte, v. 1, p. 1-16, 2015.

TODESCO, M. R. *et al.* A contabilidade, as cooperativas de crédito e a crise mundial.2020. **Revista Mythos**. 13. 16-27. 10.36674/mythos.v13i1.374. DOI: 10.36674/mythos.v13i1.374

VENTURA, E. C. Ferreira; FONTES F. J. R.; SOARES, M. M. **Governança Cooperativa**: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília: Bcb, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VERLICH, V. V. **Análise de crédito na Cresol**. UFSC, 2013. Disponível em: <https://publicacresol.cresolinstituio.org.br/wpcontent/uploads/old/pesquisa/277.pdf>
Acesso em: 29 mai. 2023.

VILHENA, J. **Os Pioneiros**: Urupá, Presidente Pena, Vila Rondônia e Ji-Paraná. Rondônia: AGORA, 1999.

VOLLES, A. *et al.* **Cooperativa Escola**. Francisco Beltrão: Infocos 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WELLER, W. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEITURAS COMPLEMENTARES

BRINKMANN, S. **The interview**. In: **Denzin, N. K. & Lincoln, Y.S.** The sage handbook of qualitative research. 5^a. ed. Sage Publications, 2018.

BÚRIGO, F. L.. **As aplicações de Pronaf-Crédito via os sistemas e cooperativas de crédito associadas à Ancosol no ano de 2004**. Brasília, 2005.

COCCORESE, P.; SHAFFER, S. **Cooperative Banks and Local Economic Growth. Cama Working Paper**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3125909>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

_____. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Santa Catarina, 2006.

STAKE, R. E. **Qualitative Reserarch: Studying How Things Work**. New York, NY: Guilford Press. 2010.

ANEXO A – Relatórios Administrativos Contábeis do Exercício 2021



Ji-Paraná - RO, 30 de junho de 2022.

Ao Banco Central do Brasil

Carta de Apresentação.

Com o objetivo de atender o que determina a IN BCB nº 54 de 7 de dezembro de 2020, que trata da remessa eletrônica de demonstrações financeiras a CrediSIS JiCred – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão JiCred, apresenta por meio desta carta os seguintes documentos contidos na demonstração financeira relativa ao período de 30 de junho de 2022;

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas.

A administração desta cooperativa se responsabiliza pelas informações contidas na demonstração financeira.

CrediSIS JiCred – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão JiCred
CNPJ 02.309.070/0001-51

RUBENS
RIBEIRO
RODRIGUES: 5356612249
Assinado de forma digital por RUBENS RIBEIRO RODRIGUES:15336612249
Dados: 2022.09.22 16:34:09 -03'00'

Rubens Ribeiro Rodrigues

Diretora Administrativo e Financeiro

CPF: 153.566.122-49

RODRIGO CASSIANO
DOS
SANTOS:85169331215
Assinado de forma digital por RODRIGO CASSIANO DOS SANTOS:85169331215
Dados: 2022.09.23 18:44:02 -03'00'

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4

CPF: 851.693.312-15



CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred
Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022



CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred

Demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022.

Sumário

Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
1 Contexto operacional.....	9
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis .	10
3 Caixa e Equivalentes de Caixa	13
4 Relações Interfinanceiras de Liquidez.....	13
5 Operações de Crédito	14
6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15
7 Outros Créditos	16
8 Investimentos.....	16
9 Imobilizado de uso e intangível.....	17
10 Depósitos	17
11 Relações Interfinanceiras	17
12 Outras Obrigações.....	18
13 Passivos Contingentes.....	18
14 Patrimônio Líquido	19
15 Ingressos de prestação de serviços.....	20
16 Outros Ingressos Operacionais	20
17 Dispêndios administrativos.....	20
18 Dispêndios de pessoal e honorários	21
19 Outros dispêndios operacionais.....	21
20 Resultado não operacional	21
21 Partes Relacionadas	22
22 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos	22


CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred
Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro 2021

Em reais

	Nota	30/06/2022	31/12/2021		Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo			
Circulante		530.945.161	438.145.891	Circulante		496.838.037	413.944.547
Disponibilidades	3	1.632.243	1.222.666	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	4	167.203.484	133.017.751	Depósitos	10	457.425.306	383.363.800
Relações interdependências	3	3.948.961	2.784.378	Relações interfinanceiras	11	21.335.288	17.942.667
Operações de crédito	5	366.858.229	306.241.842	Outros passivos	12	18.077.443	12.638.080
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(16.712.972)	(8.943.588)				
Outros créditos	7	6.746.317	3.285.381	Não circulante		27.283.780	17.139.113
Outros valores e bens		1.268.899	537.461	Exigível a longo prazo			
				demais instrumentos financeiros			
Não circulante		125.411.783	121.885.022	Relações interfinanceiras	11	27.200.722	17.057.647
Realizável a longo prazo				Provisões	13	83.058	81.466
Operações de crédito	5	110.609.883	107.536.804	Patrimônio líquido	14	132.235.127	128.947.253
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(4.587.886)	(3.026.822)	Capital social			
Outros créditos	7	-	159.751	Capital integralizado		74.054.947	68.906.336
Investimentos	8	13.177.150	12.383.320	(-) Capital a integralizar		(183.533)	(78.281)
Imobilizado de uso	9	11.132.446	9.229.257	Reserva de sobras		50.446.629	42.574.005
Intangível	9	263.814	262.816	Sobras Acumuladas		7.917.084	17.545.193
(-) Depreciações e amortizações	9	(5.183.624)	(4.660.104)				
Total do ativo		656.356.944	560.030.913	Total do passivo e patrimônio líquido		656.356.944	560.030.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Ingressos da intermediação financeira		53.887.554	30.382.121
Operações de crédito	5	47.962.440	28.769.435
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	5.925.114	1.612.686
Dispêndios da intermediação financeira		(24.621.494)	(3.535.818)
Operações de captação no mercado	10	(13.615.592)	(2.604.195)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	11	(467.591)	(183.455)
Provisão para perdas em operações de crédito		(10.044.269)	(652.480)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(494.042)	(95.688)
Resultado bruto da intermediação financeira		29.266.060	26.846.303
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		7.437.032	6.724.067
Ingressos de prestação de serviços	15	4.918.747	4.435.970
Outros ingressos operacionais	16	2.518.285	2.288.097
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(30.650.475)	(21.668.195)
Dispêndios administrativos	17	(13.316.716)	(11.054.506)
Dispêndios de pessoal e honorários	18	(12.606.125)	(9.010.738)
Dispêndios de depreciação e amortização		(652.581)	(550.235)
Outros dispêndios operacionais	19	(4.075.053)	(1.052.716)
Resultado operacional		6.052.617	11.902.175
Resultado não operacional	20	1.896.427	253.607
Resultado antes da tributação		7.949.044	12.155.782
Imposto de renda e contribuição social		(31.960)	(144.933)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		7.917.084	12.010.849
Juros sobre o capital		3.862.960	759.632
Sobra líquida dos semestres		11.780.044	12.770.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Sobra líquida dos semestres	11.780.044	12.770.481
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente dos semestres	<u>11.780.044</u>	<u>12.770.481</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

 Semestres findos em 30 de junho
 Em reais

	Capital social		Reserva legal	Reserva para contingências	Reserva de Equalização	Reserva para expansão	Sobras acumuladas	Total
	Capital integralizado	(-) Capital a integralizar						
Saldos em 1º de janeiro de 2021	58.426.957	(939.389)	30.453.205	2.773.811	754.561	1.281.204	11.924.569	104.674.918
Aumento de capital com sobras	6.546.751						(6.546.751)	-
Aumento de reserva com sobras			4.208.671	385.705	385.705	385.705	(5.386.056)	-
Destinação para Sobras não pagas							(11.762)	(11.762)
Integralização/subscrição de capital	(209.748)	960.896						751.148
Decremento de capital subscrito	(2.665.613)	2.665.613						-
Devoluções de capital		(2.776.115)						(2.776.115)
Utilização da reserva						(117.260)		(117.260)
Sobra líquida do exercício							12.770.481	12.770.481
Distribuição de juros sobre o capital							(759.632)	(759.632)
Saldos em 30 de junho de 2021	62.098.347	(88.995)	34.661.876	3.159.606	1.140.356	1.549.739	12.010.849	114.531.778
Saldos em 1º de janeiro de 2022	68.906.336	(78.281)	36.726.017	3.159.605	1.140.356	1.548.027	17.545.193	128.947.253
Aumento de capital com sobras	3.212.481						(3.212.481)	-
Aumento de reserva com sobras			6.192.421	567.639	567.639	567.638	(7.895.337)	-
Destinação para Sobras não pagas							(19.283)	(19.283)
Distribuição de sobras							(6.418.092)	(6.418.092)
Integralização/subscrição	5.062.585	94.181						5.156.766
Decremento de capital subscrito	(3.126.455)	3.126.455						-
Devoluções de capital		(3.325.888)						(3.325.888)
Utilização da reserva						(22.713)		(22.713)
Sobra líquida do exercício							11.780.044	11.780.044
Distribuição de juros sobre o capital							(3.862.960)	(3.862.960)
Saldos em 30 de junho de 2022	74.054.947	(183.533)	42.918.438	3.727.244	1.707.995	2.092.952	7.917.084	132.235.127

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	42.495.277	16.977.694
Sobra ajustada dos semestres	22.996.325	14.082.154
Sobra líquida dos semestres	11.780.044	12.770.481
Provisão para perdas em operações de crédito	10.044.269	652.480
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	494.042	95.688
Depreciações e amortizações	652.581	550.235
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	23.797	12.889
Provisão para contingências	1.592	381
Redução (aumento) nos ativos	(73.537.613)	(63.411.887)
Relações interfinanceiras	(4.607.661)	(5.763.682)
Operações de crédito	(64.594.151)	(56.463.327)
Outros Ativos	(4.335.801)	(1.184.878)
Aumento (redução) nos passivos	93.036.565	66.307.427
Depósitos	74.061.506	54.322.906
Relações interdependências	13.535.696	10.250.760
Obrigações por empréstimos e repasses	-	(5.868)
Outros passivos	5.439.363	1.739.629
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(2.850.875)	(653.289)
Aumento de investimentos	(793.830)	(279.084)
Aquisições de imobilizado de uso	(2.057.045)	(374.205)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(8.492.170)	(2.913.621)
Destinação para Sobras não pagas	(19.283)	(11.762)
Distribuição de sobras	(6.418.092)	-
Integralização/subscrição de capital	5.156.766	751.148
Devoluções de capital	(3.325.888)	(2.776.115)
Utilização da reserva	(22.713)	(117.260)
Distribuição de juros sobre o capital	(3.862.960)	(759.632)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	31.152.232	13.410.784
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	135.815.351	173.724.757
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	166.967.583	187.135.541

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CrediSIS JiCred - Cooperativa de Crédito e Livre Admissão JiCred

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em reais

1 Contexto operacional

A CrediSis Jicred - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred ("Cooperativa"), fundada em 18 de fevereiro de 1997, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 18 de fevereiro de 1997, através do registro sob nº 02.309.070/0001-51.

A Cooperativa está sediada na Rua Seis de Maio, nº 1497, Centro, em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos municípios de Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Castanheiras, Cerejeiras, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Machadinho D'Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari, Vale do Paraíso, Vilhena, todos no Estado de Rondônia e em todo o Estado do Mato Grosso.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos associados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que concordem com o Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas e sejam pessoas físicas que residam ou exerçam atividade a área de atuação da Cooperativa, que tenham vínculo com a Cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde residam ou exerçam atividade; pessoas jurídicas, sediadas na área de ação da Cooperativa, inclusive seus sócios e administradores, que tenham vínculo com a Cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde estejam estabelecidas; pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal; pensionistas de associados vivos ou de falecidos que preenchiam as condições estatutárias de associação

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

No país o surto da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas por governos em países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia impactaram significativamente os negócios.

O Sistema CREDISIS, preocupado também com a saúde financeira de seus cooperados e visando amenizar o momento delicado da pandemia e no intuito de minimizar os impactos da crise e para ajudar os cooperados passou a ofertar, linhas de crédito específicas com taxas reduzidas como AJUDA COVID, EMPRÉSTIMOS COVID, PARCELAMENTO FATURA CARTÃO DE CRÉDITO/PANDEMIA, CREDIAMPE, ofertar aos Cooperados a possibilidade de renegociar seus contratos vencidos e opção de prorrogação de parcelas em até 90 (noventa) dias com a linha de crédito Renegociação-COVID. Com essas novas linhas de crédito, houve uma oportunidade de a cooperativa a ampliar seu quadro social, captando novos cooperados e oferecendo produtos e serviços mais vantajosos que em instituições financeiras bancárias.

Salientamos que o percentual de atingimento segmentado por pessoa física e pessoa jurídica com as linhas destinadas a ajuda covid foi de 77% para PF e 23% para PJ e que o volume em nossa carteira de crédito foi de mais de R\$ 459 milhões.



O Impacto mais relevante que “sofremos” foi o aumento exponencial dos recursos centralizados, que apresenta aspectos positivos, pela alta disponibilidade de recursos e aspectos negativos, por terem maior predominância no depósito à vista, que é um recurso volátil.

Nas Cooperativas do Sistema CrediSIS, os colaboradores de grupo de riscos tiveram revezamento e alteração no regime de trabalho para home office, além das ações de distanciamento social, uso de máscara, álcool em gel e sanitização frequente dos ambientes de trabalho.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

Em 30 de maio de 2019, o BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.720/2019, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Em virtude das disposições previstas na resolução, a Cooperativa passou a divulgar as Demonstrações do Resultado Abrangente em suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020.

Em 4 de setembro de 2019, o BACEN emitiu a Circular BCB nº 3.959/2019, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.



As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

**b.7 Investimentos**

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.11 Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.12 Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.14 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias



superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.16 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.18 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	1.632.243	1.222.666
Relações interfinanceiras (nota 4)	161.386.379	131.808.307
Relações interdependências	3.948.961	2.784.378
	<u>166.967.583</u>	<u>135.815.351</u>

4 Relações Interfinanceiras de Liquidez

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Direitos junto ao sistema de liquidação	5.817.105	1.209.444
Centralização financeira (i)	<u>161.386.379</u>	<u>131.808.307</u>
	<u>167.203.484</u>	<u>133.017.751</u>

- (i) Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações com cumprimento da reserva de liquidez, e as aplicações excedentes são remuneradas com 98% do CDI. Em 30 de junho de 2022, foram registrados R\$ 5.925.114 (R\$ 1.612.686 em 30 de junho de 2021) no resultado os rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos.



5 Operações de Crédito
a. Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	1.834.614	-	1.834.614	632.281	-	632.281
Cheque especial e conta garantida	40.255.460	-	40.255.460	29.911.745	-	29.911.745
Empréstimos e financiamentos	253.495.936	82.385.016	335.880.952	203.720.753	89.782.652	293.503.405
Títulos descontados	51.600.070	-	51.600.070	52.977.300	-	52.977.300
Financiamentos rurais	19.672.149	28.224.867	47.897.016	18.999.763	17.754.152	36.753.915
	366.858.229	110.609.883	477.468.112	306.241.842	107.536.804	413.778.646

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2022, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 47.962.440 (R\$ 28.769.435 em 2021).

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	30/06/2022			31/12/2021		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	113.085.390	113.085.390	-	134.673.245	134.673.245
B	1,0	667.863	113.438.654	114.106.517	698.713	139.574.516	140.273.229
C	3,0	2.635.484	200.823.016	203.458.500	304.852	110.984.544	111.289.396
D	10,0	2.663.867	26.249.748	28.913.615	242.568	21.062.647	21.305.215
E	30,0	1.821.796	6.540.744	8.362.540	550.485	1.241.185	1.791.670
F	50,0	895.522	1.559.709	2.455.231	54.801	952.467	1.007.268
G	70,0	2.817.707	222.528	3.040.235	185.245	867.204	1.052.449
H	100,0	3.102.864	943.220	4.046.084	585.989	1.800.185	2.386.174
		14.605.103	462.863.009	477.468.112	2.622.653	411.155.993	413.778.646

CrediSIS JiCred
Av Seis de Maio, 1497 – Bairro Centro – 76.900-065, Ji-Paraná - RO



c. Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	30/06/2022	31/12/2021
2023	51.582.661	78.601.288
2024	46.810.098	22.488.766
2025	10.057.669	5.880.705
2026	1.931.528	560.164
2027	227.927	5.881
	110.609.883	107.536.804

d. Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2022, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 15.923.646 (R\$ 17.927.536 em 30 de junho 2021). Em 30 de junho de 2022, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 873.775 (R\$ 936.171 em 30 de junho 2021), registrados em outros ingressos operacionais (nota 17).

6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição por tipo de Operação

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito						
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(16.033.662)	(4.578.585)	(20.612.247)	(8.690.207)	(3.019.129)	(11.709.336)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(679.310)	(9.301)	(688.611)	(253.381)	(7.693)	(261.074)
	(16.712.972)	(4.587.886)	(21.300.858)	(8.943.588)	(3.026.822)	(11.970.410)

CrediSIS JiCred
Av Seis de Maio, 1497 – Bairro Centro – 76.900-065, Ji-Paraná - RO



b. Movimentação das provisões esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	<u>(11.970.410)</u>	<u>(8.340.016)</u>
Créditos baixados para prejuízo	1.207.863	3.796.216
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(10.044.269)	(7.131.851)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(494.042)	(294.931)
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	-	172
Saldo final	<u>(21.300.858)</u>	<u>(11.970.410)</u>

7 Outros Créditos

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Créditos por avais e fianças	1.032.095		1.032.095
Devedores por compra de valores e bens	619.811	799.284	1.419.095
Diversos:			
Adiantamentos e antecipações salariais	588.646		588.646
Adiantamento por conta de imobilizações	619.906		619.906
Impostos e contribuições a compensar	24.631		24.631
Pagamentos a ressarcir	1.364.127		1.364.127
Devedores diversos	1.697.817		1.697.817
	<u>5.947.033</u>	<u>799.284</u>	<u>6.746.317</u>
			<u>31/12/2021</u>
<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Créditos por avais e fianças	480.235		480.235
Devedores por compra de valores e bens	323.565	159.751	483.316
Diversos:			
Adiantamentos e antecipações salariais	46.471		46.471
Adiantamento por conta de imobilizações	22.231		22.231
Impostos e contribuições a compensar	12.627		12.627
Pagamentos a ressarcir	1.176.476		1.176.476
Devedores diversos	1.223.776		1.223.776
	<u>3.285.381</u>	<u>159.751</u>	<u>3.445.132</u>

- (i) Compõe o saldo de valores a receber de venda de bens móveis e imóveis recebidos em dação de pagamento.
O vencimento final das transações é 2027.

8 Investimentos

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	13.177.150	12.383.320
	<u>13.177.150</u>	<u>12.383.320</u>



9 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2022	31/12/2021
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	885.897	-	885.897	218.196
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	8.053.177	(4.117.593)	3.935.584	3.312.711
Veículos	20%	659.976	(349.158)	310.818	109.875
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.533.396	(551.495)	981.901	1.064.896
		<u>11.132.446</u>	<u>(5.018.246)</u>	<u>6.114.200</u>	<u>4.705.678</u>
Intangível					
Software	20%	263.814	(165.378)	98.436	126.291
		<u>11.396.260</u>	<u>(5.183.624)</u>	<u>6.212.636</u>	<u>4.831.969</u>

10 Depósitos

Descrição	30/06/2022	30/12/2021
Depósitos à vista	170.402.763	159.194.191
Depósitos a prazo (i)	287.022.543	224.169.609
	<u>457.425.306</u>	<u>383.363.800</u>

- (i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Em 30 de junho de 2022, foram registrados R\$ 13.615.592 (R\$ 2.604.195 em 30 de junho de 2021) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

11 Relações Interfinanceiras

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações participantes sistema liquidação	3.163.105	-	3.163.105	-
Repasse interfinanceiros (i)	18.172.183	27.200.722	45.372.905	35.000.314
	<u>21.335.288</u>	<u>27.200.722</u>	<u>48.536.010</u>	<u>35.000.314</u>

Recursos tomados em instituições financeiras na forma de Depósito Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possui remuneração média de 2,26% a.a. e vencimento final out/2024. No primeiro semestre de 2022, foram registrados R\$ 467.591 (R\$ 183.455 em 2021) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses.



12 Outras Obrigações

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	538.945	444.625
Sociais e estatutárias:		
Juros sobre o capital	3.862.960	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	3.009.147	3.204.624
Gratificações e participações a pagar	76.768	78.841
Sobras a distribuir	31.371	31.238
Cotas de capital a pagar	417.202	490.619
	7.397.448	3.805.322
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	835.709	798.012
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.047	-
Provisão para pagamentos a efetuar	8.639.745	6.721.886
Credores diversos no País	663.549	868.235
	9.305.341	7.590.121
	18.077.443	12.638.080

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN

13 Passivos Contingentes

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para contingências	83.058	81.466
	83.058	81.466

A Cooperativa interpôs um recurso voluntário aos membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, apresentando contrarrazões a um processo administrativo, relativo à compensação de IOF do período de fevereiro de 2010. O valor do crédito em discussão, atualizado em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$ 66.166. A administração da Cooperativa optou em constituir provisão para contingência do saldo total do crédito.

A Cooperativa possui também um processo trabalhista, movido por ex-funcionários da Cooperativa e julgado procedente. A Cooperativa em 2019, cumpriu com o pagamento de parte dos valores do processo, restando o valor residual de R\$ 15.300 a pagar para ex-funcionária. A administração optou em constituir provisão para contingência do valor residual total.

Descrição	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	80.159
Constituição	1.307
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81.466
Constituição	1.592
Saldos em 31 de dezembro de 2019	83.058



14 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

É representado pelas integralizações de 16.838 e 14.448 cooperados em 30 de junho de 2022 e de 2021, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes. No primeiro semestre de 2022, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.156.766 (R\$ 751.148 no primeiro semestre de 2021), e também ocorreram devoluções nestes períodos, no montante de R\$ 3.325.888 e R\$ 2.776.115, respectivamente.

O capital social é de R\$ 73.871.414 e de R\$ 62.009.352 em 30 de junho de 2022 e de 2021, respectivamente.

b. Reserva Legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. Em 25 de março de 2022 foi deliberado na AGOE a destinação de mais 30% das sobras líquidas de 2021, representando o valor de R\$ 6.192.421

c. Fundo de contingências

Tem como finalidade garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa em face de eventualidades. Tem como objeto cobrir despesas decorrentes de ações administrativas contra a Cooperativa e seus administradores no desempenho de suas atribuições estatutárias e de condenações judiciais que imponham ônus à Cooperativa; equacionar déficit na apuração de venda de patrimônio (imobilizado); cobrir danos causados por intempéries ambientais, fazendo com que a Cooperativa volte a funcionar plenamente; e proteger o patrimônio contra eventuais adversidades relacionadas com o crime de subtração de patrimônio. O Fundo de Reserva de contingência será formado com recursos oriundos das sobras apuradas no exercício e, por sugestão do Conselho de Administração, será submetido à assembleia o percentual a ser aplicado sobre a sobra líquida do exercício para formação do Fundo.

Decorrido o prazo de cinco anos, será reavaliada a necessidade de continuidade do fundo e sua liquidação será por deliberação da Assembleia Geral que o constituiu. Em 25 de março de 2022 foi deliberado na AGOE a destinação de mais R\$ 567.639, referente as sobras de 2021.

d. Reserva para expansão

Tem como finalidade atender a projetos de investimento e expansão da Cooperativa, formado com recursos provenientes do resultado de cada exercício da Cooperativa, em percentual a ser definido na Assembleia, já deduzidos os valores destinados às reservas obrigatórias (Reserva legal e FATES). Em 25 de março de 2022 foi deliberado na AGOE a destinação de mais R\$ 567.638, referente as sobras de 2021.

e. Reserva de Equalização

Foi constituída através da AGOE realizada em 25 de março de 2022 cujo o objetivo é garantir a remuneração do capital e a reconstituição de sobras. Deliberada nesta reunião a destinação de R\$ 567.639, referente as sobras de 2021

f. Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). As sobras acumuladas do exercício de 2021 foram destinadas para as reservas de lucros e distribuídas aos seus associados.



15 Ingressos de prestação de serviços

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Rendas de serviços de custódia	2.508	-
Rendas de tarifas	222.740	346.852
Rendas de cobrança	679.128	663.291
Outros serviços	4.014.371	3.425.827
	<u>4.918.747</u>	<u>4.435.970</u>

16 Outros Ingressos Operacionais

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Recuperação de encargos e despesas	223	2.396
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	57.181	5.114
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5d)	873.775	936.171
Outros ingressos	1.587.106	1.344.416
	<u>2.518.285</u>	<u>2.288.097</u>

17 Dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Outros	(5.952.937)	(5.406.993)
Serviços do sistema financeiro	(1.588.271)	(1.664.705)
Transporte	(1.255.171)	(931.200)
Promoções e relações públicas	(842.493)	(492.767)
Material e manutenção	(781.729)	(419.865)
Aluguéis	(764.278)	(666.705)
Serviços de vigilância	(516.532)	(395.113)
Serviços técnicos especializados	(512.785)	(332.404)
Água, energia e gás	(350.694)	(279.713)
Propaganda e publicidade	(214.083)	(56.154)
Processamento de dados	(173.068)	(134.089)
Comunicações	(148.737)	(119.023)
Serviço de terceiros	(99.005)	(89.892)
Tributários	(58.800)	(23.390)
Seguros	(58.133)	(42.493)
	<u>(13.316.716)</u>	<u>(11.054.506)</u>



18 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	(7.263.108)	(4.944.095)
Benefícios a empregados	(2.486.237)	(1.890.957)
Encargos sociais	(2.216.839)	(1.685.541)
Honorários e cédulas de presença	(639.601)	(490.145)
Treinamentos	(340)	-
	(12.606.125)	(9.010.738)

19 Outros dispêndios operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Juros sobre o capital	(3.862.960)	(759.632)
Fundo de contingências	(104.560)	(174.018)
Descontos concedidos	(74.540)	(92.875)
Outros dispêndios	(30.172)	(26.191)
Provisões para contingências	(2.821)	-
	(4.075.053)	(1.052.716)

20 Resultado não operacional

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Receitas não operacionais		
Lucro na alienação de valores e bens	76.743	32.778
Ganhos de capital	2.414	15.376
Reversão de provisão não operacionais	1.918.000	268.181
Outras rendas não operacionais	43.644	4.034
	2.040.801	320.369
Despesas não operacionais		
Prejuízo na alienação de valores e bens	(24.341)	(19.633)
Perdas de capital	(29.718)	(39.647)
Outras despesas não operacionais	(90.315)	(7.482)
	(144.374)	(66.762)
	1.896.427	253.607



21 Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	5.280.768	5.603.078
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	9.800.907	5.336.252
Patrimônio líquido		
Capital social	2.453.332	2.454.720
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	87.065	404.488
Dispêndio com captações	277.373	43.870
Benefícios:		
Honorários	469.585	271.717
Cédulas de presença	234.048	218.428

22 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos

As cooperativas de crédito estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. Afim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Cooperativa conta com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade do Sistema. A Cooperativa considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. A política de gerenciamento de riscos e de capital foi aprovada, de modo que seja compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das cooperativas associadas à Cooperativa. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, no caminho "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos são:

a Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados as falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.



b Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira de crédito, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando o risco de crédito a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pelos cooperados de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas, preservando sempre pelo casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira e de acordo com suas políticas.

e Risco socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

f Gestão de continuidade do negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a ocorrência de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades do Sistema CrediSIS.

g Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital, visando os objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.



SERGIO LUIZ
MILANI:334261
98991

Assinado de forma digital
por SERGIO LUIZ
MILANI:33426198991
Dados: 2022.09.22
17:52:57 -03'00'

Sergio Luiz Milani

Presidente

CPF: 334.261.989-91

RODRIGO CASSIANO
DOS
SANTOS:85169331215

Assinado de forma digital
por RODRIGO CASSIANO
DOS SANTOS:85169331215
Dados: 2022.09.23 18:44:22
-03'00'

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4

CPF: 851.693.312-15

*** fim ***



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de v.s.as; as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021 da **Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia – SICOOB CENTRO**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 a **SICOOB CENTRO** completou 15 (quinze) anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, a **SICOOB CENTRO** obteve resultado de R\$ 36.472.761,98 (trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e oito centavos), antes dos juros ao capital, das destinações estatutárias e das reversões, representando um retorno de 24,20% sobre o Patrimônio Líquido.

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 3.462.654,29 (três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos), visando remunerar o capital de seus associados. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Após as deduções legais dos fundos estatutários, dos juros ao capital e considerando as reversões dos dispêndios do FATES, o resultado das sobras líquidas à disposição da Assembleia Geral é de R\$ 21.088.587,48, (vinte e um milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos) que representa um retorno de 13,99% sobre o Patrimônio Líquido.

Demonstração das destinações realizadas:

Sobras ou Perdas (Antes dos juros ao capital)	36.472.761,98
(-) Juros ao capital pagos aos associados	(3.462.654,29)
Sobras ou Perdas do Exercício (Antes das Destinações Legais)	33.010.107,69
(-) FATES - Fundo de Assistência Téc. Educ. e Social - Com associados	(1.552.347,12)
(-) FATES - Fundo de Assist. Téc. Educ. e Social - Com não associados	(1.963.165,27)
(-) Fundo de Reserva	(9.314.082,73)
Sobras Líquidas do Exercício	20.180.512,57
Total da reversão dos dispêndios do FATES em 2021	908.074,91
Sobras Líquidas à disposição da Assembleia Geral	21.088.587,48

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 192.235.370,30 (Cento e noventa e dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta reais e trinta centavos). Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 885.499.232,50 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 425.732.588,98	48,08%
Carteira Rural	R\$ 459.766.643,52	51,92%



Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021, o percentual de 15,57% da carteira, no montante de R\$ 137.889.974,45 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

4. Captação

As captações, no total de R\$ 520.503.255,33 (quinhentos e vinte milhões, quinhentos e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos), apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 26,45%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 281.764.224,24	54,13%
Depósitos a Prazo	R\$ 174.973.470,90	33,62%
LCA -Pós Fixada	R\$ 63.765.560,19	12,25%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 17,40% da captação, no montante de R\$ 90.559.355,57 (noventa milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da **SICOOB CENTRO** era de R\$ 146.762.424,81 (cento e quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos). O quadro de associados era composto por 36.254 cooperados, havendo um acréscimo de 44,82% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A **SICOOB CENTRO** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 88,30% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou simplesmente a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral a participação dos Delegados, eleitos pelos associados da cooperativa o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pela SICOOB CENTRAL NORTE, que por sua vez, faz a supervisão dessas atividades.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.



A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 3 (três) anos, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo **SICOOB CENTRAL NORTE**, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Pacto de Ética

Todos os integrantes da equipe da **SICOOB CENTRO** aderiram, em 2006, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso. Nesse sentido, em 2021, o Código de Ética foi substituído pelo Pacto de Ética do Sicoob, que tem como objetivo harmonizar os valores pessoais e profissionais das pessoas que compõem a estrutura organizacional das entidades do Sicoob com os padrões de conduta e os valores éticos, morais, legais, normativos e os bons costumes reconhecidos como identidade institucional do Sicoob.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria da **SICOOB CENTRO** registrou 54 (cinquenta e quatro) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

As reclamações procedentes foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade



das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Ji-Paraná (RO), 18 de março de 2022.

ADEMIR
STIMER:6103522021
0

ADEMIR STIMER
CPF. 610.352.202-10
Presidente do Conselho de
Administração

Assinado de forma digital por
ADEMIR STIMER:61035220210
Dados: 2022.03.22 16:53:12
-04'00"

CLEUSA APARECIDA
NEGRINI
TARNOSCHI:004973428
80

CLEUSA APARECIDA N. TARNOSCHI
CPF. 004.973.428-80
Diretora Administrativa

Assinado de forma digital por
CLEUSA APARECIDA NEGRINI
TARNOSCHI:00497342880
Dados: 2022.03.22 14:59:00
-04'00"

ALVARO ALBERTO
DE
MORAIS:61446416
615

ÁLVARO ALBERTO DE MORAIS
CPF. 614.464.166-15
Diretor Financeiro

Assinado de forma digital
por ALVARO ALBERTO DE
MORAIS:61446416615
Dados: 2022.03.22
15:10:24 -04'00"

JOSE CARLOS CORREA
DA CUNHA:11414855249

JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA
Contador – CRC-RO 02897/O-5

Assinado de forma digital por JOSE
CARLOS CORREA DA
CUNHA:11414855249
Dados: 2022.03.22 14:26:01 -04'00"



COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO

SICOOB CENTRO
CNPJ: 08.044.854/0001-81
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.103.032.129,76	715.372.327,08
DISPONIBILIDADES	Nota 4	7.935.558,92	7.847.768,40
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.086.156.954,95	699.473.083,25
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	4.120.897,52	30.377.538,78
Relações Interfinanceiras	Nota 4	192.235.370,30	223.428.859,77
Centralização Financeira		192.235.370,30	223.428.859,77
Operações de Crédito	Nota 6	885.499.232,50	443.959.877,14
Outros Ativos Financeiros	Nota 7	4.301.454,63	1.706.807,56
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	Nota 8	(25.204.776,70)	(17.833.641,89)
(-) Operações de Crédito		(24.016.608,21)	(17.512.780,68)
(-) Outras		(1.188.168,49)	(320.861,21)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	Nota 9	42.359,03	42.089,92
OUTROS ATIVOS	Nota 10	5.983.332,45	5.433.239,40
INVESTIMENTOS	Nota 11	14.851.553,00	12.018.186,00
IMOBILIZADO DE USO	Nota 12	18.398.032,29	12.669.328,44
INTANGÍVEL	Nota 13	365.795,04	312.045,04
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	Nota 14	(5.496.679,22)	(4.589.771,48)
TOTAL DO ATIVO		1.103.032.129,76	715.372.327,08
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.103.032.129,76	715.372.327,08
DEPÓSITOS	Nota 15	456.737.695,14	377.139.839,92
Depósitos à Vista		281.764.224,24	252.549.320,04
Depósitos à Prazo		174.973.470,90	124.590.519,88
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		476.285.525,17	215.473.895,91
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	Nota 16	63.765.560,19	34.502.557,11
Relações Interfinanceiras		402.728.395,18	154.073.307,51
Repasse Interfinanceiros	Nota 17	402.713.682,39	154.057.479,32
Outras Relações Interfinanceiras	Nota 18	14.712,79	15.828,19
Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 19	8.962.035,20	26.752.413,35
Outros Passivos Financeiros	Nota 20	829.534,60	145.617,94
PROVISÕES	Nota 22	2.178.119,52	1.433.621,06
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	Nota 23	2.636.960,72	953.786,69
OUTROS PASSIVOS	Nota 24	14.505.596,45	8.090.308,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 25	150.688.232,76	112.280.874,92
CAPITAL SOCIAL	Nota 25.a	89.077.121,60	70.019.745,36
RESERVAS DE SOBRAS	Nota 25.b	40.522.523,68	29.824.681,27
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Nota 25.d	21.088.587,48	12.436.448,29
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.103.032.129,76	715.372.327,08

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADEMIR
STIMER:61035220
210

Assinado de forma digital por
ADEMIR STIMER:61035220210
Dados: 2022.03.22 16:53:46
-04'00'

ADEMIR STIMER
CPF. 610.352.202-10
Presidente do Conselho de
Administração

CLEUSA APARECIDA
NEGRINI
TARNOSCHI:004973428
80

Assinado de forma digital por
CLEUSA APARECIDA NEGRINI
TARNOSCHI:00497342880
Dados: 2022.03.22 15:01:03
-04'00'

CLEUSA APARECIDA N. TARNOSCHI
CPF. 004.973.428-80
Diretora Administrativa

ALVARO ALBERTO
DE
MORAIS:61446416
615

Assinado de forma digital
por ALVARO ALBERTO DE
MORAIS:61446416615
Dados: 2022.03.22
15:14:29 -04'00'

ALVARO ALBERTO DE MORAIS
CPF. 614.464.166-15
Diretor Financeiro

JOSE CARLOS CORREA
DA CUNHA:11414855249

Assinado de forma digital por JOSE CARLOS
CORREA DA CUNHA:11414855249
Dados: 2022.03.22 16:02:21 -04'00'

JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA
Contador – CRC-RO 02897/O-5



COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO

SICOOB CENTRO
CNPJ: 08.044.854/0001-81
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		59.143.493,37	99.576.147,56	70.534.682,92
Operações de Crédito	Nota 28	52.782.455,47	90.170.060,22	63.203.550,45
Ingressos de Depósitos Interooperativos	Nota 4.b	6.236.415,08	9.117.867,08	4.412.502,30
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5.b	124.622,82	284.639,27	835.385,93
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	3.580,99	2.083.244,24
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Nota 29	(25.526.207,05)	(40.776.568,74)	(28.727.096,56)
Operações de Captação no Mercado	Nota 15.e	(7.153.120,47)	(9.530.793,65)	(4.039.524,62)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 19.a	(9.619.799,06)	(15.899.577,01)	(9.192.006,28)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(8.753.287,52)	(15.346.198,08)	(15.495.565,66)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.617.286,32	58.799.578,82	41.807.586,36
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(10.289.315,44)	(18.903.028,78)	(21.307.526,51)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	Nota 30	14.073.636,73	24.959.634,87	12.474.598,94
Rendas de Tarifas	Nota 31	1.066.983,41	2.405.684,62	2.455.514,06
Dispêndios e Despesas de Pessoal	Nota 32	(13.860.635,02)	(25.712.524,66)	(20.643.760,70)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	Nota 33	(11.348.419,00)	(21.726.484,14)	(19.085.415,79)
Dispêndios e Despesas Tributárias	Nota 34	(1.326.130,74)	(2.425.676,20)	(1.268.668,77)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	Nota 35	3.193.611,73	6.463.784,74	5.884.092,75
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	Nota 36	(2.088.362,55)	(2.867.448,01)	(1.123.887,00)
PROVISÕES	Nota 37	(343.162,71)	(742.687,03)	122.102,92
Provisões/Reversões para Contingências		-	10.153,63	357.336,48
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(343.162,71)	(752.840,66)	(235.233,56)
RESULTADO OPERACIONAL		22.984.808,17	39.153.863,01	20.622.162,77
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	Nota 38	(38.668,84)	116.840,84	(344.927,31)
Ganhos de Capital		30.522,27	159.703,27	139.008,16
Rendas de Aluguel		34.631,16	63.810,84	58.359,36
Outras Rendas Não Operacionais		1.069,07	1.069,07	-
(-) Perdas de Capital		(49.221,91)	(49.221,91)	(391.662,45)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(45.000,00)	(45.000,00)	(57.667,21)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(10.669,43)	(13.520,43)	(92.965,17)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		22.946.139,33	39.270.703,85	20.277.235,46
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.017.345,44)	(2.797.941,87)	(673.724,16)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(1.111.615,18)	(1.621.008,21)	(412.077,60)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(905.730,26)	(1.176.933,66)	(261.646,56)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS	Nota 25.d	20.928.793,89	36.472.761,98	19.603.511,30
JUROS AO CAPITAL	Nota 27	(2.541.873,23)	(3.462.654,29)	(1.837.156,61)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		18.386.920,66	33.010.107,69	17.766.354,69

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Assinado de forma digital por
ADEMIR STIMER:61035220210
Dados: 2022.03.22 16:54:16
-04'00'

ADEMIR STIMER
CPF. 610.352.202-10
Presidente do Conselho de
Administração

Assinado de forma digital por
CLEUSA APARECIDA NEGRINI
TARNOSCHI:004973
Dados: 2022.03.22 15:01:24
-04'00'

CLEUSA APARECIDA N. TARNOSCHI
CPF. 004.973.428-80
Diretora Administrativa

Assinado de forma digital
por ALVARO ALBERTO DE
MORAIS:61446416615
Dados: 2022.03.22
15:10:50 -04'00'

ALVARO ALBERTO DE MORAIS
CPF. 614.464.166-15
Diretor Financeiro

Assinado de forma digital por JOSE
CARLOS CORREIA DA
CUNHA:11414855249
Dados: 2022.03.22 14:26:43 -04'00'

JOSÉ CARLOS CORREIA DA CUNHA
Contador – CRC-RO 02897/O-5



COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
 SICOOB CENTRO
 CNPJ:08.044.854/0001-81
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	Nota 25.d	20.928.793,89	36.472.761,98	19.603.511,30
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		20.928.793,89	36.472.761,98	19.603.511,30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADEMIR
 STIMER:61035220210
Assinado de forma digital por ADEMIR STIMER:61035220210
 Dados: 2022.03.22 16:54:53 -04'00'

ADEMIR STIMER
 CPF. 610.352.202-10
 Presidente do Conselho de Administração

CLEUSA APARECIDA
 NEGRINI
 TARNOSCHI:00497342880
Assinado de forma digital por CLEUSA APARECIDA NEGRINI
 TARNOSCHI:00497342880
 Dados: 2022.03.22 15:01:44 -04'00'

CLEUSA APARECIDA N. TARNOSCHI
 CPF. 004.973.428-80
 Diretora Administrativa

ALVARO ALBERTO DE
 MORAIS:61446416615
Assinado de forma digital por ALVARO ALBERTO DE MORAIS:61446416615
 Dados: 2022.03.22 15:11:09

ALVARO ALBERTO DE MORAIS
 CPF. 614.464.166-15
 Diretor Financeiro

JOSE CARLOS CORREA
 DA CUNHA:11414855249
Assinado de forma digital por JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
 Dados: 2022.03.22 14:27:02 -04'00'

JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA
 Contador – CRC-RO 02897/O-5



COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO

SICOOB CENTRO
CNPJ: 08.044.854.0001-81
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		64.228.876,53	(975.268,45)	24.093.905,73	10.162.034,11	97.509.547,92
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES		0,00	0,00	0,00	(360.000,00)	(360.000,00)
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	(26.939,27)	(26.939,27)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	1.289.186,87	(1.289.186,87)	0,00
Distribuição de sobras para associados		8.485.907,97	0,00	0,00	(8.485.907,97)	0,00
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		5.248.240,45	(1.205.535,87)	0,00	0,00	4.042.704,58
Por Devolução (-)		(7.528.333,94)	0,00	0,00	0,00	(7.528.333,94)
Estorno de Capital		(2.160,00)	0,00	0,00	0,00	(2.160,00)
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	19.603.511,30	19.603.511,30
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(1.837.156,61)	(1.837.156,61)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.768.018,67	0,00	0,00	0,00	1.768.018,67
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	4.441.588,67	(4.441.588,67)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(888.317,73)	(888.317,73)
Saldos em 31/12/2020		72.200.549,68	(2.180.804,32)	29.824.681,27	12.436.448,29	112.280.874,92
Saldos em 31/12/2020		72.200.549,68	(2.180.804,32)	29.824.681,27	12.436.448,29	112.280.874,92
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES		0,00	0,00	0,00	(557.091,09)	(557.091,09)
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	(119.233,00)	(119.233,00)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	1.383.759,68	(1.383.759,68)	0,00
Distribuição de sobras para associados		9.059.167,04	0,00	0,00	(10.376.364,52)	(1.317.197,48)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		12.182.037,62	553.739,27	0,00	0,00	12.735.776,89
Por Devolução (-)		(6.056.278,26)	0,00	0,00	0,00	(6.056.278,26)
Estorno de Capital		(64.420,00)	0,00	0,00	0,00	(64.420,00)
Reversões de Fundos	Nota 25.d	0,00	0,00	0,00	908.074,91	908.074,91
Sobras ou Perdas do Período	Nota 25.d	0,00	0,00	0,00	36.472.761,98	36.472.761,98
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	Nota 27	0,00	0,00	0,00	(3.462.654,29)	(3.462.654,29)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.383.130,57	0,00	0,00	0,00	3.383.130,57
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	Nota 25.d	0,00	0,00	9.314.082,73	(9.314.082,73)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	Nota 25.d	0,00	0,00	0,00	(1.552.347,12)	(1.552.347,12)
FATES - Atos Não Cooperativos	Nota 25.d	0,00	0,00	0,00	(1.963.165,27)	(1.963.165,27)
Saldos em 31/12/2021	Nota 25	90.704.186,65	(1.627.065,05)	40.522.523,68	21.088.587,48	150.688.232,76
Saldos em 30/06/2021		79.202.148,20	(1.652.895,68)	31.208.440,95	14.623.167,03	123.380.880,50
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		9.918.065,63	25.830,63	0,00	0,00	9.943.896,26
Por Devolução (-)		(1.795.637,75)	0,00	0,00	0,00	(1.795.637,75)
Estorno de Capital		(3.520,00)	0,00	0,00	0,00	(3.520,00)
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	908.074,91	908.074,91
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	20.928.793,89	20.928.793,89
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(2.541.873,23)	(2.541.873,23)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.383.130,57	0,00	0,00	0,00	3.383.130,57
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	9.314.082,73	(9.314.082,73)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(1.552.347,12)	(1.552.347,12)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(1.963.165,27)	(1.963.165,27)
Saldos em 31/12/2021		90.704.186,65	(1.627.065,05)	40.522.523,68	21.088.587,48	150.688.232,76

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADEMIR
STIMER:6103522021
0
Assinado de forma digital por
ADEMIR STIMER:61035220210
Dados: 2022.03.22 16:55:29
-04'00"

ADEMIR STIMER
CPF. 610.352.202-10
Presidente do Conselho de
Administração

CLEUSA APARECIDA
NEGRINI
TARNOSCHI:0049734288
0
Assinado de forma digital por
CLEUSA APARECIDA NEGRINI
TARNOSCHI:00497342880
Dados: 2022.03.22 15:02:15
-04'00"

CLEUSA APARECIDA N. TARNOSCHI
CPF. 004.973.428-80
Diretora Administrativa

ALVARO ALBERTO DE
MORAIS:6144641661
5
Assinado de forma digital por
ALVARO ALBERTO DE
MORAIS:61446416615
Dados: 2022.03.22 15:11:31
-04'00"

ÁLVARO ALBERTO DE MORAIS
CPF. 614.464.166-15
Diretor Financeiro

JOSE CARLOS CORREA DA
CUNHA:11414855249
Assinado de forma digital por JOSE
CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
Dados: 2022.03.22 14:27:21 -04'00"

JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA
Contador – CRC-RO 02897/O-5



COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO

SICOOB CENTRO
CNPJ: 08.044.854/0001-81
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		22.946.139,33	39.270.703,85	20.277.235,46
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(345.751,77)	(1.032.454,00)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.753.287,52	15.346.198,08	15.495.565,66	15.495.565,66
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	343.162,71	752.840,66	235.233,56	235.233,56
Provisões/Reversões Não Operacionais	45.000,00	45.000,00	57.667,21	57.667,21
Provisões/Reversões para Contingências	-	(10.153,63)	(357.336,48)	(357.336,48)
Depreciações e Amortizações	712.363,71	1.323.805,75	1.299.141,47	1.299.141,47
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		32.799.953,27	56.382.642,94	35.975.052,88
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(124.622,82)	26.256.641,26	445.960,87	445.960,87
Relações Interfinanceiras	188.525,44	-	2.715,00	2.715,00
Operações de Crédito	(216.952.052,63)	(448.878.984,89)	(144.439.005,33)	(144.439.005,33)
Outros Ativos Financeiros	(2.055.147,39)	(3.230.080,81)	(563.045,73)	(563.045,73)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	624.229,14	(269,11)	31.926,42	31.926,42
Outros Ativos	635.767,42	(595.093,05)	(797.614,43)	(797.614,43)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	(33.085.733,08)	29.214.904,20	133.004.049,99	133.004.049,99
Depósitos à Prazo	40.359.599,93	50.382.951,02	32.734.834,95	32.734.834,95
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	10.522.774,45	29.263.003,08	6.222.960,96	6.222.960,96
Relações Interfinanceiras	123.834.117,19	248.655.087,67	62.098.675,18	62.098.675,18
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(10.448.059,05)	(17.790.378,15)	5.052.570,21	5.052.570,21
Outros Passivos Financeiros	(286.872,70)	683.916,66	(499.188,13)	(499.188,13)
Provisões	59.577,62	1.811,43	84.433,90	84.433,90
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	843.015,26	1.683.174,03	251.142,72	251.142,72
Outros Passivos	(1.141.951,72)	2.952.633,58	(5.693,63)	(5.693,63)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	(557.091,09)	(360.000,00)	(360.000,00)
FATES - Atos Cooperativos	(1.552.347,12)	(1.552.347,12)	(888.317,73)	(888.317,73)
FATES - Atos Não Cooperativos	(1.963.165,27)	(1.963.165,27)	-	-
Outras Destinações	-	(119.233,00)	(26.939,27)	(26.939,27)
Imposto de Renda	(1.111.615,18)	(1.621.008,21)	(412.077,60)	(412.077,60)
Contribuição Social	(905.730,26)	(1.176.933,66)	(261.646,56)	(261.646,56)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(59.759.737,50)	(32.007.818,49)	127.650.794,67
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central	-	345.751,77	1.032.454,00	1.032.454,00
Aquisição de Intangível	(183.598,63)	(420.816,51)	(587.008,91)	(587.008,91)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.057.469,89)	(5.778.535,35)	(2.491.377,34)	(2.491.377,34)
Aquisição de Investimentos	(1.844.835,23)	(2.833.367,00)	(4.018.186,00)	(4.018.186,00)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(6.085.903,75)	(8.686.967,09)	(6.064.118,25)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	9.943.896,26	12.735.776,89	4.042.704,58	4.042.704,58
Devolução de Capital à Cooperados	(1.795.637,75)	(6.056.278,26)	(7.528.333,94)	(7.528.333,94)
Estorno de Capital	(3.520,00)	(64.420,00)	(2.160,00)	(2.160,00)
Distribuição de sobras para associados	-	(1.317.197,48)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	3.383.130,57	3.383.130,57	1.768.018,67	1.768.018,67
Reversões de Fundos	908.074,91	908.074,91	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		12.435.943,99	9.589.086,63	(1.719.770,69)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(53.409.697,26)	(31.105.698,95)	119.866.905,73
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	Nota 4	253.580.626,48	231.276.628,17	111.409.722,44
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	Nota 4	200.170.929,22	200.170.929,22	231.276.628,17
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(53.409.697,26)	(31.105.698,95)	119.866.905,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADEMIR
STIMER:61035220210
Assinado de forma digital por ADEMIR STIMER:61035220210
Dados: 2022.03.22 16:56:07
-0400'

ADEMIR STIMER
CPF. 610.352.202-10
Presidente do Conselho de Administração

CLEUSA APARECIDA NEGRINI
TARNOSCHI:00497342880
Assinado de forma digital por CLEUSA APARECIDA NEGRINI
TARNOSCHI:00497342880
Dados: 2022.03.22 15:02:33
-0400'

CLEUSA APARECIDA N. TARNOSCHI
CPF. 004.973.428-80
Diretora Administrativa

ALVARO ALBERTO DE MORAIS:61446416615
Assinado de forma digital por ALVARO ALBERTO DE MORAIS:61446416615
Dados: 2022.03.22 15:11:52
-0400'

ALVARO ALBERTO DE MORAIS
CPF. 614.464.166-15
Diretor Financeiro

JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
Assinado de forma digital por JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:11414855249
Dados: 2022.03.22 14:27:34 -0400'

JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA
Contador – CRC-RO 02897/O-5

sicoob.com.br
Av. Nações Unidas - 555, Nossa Sra. das Graças
76.804-175 | Porto Velho-RO
T 69 2181-1007



COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/06/2006, filiada à **COOPERTIVA CENTRAL CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **SICOOB CENTRO**, sediada à Av. Maringá, nº 520 – Bairro Nova Brasília, no município de Ji-Paraná-RO, possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

PA	Município	Distrito	Endereço	UF
1	Ji-Paraná		RUA: Almirante Barroso, nº 993, Centro	RO
2	Presidente Médici		Rua: Nova Brasília, nº 2734 - Centro	RO
3	Ouro Preto do Oeste		AV. 15 de novembro, nº 491 - jardim tropical	RO
4	Urupá		AV. Cabo Barbosa, nº 1712 - Bairro: Centro	RO
5	Mirante da Serra		Rua: Rio Branco, nº 2248 - Centro	RO
6	Machadinho do Oeste		AV. Rio de Janeiro, nº 2848 - Bairro: Cento	RO
7	Jaru		AV. Rio de Janeiro, nº 3125 - Cento	RO
8	Ariquemes		AV. Canaã, nº 2741 - Setor 03	RO
9	Ji-Paraná	Nova Londrina	AV. Governador Jorge Teixeira, nº 2563	RO
10	Ji-Paraná		Rua: Monte Castelo, nº 148, Dois de Abril	RO
11	Gov. Jorge Teixeira		AV. Ipê, nº 962, Centro	RO
12	Ji-Paraná		AV. Das Seringueiras, nº1201, Shopping	RO
13	Gov. Jorge Teixeira	Colina Verde	AV. Cacaúlândia, nº1390	RO
14	Ariquemes		AV. Tancredo Neves, nº 2729, Setor 03	RO
15	Theobroma		AV. 13 de fevereiro, nº 1369, Centro	RO
16	Ji-Paraná		Rua: Jose Eduardo Vieira, nº 1811, Nova Brasília	RO
17	Jaru		AV. Dom Pedro, nº 2417, Setor 05	RO

O **SICOOB CENTRO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 18/03/2022.

sicoob.com.br
Av. Nações Unidas - 555, Nossa Sra. das Graças
76.804-175 | Porto Velho-RO
T 69 2181-1007

10/40



Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- I. no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- II. na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- III. os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- IV. readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais;
- V. O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.



Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO** vem tomando todas as medidas necessárias mediante implantação de plano para contenção/prevenção junto a seus associados, empregados e a comunidade no sentido de evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e dos órgãos governamentais, bem como adotando alternativas que auxiliam no cumprimento de sua missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado,



provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados por quotas da **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE**.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações



realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	7.935.558,92	7.847.768,40
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	192.235.370,30	223.428.859,77
TOTAL	200.170.929,22	231.276.628,17

- Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB NORTE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.
- Rendimentos auferidos na aplicação dos recursos da Centralização Financeira com utilização da taxa média de 100% do CDI nos períodos demonstrados no quadro abaixo:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	6.236.415,08	9.117.867,08	4.412.502,30



5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ligadas – Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (a)	4.120.897,52	30.377.538,78
TOTAL	4.120.897,52	30.377.538,78

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB** com remuneração 101,00% do CDI, com vencimentos entre 22.02.2022 e 17.11.2023.

(b) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	124.622,82	284.639,27	835.385,93
TOTAL	124.622,82	284.639,27	835.385,93

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	286.225,06	0,00	286.225,06	157.223,83	0,00	157.223,83
Cheques especiais e Conta Garantida	9.183.879,64	0,00	9.183.879,64	6.408.775,58	0,00	6.408.775,58
Empréstimos e Títulos Descontados	242.631.915,90	116.568.375,35	359.200.291,25	152.060.991,82	99.457.096,46	251.518.088,28
Financiamentos	16.411.236,01	40.650.957,02	57.062.193,03	7.298.351,10	15.643.195,42	22.941.546,52
Financiamentos Rurais	147.134.873,15	312.631.770,37	459.766.643,52	74.481.009,97	88.453.232,96	162.934.242,93
Total de Operações de Crédito	415.648.129,76	469.851.102,74	885.499.232,50	240.406.352,30	203.553.524,84	443.959.877,14
(-) Provisões para Operações de Crédito	(12.416.416,83)	(11.600.191,38)	(24.016.608,21)	(8.566.139,77)	(8.946.640,91)	(17.512.780,68)
TOTAL	403.231.712,93	458.250.911,36	861.482.624,29	231.840.212,53	194.606.883,93	426.447.096,46

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	ADP / Ch. Especial / Cta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	12.971.952,43	1.136,22	3.917.454,67	18.698.864,00	35.589.407,32	0,00	16.322.197,91	0,00
A 0,50% Normal	126.211.958,20	2.387.518,67	19.866.537,99	248.868.897,18	397.334.912,04	(1.986.674,56)	190.897.503,32	(954.487,52)
B 1% Normal	106.540.460,16	1.643.371,47	16.809.168,81	136.852.609,69	261.845.610,13	(2.618.456,10)	143.892.274,63	(1.438.922,75)
B 1% Vencidas	301.591,11	680,71	42.223,74	0,00	344.495,56	(3.444,96)	121.443,52	(1.214,44)
C 3% Normal	76.978.621,59	2.507.616,53	13.198.223,23	52.260.391,36	144.944.852,71	(4.348.345,90)	58.549.980,79	(1.756.499,42)
C 3% Vencidas	2.593.207,09	199.992,59	26.868,73	0,00	2.820.068,41	(84.602,37)	1.084.369,42	(32.531,08)
D 10% Normal	15.261.652,94	1.088.783,34	2.559.056,55	2.643.329,88	21.552.822,71	(2.155.282,27)	13.245.377,84	(1.324.537,78)
D 10% Vencidas	1.885.147,32	92.016,77	87.950,55	0,00	2.065.114,64	(206.511,46)	1.374.817,63	(137.481,76)
E 30% Normal	3.262.488,11	258.662,98	252.382,27	183.323,28	3.956.856,64	(1.187.057,31)	3.931.150,98	(1.179.345,29)
E 30% Vencidas	1.870.877,34	140.929,97	48.766,26	0,00	2.060.573,57	(618.172,39)	1.459.085,92	(437.725,78)
F 50% Normal	1.338.107,11	175.878,72	42.263,90	0,00	1.556.249,73	(778.124,87)	2.143.309,84	(1.071.654,92)
F 50% Vencidas	1.382.054,04	176.602,72	17.057,71	0,00	1.575.714,47	(787.857,24)	2.462.271,89	(1.231.135,94)
G 70% Normal	693.199,56	29.981,17	0,00	67.011,45	790.192,18	(553.134,85)	677.380,44	(474.166,31)
G 70% Vencidas	998.237,74	128.385,67	11.091,59	107.014,30	1.244.729,30	(871.310,84)	1.085.454,59	(759.819,27)
H 100% Normal	2.744.372,81	92.392,74	151.358,68	85.202,38	3.073.326,61	(3.073.326,61)	2.486.076,76	(2.486.076,76)
H 100% Vencidas	4.166.363,70	546.154,43	31.788,35	0,00	4.744.306,48	(4.744.306,48)	4.227.181,66	(4.227.181,66)
Total Normal	346.002.812,91	8.185.341,84	56.796.446,10	459.659.629,22	870.644.230,07	(16.700.402,47)	432.145.252,51	(10.685.690,75)
Total Vencidas	13.197.478,34	1.284.762,86	265.746,93	107.014,30	14.855.002,43	(7.316.205,74)	11.814.624,63	(6.827.089,93)
Total Geral	359.200.291,25	9.470.104,70	57.062.193,03	459.766.643,52	885.499.232,50	(24.016.608,21)	443.959.877,14	(17.512.780,68)
Provisões	(16.796.149,45)	(1.273.209,23)	(1.240.216,60)	(4.707.032,93)	(24.016.608,21)		(17.512.780,68)	
Total Líquido	342.404.141,80	8.196.895,47	55.821.976,43	455.059.610,59	861.482.624,29		426.447.096,46	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	286.225,06	0,00	0,00	286.225,06
Cheques Especiais e Conta Garantida	9.183.879,64	0,00	0,00	9.183.879,64
Empréstimos	81.267.493,99	130.254.164,37	116.568.375,35	328.090.033,71
Títulos Descontados	29.480.820,91	1.629.436,63	0,00	31.110.257,54
Financiamentos	3.927.387,91	12.483.848,10	40.650.957,02	57.062.193,03
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	25.917.264,30	121.217.608,85	312.631.770,37	459.766.643,52
TOTAL	150.063.071,81	265.585.057,95	469.851.102,74	885.499.232,50

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	35.454.679,58	3.917.196,73	0,00	39.371.876,31	4,45%
Setor Privado - Indústria	7.688.079,23	153.734,44	36.281.672,83	44.123.486,50	4,98%
Setor Privado - Serviços	99.802.740,05	22.197.920,49	4.166.230,16	126.166.890,70	14,25%
Pessoa Física	225.061.357,87	30.755.342,41	419.318.740,53	675.135.440,81	76,24%
Outros	663.539,22	37.998,96	0,00	701.538,18	0,08%
TOTAL	368.670.395,95	57.062.193,03	459.766.643,52	885.499.232,50	

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(17.512.780,68)	(19.026.232,23)
Constituições/Reversões no período	(13.843.457,06)	(16.514.544,39)
Transferência para prejuízo no período	7.339.629,53	18.027.995,94
Saldo Final	(24.016.608,21)	(17.512.780,68)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	22.795.416,40	2,46%	8.291.260,32	1,87%
10 Maiores Devedores	96.286.577,68	10,41%	48.544.381,32	10,92%
50 Maiores Devedores	221.143.979,40	23,90%	118.486.602,01	26,65%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	35.811.414,33	23.939.559,98
Valor das operações transferidas no período	7.339.629,53	18.027.995,94
Valor das operações recuperadas no período	(3.669.121,91)	(5.769.927,39)
Valor das operações recuperadas no período por Renegociação	(22.555,06)	(19.378,45)
Valor das operações expurgadas	(92.344,95)	0,00
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(506.594,26)	(366.835,75)
Saldo Final	38.860.427,68	35.811.414,33

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2021 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 26.945.718,08 (vinte e seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e dezoito reais e



oito centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.638.029,85	0,00	1.638.029,85	356.282,09	0,00	356.282,09
Rendas a Receber (b)	2.561.817,16	0,00	2.561.817,16	1.029.232,09	0,00	1.029.232,09
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	6.108,88	26.645,74	32.754,62	286.664,00	0,00	286.664,00
Títulos e Créditos a Receber (d)	57.963,00	0,00	57.963,00	34.629,38	0,00	34.629,38
Devedores por Depósitos em Garantia	10.890,00	0,00	10.890,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.274.808,89	26.645,74	4.301.454,63	1.706.807,56	0,00	1.706.807,56

- (a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;
- (b) O grupo de Rendas a Receber é composto por: Rendas de Convênios (R\$ 83.286,57), Rendas de Cartões (R\$ 806.719,71), Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central Sicoob Norte (R\$1.484.033,94), Rendas a Receber de transações interfinanceiras (R\$ 44.634,56), Outras Rendas a Receber (R\$ 143.090,78) e outras rendas (R\$ 51,60);
- (c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;
- (d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas pendentes (R\$ 37.553,00) e outras rendas (R\$ 20.410,00);
- (e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para interposição de recursos cíveis.

7.1 Composição dos Créditos por Avais e Fianças Honrados e de Devedores por Compra de Valores e Bens, relacionados nas alíneas “a e c” deste item, por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A 0,50% Normal	0,00	32.754,62	32.754,62	(163,77)	0,00	0,00
B 1% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	266.664,00	(2.666,64)
C 3% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	(600,00)
E 30% Normal	204.771,97	0,00	204.771,97	(61.431,67)	38.001,14	(11.400,34)
E 30% Vencidas	192.869,50	0,00	192.869,50	(57.860,94)	14.454,99	(4.336,50)
F 50% Normal	41.245,10	0,00	41.245,10	(20.622,55)	0,00	0,00
F 50% Vencidas	173.199,14	0,00	173.199,14	(86.599,57)	500,77	(250,39)
G 70% Normal	43.546,79	0,00	43.546,79	(30.482,84)	5.726,17	(4.008,32)
G 70% Vencidas	171.300,94	0,00	171.300,94	(119.910,74)	0,00	0,00
H 100% Normal	21.962,53	0,00	21.962,53	(21.962,53)	30.115,71	(30.115,71)



H	100%	Vencidas	789.133,88	0,00	789.133,88	(789.133,88)	267.483,31	(267.483,31)
Total Normal			311.526,39	32.754,62	344.281,01	(134.663,36)	360.507,02	(48.791,01)
Total Vencidos			1.326.503,46	0,00	1.326.503,46	(1.053.505,13)	282.439,07	(272.070,20)
Total Geral			1.638.029,85	32.754,62	1.670.784,47	(1.188.168,49)	642.946,09	(320.861,21)
Provisões			(1.188.004,72)	(163,77)	(1.188.168,49)		(320.861,21)	
Total Líquido			450.025,13	32.590,85	482.615,98		322.084,88	

8. Provisão para Perdas Esperadas Associados ao Risco de Crédito Relativo a Operações de Crédito e Outros ativos financeiros

As provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a operações de crédito e a outros ativos financeiros, foram apuradas com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
(-) Prov. para ADP e Cheque Especial e Conta Garantida	(1.273.209,23)	(628.716,36)
(-) Prov. para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(16.796.149,45)	(14.493.773,07)
(-) Prov. para Financiamentos	(1.240.216,60)	(700.439,49)
(-) Prov. para Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(4.707.032,93)	(1.689.851,76)
(-) Prov. para Outros Créditos	(1.188.168,49)	(320.861,21)
TOTAL (a)	(25.204.776,70)	(17.833.641,89)

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	23.109,13	22.444,85
Imposto de Renda a Recuperar	19.249,90	19.645,07
Saldo Final	42.359,03	42.089,92

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	72.961,54	0,00	72.961,54	123.928,32	0,00	123.928,32
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	979.312,18	0,00	979.312,18	115.378,26	0,00	115.378,26
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (b)	339.919,11	0,00	339.919,11	1.300.324,31	0,00	1.300.324,31
Devedores Diversos – País (c)	719.310,59	0,00	719.310,59	84.575,31	0,00	84.575,31
Material em Estoque	19.008,00	0,00	19.008,00	30.628,00	0,00	30.628,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (d)	206.000,00	4.285.236,78	4.491.236,78	3.420.418,33	0,00	3.420.418,33
(-) Prov Desv. de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Rec. (e)	(6.000,00)	(1.192.741,01)	(1.198.741,01)	0,00	0,00	0,00
Despesas Antecipadas (f)	560.325,26	0,00	560.325,26	357.986,87	0,00	357.986,87
TOTAL	2.890.836,68	3.092.495,77	5.983.332,45	5.433.239,40	0,00	5.433.239,40

- a) Refere-se a valores antecipados à fornecedores por aquisição de despesas diversas;
b) Refere-se a valores por antecipação à fornecedores por compra de bens de uso próprio;



- c) Refere-se a valores registrados em pendências a regularizar de curto prazo;
- d) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda, estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019;
- e) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens;
- f) No grupo de Despesas Antecipadas, estão registradas as despesas referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados e vale alimentação.

11. Investimentos

O saldo é representado por quotas da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil- **SICOOB NORTE**, registradas pelo custo de aquisição, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central de Crédito	14.851.553,00	12.018.186,00
TOTAL	14.851.553,00	12.018.186,00

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		3.976.147,64	1.735.300,00
Terrenos		1.545.696,00	1.545.696,00
Edificações	4%	680.054,81	0,00
Instalações	10%	5.223.867,65	4.486.393,46
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.236.704,37	1.912.142,43
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.587.260,15	2.607.947,88
Sistema de Segurança	10%	413.001,67	381.848,67
Outros Imobilizados de Uso	10%	1.735.300,00	0,00
Total de Imobilizado de Uso		18.398.032,29	12.669.328,44
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis de Uso - Edificações		(31.735,90)	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(2.259.562,34)	(1.676.067,85)
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos de Uso		(2.920.793,26)	(2.761.241,84)
(-) Depreciação Acumulada de Outras Imobilizações de Uso		(101.225,81)	0,00
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(5.313.317,31)	(4.437.309,69)
TOTAL DA CARTEIRA LÍQUIDA		13.084.714,98	8.232.018,75

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Posição do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	365.795,04	312.045,04
Total de Intangível	365.795,04	312.045,04
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(183.361,91)	(152.461,79)



Total de Amortização de ativos Intangíveis	(183.361,91)	(152.461,79)
TOTAL DA CARTEIRA LÍQUIDA	182.433,13	159.583,25

14. Depreciações e Amortizações

Posição das depreciações acumuladas de bens do Ativo Imobilizado e das amortizações do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	(5.313.317,31)	(4.437.309,69)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(183.361,91)	(152.461,79)
TOTAL	(5.496.679,22)	(4.589.771,48)

15. Depósitos

Composição da carteira de depósitos à vista e a prazo em 31/12/2021 e 31/12/2020:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	281.764.224,24	0,00	281.764.224,24	252.549.320,04	0,00	252.549.320,04
Depósito a Prazo (b)	173.317.497,82	1.655.973,08	174.973.470,90	122.459.046,16	2.131.473,72	124.590.519,88
TOTAL	455.081.722,06	1.655.973,08	456.737.695,14	375.008.366,20	2.131.473,72	377.139.839,92

- a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade;
- b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo;
- c) Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".
- d) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	18.206.467,65	3,50%	9.067.007,82	2,20%
10 Maiores Depositantes	69.999.707,58	13,46%	36.533.224,98	8,87%
50 Maiores Depositantes	126.809.119,28	24,38%	84.112.540,33	20,42%

- e) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.143.394,05)	(6.714.962,40)	(2.774.360,25)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(1.577.881,87)	(2.049.714,61)	(782.316,09)
Despesas De Letras de Crédito do Imobiliário - LCI	(49.231,40)	(62.771,67)	(10.259,10)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(382.613,15)	(703.344,97)	(472.589,18)
TOTAL	(7.153.120,47)	(9.530.793,65)	(4.039.524,62)



16. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme (Lei nº 10.931/04).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	2.517.639,14	0,00	2.517.639,14	1.968.056,86	0,00	1.968.056,86
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	29.583.785,55	31.664.135,50	61.247.921,05	20.312.500,82	12.221.999,43	32.534.500,25
TOTAL	32.101.424,69	31.664.135,50	63.765.560,19	22.280.557,68	12.221.999,43	34.502.557,11

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas nos exercícios de 2021 e 2020, foram respectivamente: R\$ 2.112.486,28 (dois milhões, cento e doze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos) e R\$ 792.575,19 (setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos), mostrados na nota nº "15.e", do quadro acima, com as nomenclaturas de: "Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio-LCA e Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário-LCI".

17. Repasses Interfinanceiros

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos – Banco Sicoob (a)	118.646.163,08	314.971.682,86	433.617.845,94	68.484.007,52	99.658.238,03	168.142.245,55
(-) Despesas a Apropriar-Bco Sicoob	(3.311.468,96)	(28.954.940,39)	(32.266.409,35)	(2.442.554,46)	(11.642.211,77)	(14.084.766,23)
Recursos Central Norte (b)	499.069,74	863.176,06	1.362.245,80	0,00	0,00	0,00
TOTAL	115.833.763,86	286.879.918,53	402.713.682,39	66.041.453,06	88.016.026,26	154.057.479,32

- a) A **SICOOB CENTRO** possui contratos de empréstimos com o **BANCO SICOOB**, com prazos de vencimento entre 17/01/2022 e 15/10/2029, contratadas com taxas de juros entre 2,75% e 13,86% a.a.
- b) Refere-se a recursos provenientes do Fundo de Investimento de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia-FIDER, repassados a **CENTRAL SICOOB NORTE** que atuará como Agente Intermediário no Estado de Rondônia, disponibilizando esses recursos às Cooperativas filiadas para atendimento financeiro aos micros e pequenos empreendedores, através da linha de crédito denominada "PROAMPE/RO" conforme Termo de Colaboração firmado no dia 22/12/2020 entre a **CENTRAL SICOOB NORTE** e Governo do Estado de Rondônia.

18. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Correspondentes no País	14.712,79	15.828,19
TOTAL	14.712,79	15.828,19



19. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Posição da carteira em 31/12/2021 e 2020:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Capital de Giro – Bco Sicoob	1.448.658,30	8.522.394,10	9.971.052,40	9.293.596,68	20.103.014,38	29.396.611,06
(-) Despesas a Apropriar-Bco Sicoob	(73.371,12)	(935.646,08)	(1.009.017,20)	(835.950,34)	(1.808.247,37)	(2.644.197,71)
TOTAL	1.375.287,18	7.586.748,02	8.962.035,20	8.457.646,34	18.294.767,01	26.752.413,35

A **SICOOB CENTRO** possui contratos de empréstimos com o **BANCO SICOOB**, na modalidade Capital de Giro, com prazos de vencimento entre 21/01/2022 e 11/12/2024, contratadas com taxas de juros entre 7,90% e 10,74% a.a.

a) As despesas das transações com recursos do Banco Sicoob nos exercícios de 2021 e 2020, estão registradas na Demonstração das Sobras ou Perdas, com o título "Operações de Empréstimos e Repasses, demonstradas no quadro abaixo em seus respectivos períodos:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(9.619.799,06)	(15.899.577,01)	(9.192.006,28)
TOTAL	(9.619.799,06)	(15.899.577,01)	(9.192.006,28)

20. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em Trânsito de Terceiros	195,48	140,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	257.948,70	102.788,27
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	571.390,42	42.689,67
TOTAL	829.534,60	145.617,94

(a) Refere-se à provisão para pagamento de fornecedores na compra de bens e direitos

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, estão registrados os valores a repassar relativos ao Imposto Sobre Operações Financeiras-IOF (sobre Operações de Crédito) R\$ 508.403,62, Tributos Municipais a repassar (R\$ 58.055,92) e outras obrigações tributárias (R\$ 4.930,88).

21. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CENTRO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações financeiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

22. Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:



Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.444.195,58	619.832,24	2.064.027,82	885.331,63	425.855,53	1.311.187,16
Provisão para Demanda Judiciais (b)	0,00	114.091,70	114.091,70	0,00	122.433,90	122.433,90
TOTAL	1.444.195,58	733.923,94	2.178.119,52	885.331,63	548.289,43	1.433.621,06

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	105.743.295,77	81.468.942,12
TOTAL	105.743.295,77	81.468.942,12

(b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Demandas Cíveis	114.091,70	10.890,00	122.433,90	0,00
TOTAL	114.091,70	10.890,00	122.433,90	0,00

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRO**, existem processos judiciais cíveis e trabalhistas nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.676.476,20 (dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais, vinte centavos).

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

23. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	1.463.816,08	75.694,25
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	122.539,37	86.100,29
Impostos e Contribuições sobre Salários	816.585,77	578.860,10
Outros	234.019,50	213.132,05
TOTAL	2.636.960,72	953.786,69



24. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	6.246.498,25	1.803.731,99
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.559.200,08	1.530.312,48
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	4.852.751,91	3.199.752,75
Credores Diversos – País (d)	1.847.146,21	1.556.511,36
TOTAL	14.505.596,45	8.090.308,58

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Téc., Educacional e Social (a.1)	4.550.701,98	1.386.173,41
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.483.846,89	316.508,27
Sobras Líquidas a Distribuir	211.949,38	101.050,31
TOTAL	6.246.498,25	1.803.731,99

(a.1) O **Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES** é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Valores recebidos de terceiros para repasse em contas salário mantidas na cooperativa;

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas as despesas de pessoal (R\$ 2.268.358,10), outras despesas administrativas (R\$ 2.559.581,47) e outras despesas diversas (R\$ 24.812,34);

(d) O saldo registrado nesse grupo de contas refere-se substancialmente as pendências a regularizar de curto prazo, a cheques depositados e ainda não compensados e aos títulos de cobranças não liquidados.

25. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.464.973,97 (Sete milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos) com recursos provenientes de SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	89.077.121,60	70.019.745,36
Associados	36.254	25.034



b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Fundo de Reserva correspondia a R\$ 40.522.523,68 (quarenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos) e em 31 de dezembro de 2020 registrava saldo de R\$ 29.824.681,27 (vinte e nove milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos).

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Das sobras líquidas apuradas no valor de R\$ 12.436.448,29 (doze milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os cooperados representados por seus delegados, deliberaram em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 24 de abril de 2021, pela distribuição deste montante, destinando: I) R\$ 1.383.759,68 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos) para o Fundo de Reserva; II) R\$ 557.091,09 (quinhentos e cinquenta e sete mil, noventa e um reais e nove centavos) ao Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES; e III) R\$ 10.495.597,52 (dez milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos) distribuídos aos associados, na proporção direta das operações realizadas por cada um no exercício findo de 2020, de acordo com as fórmulas e critérios definidos e aprovados pela Assembleia.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
SOBRA LÍQUIDA DO EXERC. ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	36.472.761,98	19.603.511,30
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.963.165,27)	0,00
(-) Juros ao Capital	(3.462.654,29)	(1.837.156,61)
SOBRA LÍQUIDA, BASE DE CÁLCULO DAS DESTINAÇÕES	31.046.942,42	17.766.354,69
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(9.958.354,94)	(5.329.906,40)
(-) Reserva legal - 30% (25% em 2020)	(9.314.082,73)	(4.441.588,67)
(-) Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.552.347,12)	(888.317,73)
Reversão dos dispêndios do FATES em 2021	908.074,91	0,00
SOBRA À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	21.088.587,48	12.436.448,29

26. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	22.441.801,50	11.058.201,69
Despesas específicas de atos não cooperativos	(3.701.486,82)	(2.307.995,78)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(7.233.547,21)	(4.169.060,42)
Resultado operacional	11.506.767,47	4.581.145,49
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(107.742,34)	(344.927,31)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.399.025,13	4.236.218,18
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.797.941,87)	(673.724,16)
Resultado de atos não cooperativos antes das exclusões	8.601.083,26	3.562.494,02
(-) Total das Exclusões	(6.637.917,99)	(5.038.250,05)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.963.165,27	(1.475.756,03)



27. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 3.462.654,29, (três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

28. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	230.355,16	376.346,66	341.893,97
Rendas de Empréstimos	32.479.391,09	57.625.453,78	42.209.141,12
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.333.725,29	4.058.223,83	4.879.480,05
Rendas de Financiamentos	3.184.988,91	5.175.047,05	2.210.463,43
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.678.619,63	3.707.751,98	439.466,56
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	6.338.564,86	9.717.308,63	3.943.633,98
Rendas Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.810.042,50	4.933.789,28	2.666.248,67
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	51.578,38	82.818,53	485.526,72
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	11.825,71	11.825,71	0,00
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	31.265,68	38.685,04	84.495,32
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.632.098,26	4.442.809,73	5.943.200,63
TOTAL	52.782.455,47	90.170.060,22	63.203.550,45

29. Dispendícios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	(7.153.120,47)	(9.530.793,65)	(4.039.524,62)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(9.619.799,06)	(15.899.577,01)	(9.192.006,28)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	6.362.840,27	11.869.425,88	10.669.332,45
Reversões de Provisões para Outros Créditos	93.725,78	104.279,65	346.265,34
Provisões para Operações de Crédito	(14.220.167,15)	(25.712.882,94)	(25.509.016,70)
Provisões para Outros Créditos	(989.686,42)	(1.607.020,67)	(1.002.146,75)
TOTAL	(25.526.207,05)	(40.776.568,74)	(28.727.096,56)

30. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	912.532,29	1.827.692,44	1.541.925,94
Rendas de Outros Serviços	13.161.104,44	23.131.942,43	10.932.673,00
TOTAL	14.073.636,73	24.959.634,87	12.474.598,94

31. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	10.319,00	13.447,00	0,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	680.698,36	1.478.612,95	1.154.547,34
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	375.966,05	913.624,67	1.300.966,72
TOTAL	1.066.983,41	2.405.684,62	2.455.514,06

32. Dispendícios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de cédula - Conselho Fiscal	(104.123,60)	(204.671,81)	(172.601,85)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Adm.	(602.029,72)	(1.119.048,17)	(1.083.633,32)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.462.116,92)	(4.435.604,38)	(3.306.154,03)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.724.181,21)	(5.044.155,10)	(4.085.075,15)

sicoob.com.br

Av. Nações Unidas - 555, Nossa Sra. das Graças
76.804-175 | Porto Velho-RO
T 69 2181-1007

27/40



Despesas de Pessoal - Proventos	(7.921.136,76)	(14.833.298,82)	(11.959.370,75)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(46.596,37)	(71.789,14)	(30.942,27)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(450,44)	(3.957,24)	(5.983,33)
TOTAL	(13.860.635,02)	(25.712.524,66)	(20.643.760,70)

33. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(90.580,65)	(355.469,89)	(550.733,50)
Despesas de Aluguéis	(1.586.113,05)	(2.859.980,64)	(1.939.220,91)
Despesas de Comunicações	(274.726,11)	(534.735,62)	(442.485,06)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(206.093,99)	(350.401,79)	(228.756,59)
Despesas de Material	(144.436,40)	(288.316,27)	(367.093,82)
Despesas de Processamento de Dados	(1.367.006,78)	(2.758.696,06)	(2.578.221,27)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(547.128,51)	(836.799,46)	(323.147,32)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(242.811,46)	(346.285,88)	(267.711,38)
Despesas de Publicações	(2.400,00)	(2.875,00)	0,00
Despesas de Seguros	(117.585,16)	(246.835,21)	(260.574,42)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.185.736,92)	(4.068.007,78)	(3.546.335,91)
Despesas de Serviços de Terceiros	(739.911,55)	(1.447.675,10)	(1.180.671,90)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(459.138,61)	(904.010,05)	(755.018,66)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(559.576,50)	(1.118.327,32)	(588.333,49)
Despesas de Transporte	(918.560,40)	(1.821.184,91)	(2.112.684,71)
Despesas de Viagem no País	(209.804,69)	(385.924,99)	(245.992,31)
Despesas de Amortização	(190.925,77)	(397.966,63)	(608.530,56)
Despesas de Depreciação	(521.437,94)	(925.839,12)	(690.610,91)
Outras Despesas Administrativas	(984.444,51)	(2.077.152,42)	(2.399.293,07)
TOTAL	(11.348.419,00)	(21.726.484,14)	(19.085.415,79)

34. Outros Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Desp.de Imp. S/ Serv. de Qualquer Nat-ISSQN	(616.995,36)	(1.109.193,84)	(553.430,02)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(493.595,72)	(888.688,73)	(442.328,06)
Despesas de Contribuição ao Pis/Pasep	(73.446,46)	(135.813,99)	(110.471,91)
Despesas de Contribuição ao Pis Receitas	(80.209,31)	(144.411,92)	(71.878,31)
Outras despesas tributárias	(61.883,89)	(147.567,72)	(90.560,47)
TOTAL	(1.326.130,74)	(2.425.676,20)	(1.268.668,77)

35. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	163.971,99	341.450,64	80.123,93
Distribuição de sobras da central	0,00	345.751,77	1.032.454,00
Rendas de Repasses Interfinanceiros	282.847,02	627.957,31	475.735,49
Outras rendas operacionais	230.732,38	547.914,99	648.286,96
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	2.516.060,34	4.600.710,03	3.647.492,37
TOTAL	3.193.611,73	6.463.784,74	5.884.092,75

36. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	(361,11)	0,00
Outras Despesas Operacionais	(1.083.887,33)	(1.306.723,41)	(719.420,76)
Despesas de recursos Proagro	(3,85)	(3,85)	0,00
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(185.360,88)	(291.394,00)	(208.638,19)



Desconto/Cancelamento de Tarifas	(20.191,48)	(30.784,36)	(46.361,91)
Outras Contribuições Diversas	(471,57)	(1.017,86)	(452,59)
Contrib. ao Fundo de Ressarcimento. de Fraudes Externas	(128.510,83)	(190.590,95)	(33.234,58)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(9.880,77)	(12.601,64)
Perdas - Fraudes Internas	0,00	0,00	(98.827,45)
Perdas - Fraudes Externas	(83.675,86)	(83.675,86)	(100,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(6.539,72)	(10.535,96)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(30.332,81)	(34.404,97)	(4.249,88)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(549.388,22)	(908.074,91)	0,00
TOTAL	(2.088.362,55)	(2.867.448,01)	(1.123.887,00)

37. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	10.153,63	357.336,48
Provisões para Garantias Prestadas	(1.476.899,34)	(2.611.862,24)	(1.592.163,07)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.133.736,63	1.859.021,58	1.356.929,51
TOTAL	(343.162,71)	(742.687,03)	122.102,92

38. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	30.522,27	159.703,27	139.008,16
Ganhos de Aluguéis	34.631,16	63.810,84	58.359,36
Outras Rendas não Operacionais	1.069,07	1.069,07	0,00
(-) Perdas de Capital	(49.221,91)	(49.221,91)	(391.662,45)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(45.000,00)	(45.000,00)	(57.667,21)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(10.669,43)	(13.520,43)	(92.965,17)
TOTAL	(38.668,84)	116.840,84	(344.927,31)

39. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

40. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.



Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.754.390,75	0,12%	8.551,36
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	98.005,45	0,01%	411,47
TOTAL	1.852.396,20	0,13%	8.962,83
Montante das Operações Passivas	1.126.380,52	0,21%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.181,26	214,29	0,13%
Conta Garantida	14.611,46	437,47	0,33%
Financiamentos Rurais	246.438,50	1.232,19	0,05%
Empréstimos	436.931,98	3.842,09	0,13%
Direitos Creditórios Descontados	40.057,55	200,32	0,13%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.787.330,58	0,64%	0%
Depósitos a Prazo	120.923,88	0,07%	0,82%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	270.052,05	0,42%	0,67%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,43%	1,84
Empréstimos	0,75%	19,81
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	115,21%	126,78
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	3,32%	26,75

c) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,08%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,01%
Crédito Rural (modalidades)	0,02%
Aplicações Financeiras	0,21%



d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	29.135,66
Crédito Rural	454.092,58
Direitos Creditórios Descontados	80.115,10
Empréstimos	281.538,08

e) As cobrições prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Cobrições	274.638,18	382.889,40

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presenças e custeio à Previdência Social, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Honorários - Diretoria e Cons. Adm.	(471.875,67)	(865.890,27)	(913.430,42)
Cédula - Conselho de Administração	(130.154,50)	(253.157,90)	(170.202,90)
INSS Diretoria/Conselheiros	(143.210,24)	(271.241,83)	(249.509,71)
TOTAL	(745.240,41)	(1.390.290,00)	(1.333.143,03)

41. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB NORTE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB NORTE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A SICOOB CENTRO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NORTE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB NORTE:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	192.235.370,30	223.428.859,77
Ativo - Rendas da Centralização Financeira a Receber	1.484.033,94	364.112,52
Ativo - Investimentos	14.851.553,00	12.018.186,00
Total das Operações Ativas	208.570.957,24	235.811.158,29
Passivo - Repasses Interfinanceiros	1.362.245,80	0,00
Total de Operações Passivas	1.362.245,80	0,00



Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB NORTE:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.236.415,08	9.117.867,08	2.237.356,61	4.412.502,30
Total das Receitas	6.236.415,08	9.117.867,08	2.237.356,61	4.412.502,30
Rateio de Despesas da Central	(580.422,66)	(1.327.351,52)	(771.069,08)	(1.443.003,16)
Total das Despesas	(580.422,66)	(1.327.351,52)	(771.069,08)	(1.443.003,16)

42. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

42.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.



42.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.



42.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

42.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir



negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

42.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.



O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

42.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

42.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

43. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



44. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	884.863.987,86	549.390.401,66
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	146.762.424,81	108.918.959,07
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS} + ACP)	101.759.358,60	57.685.992,17
Capital Principal - CP	101.759.358,60	57.685.992,17
Índice de Basileia %	16,59%	19,82%
Razão de Alavancagem (RA) %	11,59%	12,84%
Índice de imobilização %	8,92%	7,55%

45. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(33.310,03)	(56.713,36)	(12.169,25)	(12.169,25)
TOTAL	(33.310,03)	(56.713,36)	(12.169,25)	(12.169,25)

ADEMIR
STIMER:61035
220210

Assinado de forma digital por ADEMIR STIMER:61035220210
Dados: 2022.03.22 16:58:38 -04'00'

ADEMIR STIMER
CPF. 610.352.202-10
Presidente do Conselho de Administração

CLEUSA APARECIDA NEGRINI
TARNOSCHI:0049734
2880

Assinado de forma digital por CLEUSA APARECIDA NEGRINI TARNOSCHI:00497342880
Dados: 2022.03.22 15:04:36 -04'00'

CLEUSA APARECIDA N. TARNOSCHI
CPF. 004.973.428-80
Diretora Administrativa

ALVARO ALBERTO DE
MORAIS:61446
416615

Assinado de forma digital por ALVARO ALBERTO DE MORAIS:61446416615
Dados: 2022.03.22 15:13:50 -04'00'

ALVARO ALBERTO DE MORAIS
CPF. 614.464.166-15
Diretor Financeiro

JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:1141485249
Assinado de forma digital por JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA:1141485249
Dados: 2022.03.22 14:28:37 -04'00'

JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA
Contador – CRC-RO 02897/O-5



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia - SICOOB CENTRO Ji-Paraná
- RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia - SICOOB CENTRO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB CENTRO** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela



determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.



Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de março de 2022.



Rafael Cavalheri Alexandre
Contador CRC 018041/O-2

		PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL (VERIFICAÇÕES CONTAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ENCERRADOS EM 31.12.2021) E OUTROS.			
CÓDIGO:	FO 4.2.3/31	REVISÃO:	01	PÁGINA:	1 de 6
Conselheiro Efetivo – Alexandre Alves Ramos (Coordenador) Conselheiro Efetivo – Antônio Martins de Souza (Secretário Geral) Conselheiro Efetivo – Lander Cezar Souza Pereira Conselheiro Suplente – Willen Regis Bernardo de Aguiar					
PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL (VERIFICAÇÕES CONTAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ENCERRADOS EM 31.12.2021) E OUTROS.					
<p>O CONFIS – Conselho Fiscal da SICOOB – CENTRO - Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia, em situação regular, vez que seus membros encontram se investidos, após homologação/ratificação pelo BACEN - Banco Central do Brasil (Processo 0000157065 de 05.07.2019), em trabalho conjunto (conselheiros efetivos e suplentes, com base no art. 86, § 5º do Estatuto Social) durante o exercício de 2021, buscando cumprir as determinações estatutárias/legais e consequentemente evitar eventuais prejuízos a esta cooperativa de crédito.</p> <p>Conforme reuniões ordinárias e extraordinárias deste CONFIS em continuidade às providências e atitudes - fiscalizatórias, entre as quais, destacando-se:</p> <p>-análises de balancetes (gerenciais e demonstrativos mensais), índices legais (críticas visando inclusão/manutenção junto ao fundo Garantidor FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições), acompanhamentos das evoluções das operações dos maiores tomadores empréstimos, análise de valores realizados (inclusos ou não previstos em orçamento), aplicação de recursos destinados ao F.A.T.E.S.(atos cooperados e não cooperados), procedimentos internos, relatórios/Súmulas, ouvidoria, auditorias interna e externa (providências adotadas), atas do CONSAD/DIREX/GERENCIAIS, instalações, segurança (equipamentos), sugestões e críticas (identificadas ou não pelos cooperados/delegados), análise de documentos recebidos (C.A's, ofícios, circulares, pareceres, memorandos, etc...), folhas de pagamentos, comprovantes de despesas, enfim atividades operacionais e financeiras e etc. - tudo em prol dos cooperados e a cooperativa.</p> <p>Registrando-se em atas (arquivadas nos anais desta Cooperativa) todo trâmite das reuniões e visitas deste CONFIS e ao final, propondo sugestões ao CONSAD, a Diretoria Executiva – DIREX e/ou demais setores, no sentido de combaterem deficiências procedimentais ou operacionais constatadas.</p> <p>Durante o exercício de 2021, mesmo não tendo ocorrido as visitas <i>in loco</i> nas agências, foram analisados através dos relatórios de performance e gerenciais, os desempenhos de cada agência com as respectivas sugestões de melhoras operacionais e autossustentância, em razão das implantações de agências digitais (por outras instituições financeiras), demandando muita dedicação dos <i>doutos</i> Conselheiros Fiscais.</p> <p>Em oportuno, registra-se o total apoio despendido aos membros conselheiros deste CONFIS tanto pelos membros do CONSAD, DIREX, quanto pelos gerentes e demais</p>					
<small>COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SICOOB CENTRO / CNPJ: 08.044.854/0001-81 CENTRO ADMINISTRATIVO - Rua Maringá, 520, Nova Brasília, CEP 76.908-402, JI-Paraná - RO / Fone: (69)3411-5130</small>					

Identificador do arquivo: e2746ff7631107a67bf9d005d415d3a87c1f3c395b97f1a854405ed279b550a2

Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, §2º, da MP 2.200-2/01



**PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL (VERIFICAÇÕES
CONTAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
ENCERRADOS EM 31.12.2021) E OUTROS.**

CÓDIGO:	FO 4.2.3/31	REVISÃO:	01	PÁGINA:	2 de 6
----------------	--------------------	-----------------	-----------	----------------	---------------

Conselheiro Efetivo – Alexandre Alves Ramos (Coordenador)
Conselheiro Efetivo – Antônio Martins de Souza (Secretário Geral)
Conselheiro Efetivo – Lander Cezar Souza Pereira
Conselheiro Suplente – Willen Regis Bernardo de Aguiar

colaboradores desta Cooperativa de Crédito, os quais, sempre demonstraram muito respeito, afincos e dedicação, não medindo esforços em disponibilizar o que era solicitado.

OBSERVAÇÕES (ADEQUAÇÕES):

O **CONFIS** nos procedimentos fiscalizatórios sempre sugere adoções de algumas mudanças, atendendo não só as vantagens financeiras, como principalmente aos princípios que norteiam o cooperativismo, técnicos e jurídicos, com ênfase na governança plena, com a total transparência e publicidade pelos atuais gestores em relação aos cooperados nas pessoas dos delegados.

Primando, sobretudo pelos requisitos legais e regulamentares, dando ênfase aos princípios que regem o sistema financeiro Brasileiro da **seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos**, etc. (previstos nas Resoluções **BACEN/CMN** nº.3258 de 28.01.2005, 4720 de 30.05.2019, 4818 de 29.05.2020, Circular nr.3959 de 04.09.2019 e Resolução B.C.B. nr.2 de 12.08.2020).

Insta registrar, este **CONFIS** sempre buscou atender às demandas (denúncias/comunicados) expressas ou mesmo, algumas informais, filtrando dentro dos limites Legais e Estatutários, as que foram relevantes e pertinentes de cooperados de vários **PA. 's** (representados pelos delegados), inclusive as relatadas pelos canais das OUIDORIAS desta cooperativa, e outras fontes.

Instaurou-se inquérito administrativo para apuração de suposto desvio de finalidade em um projeto social (analisado em detalhes por este colegiado), com o devido processo legal (dando ampla defesa aos envolvidos), por consequência - foi sugerido e acatado pelas DIREX/CONSAD, novas reformulações na política que envolve os processos de análises, execuções e *feedbacks* com a comunidade/sociedade envolvidas em projetos sociais mantidos e financiados por esta cooperativa de crédito, dando assim total transparência e eficácia.

**CONSIDERAÇÕES RELEVANTES ADMINISTRATIVAS
(OPERACIONAIS E FINANCEIROS) DO EXERCÍCIO FINDO:**

-a captação e incremento ao quadro de novos cooperados foi bastante satisfatória, passando de 25.034 **para 36.254 (incremento de 44,82%)**;

-o capital social **aumentou 27,22%**, passando de R\$70.019.745,36 para R\$ 89.077.121,60;

-os **depósitos totais** (à vista e a prazo) passando de R\$377.139.839,92 para **R\$456.737.695,14 (evolução de 21,11%)**;



**PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL (VERIFICAÇÕES
CONTAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
ENCERRADOS EM 31.12.2021) E OUTROS.**

CÓDIGO:	FO 4.2.3/31	REVISÃO:	01	PÁGINA:	3 de 6
----------------	--------------------	-----------------	-----------	----------------	---------------

Conselheiro Efetivo – Alexandre Alves Ramos (Coordenador)
Conselheiro Efetivo – Antônio Martins de Souza (Secretário Geral)
Conselheiro Efetivo – Lander Cezar Souza Pereira
Conselheiro Suplente – Willen Regis Bernardo de Aguiar

-a **concentração de depósitos** nos 50 maiores depositantes, passando de R\$84.112.540,33 para R\$126.809.119,28 (evolução de 50,76%) e equivalentes à **27,76%** dos depósitos totais (R\$ 456.737.695,14);

-as **operações de créditos totais** passando de R\$443.959.877,14 para **R\$885.499.232,50** (evolução de 99,45%);

-a **concentração de operação de crédito** nos 50 maiores devedores, passando de R\$118.486.602,01 para **R\$221.143.979,40** (evolução de 86,64%), sendo equivalente à **24,97%** da carteira total **R\$885.499.232,50**;

Ainda em relação às operações de crédito, verificamos uma **redução** tanto nas operações lançadas para prejuízo de -59,29%, quanto nas provisões constituídas de -16,17% (NE Item 6, letra e). Destacamos que os prejuízos são inerentes aos riscos de todas as atividades mercantis, portanto, irão ocorrer sempre. Um indicador complementar importante a ser analisado juntamente com as provisões é o *Inad90* (que representa as inadimplências das instituições financeiras dentro de 90 dias). O *Inad90* da Sicoob Centro no fechamento do exercício financeiro foi de **0,93%**, sendo um percentual que demonstra qualidade nos empréstimos de curto prazo. Este Conselho Fiscal parabeniza os gestores pelo ótimo índice e pelo resultado operacional onde resultou as melhores sobras dos últimos anos (mesmo em um ano de recuperação econômica em razão da pandemia pela COVID19).

SUGESTÕES:

- que sejam mantidos os procedimentos e cuidados relacionados às concessões de créditos, tendo em vista que as sugestões registradas em relatórios anuais anteriores, redundaram nas melhoras dos índices de inadimplimentos, qualidade nos empréstimos e conseqüentemente sobras consideráveis;

- continuar aprimorando os controles operacionais (travas/bloqueios de sistema), de forma a evitar rolagens de dívidas, adotando medidas fiscalizatórias no sentido de verificar *in loco* a real aplicação dos valores liberados de crédito rural (acompanhando desde o projeto até a efetiva execução e *feedback*, atentando-se para as questões ambientais, valorando o *compliance*), principalmente, os que tenham subsídios/incentivos governamentais, evitando a caracterização de desvios de finalidades em alguns empréstimos;

- considerando o grande crescimento da cooperativa (número de cooperados, operações e ativos totais), importante dar agilidade nos atendimentos e nas liberações de operações de créditos de

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SICOOB CENTRO / CNPJ: 08.044.854/0001-81
CENTRO ADMINISTRATIVO - Rua Maringá, 520, Nova Brasília, CEP 76.908-402, JI-Paraná - RO / Fone: (69)3411-5130

Identificador do arquivo: e2746ff7631107a67bf9d005d415d3a87c1f3c395b97f1a854405ed279b550a2

Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, §2º, da MP 2.200-2/01



**PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL (VERIFICAÇÕES
CONTAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
ENCERRADOS EM 31.12.2021) E OUTROS.**

CÓDIGO:	FO 4.2.3/31	REVISÃO:	01	PÁGINA:	4 de 6
----------------	--------------------	-----------------	-----------	----------------	---------------

Conselheiro Efetivo – Alexandre Alves Ramos (Coordenador)
Conselheiro Efetivo – Antônio Martins de Souza (Secretário Geral)
Conselheiro Efetivo – Lander Cezar Souza Pereira
Conselheiro Suplente – Willen Regis Bernardo de Aguiar

modo em geral (dentro dos cuidados operacionais e legais), investindo em sistemas e/ou mão de obra, de forma a evitar comparações com instituições financeiras tradicionais (privadas e públicas), jamais perdendo a essência do cooperativismo;

- continuar fazendo melhorias nos controles das provisões (contingências passivas) das demandas judiciais (independente de periodicidade), **quando ocorrerem situações recorrentes e relevantes que possam trazer prejuízos à cooperativa ou impactar informações relevantes na contabilidade** (exemplo fluxo crescentes de ações trabalhistas, consumidores, etc.) sempre reavaliando as classificações de perdas: possível, provável ou chance remota;

- criar um setor/departamento ou mesmo diretoria para análises precisas de situações jurídicas internas, com atribuições e responsabilizações em eventuais induzimentos em erros, formulando pareceres, acompanhando demandas judiciais e análises prévias de documentos, dependendo da forma que for implantado, **analisando a necessidade e eficácia da manutenção do jurídico externo, objetivando mitigar riscos e demandas judiciais e extrajudiciais previsíveis e evitáveis;**

- continuar mantendo e aprimorando os controles das perdas operacionais, de forma a aumentar a eficiência e recuperação de tais valores, descentralizando os controles (evitar centralização em único colaborador), inclusive responsabilizando os envolvidos, quando for o caso de má-fé, reincidências e negligências constatadas;

- importante que os trabalhos realizados pelos agentes do controle interno e outros envolvidos, sejam permanentes e acompanhados pela diretoria executiva (inclusive com a elaboração periódica de estatísticas gráficas a serem analisadas e estudadas pelos CONSAD/DIREX/CONFIS);

- buscar meios e formas de evitar a rotatividade de pessoas em setores/departamentos estratégicos, principalmente o de governança (que pode ser cobrado a qualquer momento pelos órgãos fiscalizadores externos), ademais, ressaltamos a importância deste órgão em alinhamento com todos os setores dessa cooperativa;

- considerando os meios digitais de interações cooperativa/cooperados (*Moob*, Youtube, GoogleMeet, Zoom e etc.), oferecer treinamentos aos Delegados/cooperados para que os conheçam e possam utilizar de forma eficaz, inclusive verificar a necessidade de trocar/melhoria das ferramentas utilizadas;

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SICOOB CENTRO / CNPJ: 08.044.854/0001-81
CENTRO ADMINISTRATIVO - Rua Maringá, 520, Nova Brasília, CEP 76.908-402, JI-Paraná - RO / Fone: (69)3411-5130

Identificador do arquivo: e2746ff7631107a67bf9d005d415d3a87c1f3c395b97f1a854405ed279b550a2

Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, §2º, da MP 2.200-2/01



**PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL (VERIFICAÇÕES
CONTAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
ENCERRADOS EM 31.12.2021) E OUTROS.**

CÓDIGO:	FO 4.2.3/31	REVISÃO:	01	PÁGINA:	5 de 6
----------------	--------------------	-----------------	-----------	----------------	---------------

Conselheiro Efetivo – Alexandre Alves Ramos (Coordenador)

Conselheiro Efetivo – Antônio Martins de Souza (Secretário Geral)

Conselheiro Efetivo – Lander Cezar Souza Pereira

Conselheiro Suplente – Willen Regis Bernardo de Aguiar

- continuar com treinamentos para que os princípios, algumas Leis mais importantes do cooperativismo de crédito, Estatuto Social da SICOOB CENTRO, regimentos Internos, a importância da governança plena e os princípios do *compliance* possam ser desempenhados de forma plena e eficiente as atribuições legais e estatutárias pelos Delegados/cooperados, além da educação financeira e cooperativista;

- em relação aos procedimentos das normas eleitorais desta cooperativa, importante que sejam reestruturadas e atualizadas, após discussões e sugestões pelos delegados, diretorias e conselheiros, de forma a evitar prejuízos ao processo eleitoral;

- e, lembrar sempre da finalidade existencial da Sicoob Centro que é, dentre outros: proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

CONCLUSÃO FINAL:

Por tudo que foi exposto e de par com o relatório de auditoria da **C.N.A.C. - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa** lavrado em **18.03.2022**, das **notas explicativas da Administração, às demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2021**, este **CONFIS**, através deste colegiado de Conselheiros, os quais assinam abaixo:

- que as prestações de contas do exercício de 2021 **ENCONTRAM-SE EM CONFORMIDADE COM AS PRÁTICAS E NORMAS BRASILEIRAS CONTÁBEIS** (adaptadas às peculiaridades da Legislação Cooperativista Financeira Brasileira, contidas na Legislação e Súmulas auditorias comitês contábeis: *BACEN, CMN, COSIF, CPC*, dentre outros).

Via de consequência, do que foi narrado em linhas pretéritas, este colegiado de conselheiros fiscais (efetivos e suplentes) do Conselho Fiscal da **SICOOB – CENTRO - Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia** (após acompanhamento da pré-assembleia realizada de forma remota para os Municípios circunscricionais desta Cooperativa), sejam dados publicidades aos cooperados através de publicações, e ao final sejam encaminhadas à A.G.O. - Assembleia Geral Ordinária (**prevista para o dia 02.04.2022**), com o indicativo técnico de votos: **FAVORÁVEIS À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021, ASSIM COMO IMPLEMENTAÇÃO DAS SUGESTÕES E INDICAÇÕES.**



**PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL (VERIFICAÇÕES
CONTAS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
ENCERRADOS EM 31.12.2021) E OUTROS.**

CÓDIGO:	FO 4.2.3/31	REVISÃO:	01	PÁGINA:	6 de 6
----------------	--------------------	-----------------	-----------	----------------	---------------

Conselheiro Efetivo – Alexandre Alves Ramos (Coordenador)
Conselheiro Efetivo – Antônio Martins de Souza (Secretário Geral)
Conselheiro Efetivo – Lander Cezar Souza Pereira
Conselheiro Suplente – Willen Regis Bernardo de Aguiar

Ji-Paraná - RO, 22 março 2022.

Alexandre Alves Ramos
Conselheiro fiscal efetivo
(Coordenador)

Antônio Martins de Souza
Conselheiro fiscal efetivo
(Secretário)

Lander Cezar Souza Pereira
Conselheiro fiscal efetivo

Willen Regis Bernardo de Aguiar
Conselheiro fiscal suplente



Gerenciador de Assinaturas Eletrônicas de Documentos

PARECER CONFIS ENCERRAMENTO 31.12.2021 AGO 2022

Documento Original com 6 Página(s)

Assinado eletronicamente via Sisbr pelos seguintes usuários:

CPF/Nome do Aprovador/Tipo/Identificação da Assinatura	Data/Hora	IP/Porta
<input checked="" type="checkbox"/> CPF 078.125.877-46 - LANDER CEZAR SOUZA PEREIRA - PARTE ee19c1cd5e5a75c9268d5a7a51ff4d9ce032c9210329b56de3ad7b3bb8073ffd	22/03/2022 13:39:15	186.226.222.37 51486
<input checked="" type="checkbox"/> CPF 164.484.668-35 - ANTONIO MARTINS DE SOUZA - PARTE 8e0fb2602e29c74c4c6b6d861a8126115910b39ae8686c2814cbf4d73cc4d533	22/03/2022 13:57:09	191.37.217.200 25216
<input checked="" type="checkbox"/> CPF 786.999.672-68 - WILLEN REGIS BERNARDO DE AGUIAR - PARTE 7df8f28414e2bf957c4a1aca137669523e9452f0cd77237fcbef530849739428	22/03/2022 14:00:29	177.124.186.45 27350
<input checked="" type="checkbox"/> CPF 536.753.556-91 - ALEXANDRE ALVES RAMOS - PARTE fe10030594b7e388a233397e0e8f0acaec4b4c0f0e2884218504f4b637f73c22	22/03/2022 14:07:15	201.34.215.153 55234



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SICOOB
CENTRO**

CNPJ: 08.044.854/0001-81/ NIRE nº 11400004070

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Cooperativa de Crédito do Centro do Estado de Rondônia – SICOOB Centro, por meio do Presidente do Conselho de Administração, convoca seus Delegados, que nesta data são 43 (quarenta e três), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, na data de 02 de abril de 2022, às 14:00 (quatorze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; às 15:00 (quinze horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um; ou às 16:00 (dezesesseis horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 20 (vinte) delegados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Prestação de contas dos órgãos de administração referente ao exercício de 2021, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a. relatório de gestão;
 - b. balanços elaborados no primeiro e no segundo semestre do exercício social anterior;
 - c. relatório de auditoria externa;
 - d. demonstrativo das sobras ou perdas apuradas.
2. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas;
3. Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
4. Eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
5. Criação do Fundo de Responsabilidade Ambiental e Social;
6. Outros assuntos de interesse social.

A Assembleia Geral ocorrerá de forma PRESENCIAL no Espaço Caleche Restaurante, situado à Rua Seis de Maio, nº 777 - Urupá, Ji-Paraná (RO), Estado de Rondônia, CEP 78964-490.

Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcentro>.

Nota: A Assembleia Geral Ordinária não está sendo realizada na sede da cooperativa por absoluta falta de espaço físico.

Ji-Paraná, 22 de março de 2022.

Ademir Stimer
Presidente do Conselho de Administração

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 22 de março de 2022, 18:04:26

Edital de Convocação AGO 2022 pdf
Código do documento a548126b-668c-44ad-864c-c6c132142ee4

Assinaturas

Ademir stimer
ademir.stimer@sicoob.com.br
Assinou

Eventos do documento

22 Mar 2022, 15:48:23

Documento a548126b-668c-44ad-864c-c6c132142ee4 **criado** por RENATO MANSO BASTOS (766d67b6-b398-4a12-9c69-76ffb2471160). Email:renato.bastos@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-22T15:48:23-03:00

22 Mar 2022, 15:50:20

Assinaturas **iniciadas** por RENATO MANSO BASTOS (766d67b6-b398-4a12-9c69-76ffb2471160). Email:renato.bastos@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-22T15:50:20-03:00

22 Mar 2022, 18:03:27

ADEMIR STIMER **Assinou** (fa6b1960-4309-4e70-91c3-8ea85850d4f6) - Email: ademir.stimer@sicoob.com.br - IP: 192.144.67.228 (192.144.67-228.redecompleta.net.br porta: 28400) - Geolocalização: -10.8688673 -61.9433362 - Documento de identificação informado: 610.352.202-10 - DATE_ATOM: 2022-03-22T18:03:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1.038b63f5f163d2448ebb8b70b4d604139fb35fbbcd411ba2ad5dbd149af6aa
(SHA512):4c45aec7b5cde3f8364a216a96c6d6cd451c16124becf591172ebb62dff29f33931d72a6fbb020f44679fc29e0b356a63f41bc7ce27c2e4f07440e82909cd653

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados
Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, de sobras ou perdas abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

DocuSign Envelope ID: E6E0A909-245B-4C96-8FF1-318C08D203FA



Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de Março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Machado

Signed By: ADRIANO MACHADO 15671101859
CPF: 15671101859
Signing Time: 11 de março de 2022 19:48 BRT
Adriano Machado
Contador CRC 1PRO42584/O-7

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia
Balço Patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2021	2020		2021	2020
Ativo			Passivo		
Circulante	165.559	105.920	Circulante	164.793	103.580
Deponibilidades (Nota 6)	4.641	3.544	Depósitos e demais Instrumentos financeiros	160.466	101.106
Instrumentos Financeiros	155.672	99.266	Depósitos à vista (Nota 11)	24.005	22.621
Relações interfinanceiras (Nota 6)	27.767	20.129	Depósitos à prazo (Nota 11)	61.922	35.883
Operações de crédito (Nota 7)	130.447	81.014	Depósitos em Poupança (Nota 11)	9	0
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-2.542	-1.877	Relações interdependências (Nota 12)	260	2.359
Outros créditos	5.246	3.110	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	74.270	40.243
Créditos por avais e fianças honorados	0	0	Outras obrigações	4.327	2.474
Rendas a receber (Nota 8)	2.735	1.597	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	76	0
Diversos (Nota 8)	2.511	1.513	Sociais e estatutárias	2.342	1.053
Fiscais e previdenciárias			Diversas (Nota 14)	457	307
Diversas (Nota 8)	2.511	1.513	Diversas (Nota 14)	1.458	1.114
Outros valores e bens (Nota 9)	0	0	Não Circulante	90.709	82.991
Realizável a longo prazo	118.871	102.586	Depósitos e demais instrumentos financeiros	90.659	82.991
Instrumentos Financeiros	118.871	102.586	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	90.659	82.991
Operações de crédito (Nota 7)	121.171	105.019	Provisão para causas Judiciais (Nota 15)	50	0
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7)	-2.361	-2.433	Patrimônio líquido (Nota 16)	42.349	29.267
Despesas antecipadas	61	0	Capital social	30.757	23.081
Fundo de reserva	10.330	4.824	Fundo de reserva	10.330	4.824
Sobras (Perdas) acumuladas	1.262	1.362	Sobras (Perdas) acumuladas	1.262	1.362
Permanente	13.421	7.332	Total do passivo e do patrimônio líquido	297.851	215.838
Investimentos (Nota 10 a)	6.705	4.906			
Intangível	0	0			
Imobilizado de Uso (Nota b)	8.994	3.812			
Depreciação	-2.278	-1.386			
Total Ativo	297.851	215.838			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Demonstração de sobras ou perdas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	32.873	21.416
Operações de crédito (Nota 7)	31.836	21.170
Depósitos intercooperativos	1.037	246
Despesas de intermediação financeira	-13.403	-9.575
Operações de captação no mercado (Nota 11)	-1.770	-763
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	-8.950	-6.226
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito(Nota 13)	-2.683	-2.586
Resultado bruto da intermediação financeira	19.470	11.841
Outras receitas e despesas operacionais	-11.176	-7.010
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	4.510	3.097
Rendas de tarifas bancárias (Nota 17)	2.578	2.231
Despesas de pessoal(Nota 18)	-8.507	-6.281
Despesas administrativas (Nota 19)	-5.232	-2.979
Despesas de Depreciação	-931	-384
Despesas de Amortização	0	0
Despesas tributárias	-20	-12
Outras receitas operacionais (Nota 20)	1.121	849
Outras despesas operacionais (Nota 21)	-4.695	-3.531
Resultado operacional	8.294	4.831
Resultado não operacional	5	11
Resultado antes dos tributos	8.299	4.842
Tributos sobre o lucro	-9	-2
Provisão para imposto de renda	-4	-1
Provisão para contribuição social	-5	-1
Sobras (perdas) do exercício	8.290	4.840

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: E6E0A909-245B-4C96-8FF1-318C08D203FA

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia**Demonstração de sobras ou perdas abrangentes (DSPA)****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Demonstração do resultado abrangente		
Sobras líquidas do exercício	8.290	4.840
Outros resultados abrangentes	0	0
Total das sobras abrangentes do exercício	<u>8.290</u>	<u>4.840</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: E6E0A909-245B-4C96-8FF1-318C08D203FA

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras (perdas) acumuladas	Total
Em 1 de janeiro de 2020	17.908	1.607	907	20.422
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	666	241	-907	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	5.205	0	0	5.205
Baixas de capital	-1.287	0	0	-1.287
Aporte de recursos feitos pelo fundo de expansão (Nota 16g)			300	300
Sobras (perdas) do exercício	0	0	4.840	4.840
Destinações legais e estatutárias	589	2.976	-3.778	-213
Fates	0	0	-213	-213
Fundos Voluntários	0	0	0	0
Fundos de Reserva	0	2.976	-2.976	0
Juros ao capital próprio	589	0	-589	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2020	23.081	4.824	1.362	29.267
Em 1 de janeiro de 2021	23.081	4.824	1.362	29.267
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	989	373	-1.362	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	7.499	0	0	7.499
Baixas de capital	-1.770	0	0	-1.770
Sobras (perdas) do exercício	0	0	8.290	8.290
Destinações legais e estatutárias	958	5.133	-7.028	-937
Fates	0	0	-424	-424
Fundos Voluntários	0	0	-513	-513
Fundos de Reserva	0	5.133	-5.133	0
Juros sobre o Capital Próprio	958	0	-958	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2021	30.757	10.330	1.262	42.349

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação	8.299	4.842
Ajustes as sobras/perdas líquidas	3.664	2.970
Despesas de depreciação e amortização	931	384
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.683	2.586
Provisão para passivos contingentes	50	0
Ganho com vendas de ativo imobilizado	0	0
Variações patrimoniais	-1.929	6.008
Operações de crédito	-67.675	-58.232
Outros créditos	-2.136	-983
Outros valores e bens	-61	118
Depósitos	27.432	29.107
Obrigações por empréstimos e repasses	41.695	34.648
Relações Interdependências	-2.099	1.987
Outras obrigações	915	-637
Imposto de renda e contribuição social pagos	-9	-2
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	10.025	13.818
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Valor recebido pela venda de imobilizado (Integralização)/Resgate de cotas de investimento	2.408	195
Aquisição de imobilizado de uso	-1.799	-2.077
Aplicação no intangível	-7.628	-1.597
Outros ajustes	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de Investimento	-7.019	-3.479
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização capital	7.499	5.205
Baixas Capital	-1.770	-1.287
Distribuição Sobras Pagamento	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	5.729	3.918
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.735	14.257
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.673	9.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	32.408	23.673

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações Gerais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia (Cooperativa), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cresol Central Baser ('Central Cresol'), localizada no município de Ji Paraná-RO. A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 02 de fevereiro de 2009 e tem por objetivos principais:

- (a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- (b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- (c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- (d) o estímulo ao desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Cresol.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e 5.764/1971, Lei Complementar 130 de 17 de Abril de 2009 e Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, Resolução nº 4747 de 29 de agosto de 2019, Resolução nº 4818 de 29 de maio de 2020, Resolução nº 4924 de 24 de junho de 2021, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já aprovados pelo CMN: CPC 00 (R2)-Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Homologado pela Deliberação CVM 835 de 11/12/2019; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.750/09; CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.335/16; CPC 33 - Benefícios a empregados, CMN nº 4245/2015. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelos órgãos reguladores.

Os CPC's, 10 - (R1) Pagamento Baseado em ações e 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Retificação de Erro, apesar de aprovados pelo CMN, não afetaram as demonstrações financeiras da Cooperativa.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A divulgação destas demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria em 11 de Março de 2022.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração das sobras ou perdas

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate ajustadas ao valor presente, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro que são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

Demonstração do Resultado com Ato Não Cooperativo

	2021	2020
Receita com Ato Não Cooperativo	295	106
Custo com Ato Não Cooperativo	237	146
Resultado com Ato Não cooperativos	58	-40
Tributos com Ato Não Cooperativo	9	2

O resultado de atos não cooperativos é imaterial e por essa razão não estão sendo apresentados na demonstração de sobras ou perdas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 35% do lucro tributável.

(b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composta por depósitos interfinanceiros, os saldos são evidenciados acrescidos da atualização mensal dos valores de acordo com a aplicação da taxa de juros praticada para cada aplicação.

(d) Títulos e valores mobiliários

São registrados de acordo com o valor das cotas informado pelos administradores dos fundos investidos. O saldo dos títulos e valores mobiliários são classificados na categoria 'Mantidos para negociação' tendo a fixação de preços dos ativos financeiros com base nos preços de mercado e seus ganhos e perdas reconhecidos na demonstração das sobras ou perdas (marcação a mercado)

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(f) Relações Interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Central Cresol, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo. Cabe ainda mencionar que este saldo possui a característica de Caixa e Equivalente de Caixa conforme previsto no CPC 03 devido sua alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas pro rata temporis até a data do balanço.

(h) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Período de atraso	Classificação do cliente
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível 'H' permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(g) Ativo permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

Edificações.....	4% a.a
Instalações,móveis e utensílios e sistemas de comunicação, segurança e transporte.....	10% a.a
Sistema de processamento de dados.....	20% a.a
Veículos.....	20% a.a

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(i) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 31 de dezembro de 2021.

(j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os depósitos à vista e a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(l) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex colaboradores, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os processos judiciais classificados como risco remoto não são provisionados e nem divulgados.

(m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(n) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

(o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(p) Resultado não recorrente

Conforme Resolução nº2 do BCB, a administração não identificou no período de 2020 e 2021 resultados não recorrentes, sendo que as sobras de R\$ 8.290 em 31 de dezembro de 2021 (2020 – R\$ 4.840) são oriundos das operações normais da Cooperativa.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.**
- As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
- 5 Estrutura de gerenciamento de riscos**
- A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.
- O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.
- Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.
- (a) Risco de crédito**
- O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).
- (b) Risco de mercado e risco de liquidez**
- A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades da Cresol.
- A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.
- Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.
- (c) Risco operacional**
- O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das do Sistema Cresol;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Disponibilidades e relações interfinanceiras

	2021	2020
Disponibilidades	4.641	3.544
Relações interfinanceiras	27.767	20.129
	<u>32.408</u>	<u>23.673</u>

Disponibilidades

São os recursos disponíveis e utilizados pela Cooperativa para a movimentação financeira com o objetivo de receber valores financeiros e pagar compromissos financeiros de curto prazo e rotineiros.

Relações interfinanceiras

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 80,00 % do CDI (2020 - 80%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita apresentada foi de R\$ 1.037 (2020 - R\$ 246) registrada na rubrica receitas de intermediação financeira na demonstração de sobras ou perdas.

7 Operações de crédito

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação (líquido de PCLD)

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Operações de crédito - Recursos próprios				
Empréstimos e títulos descontados	61.613	32.525	94.138	56.174
Financiamentos Rurais e agroindustriais	401	94	495	904
Financiamentos	9.456	16.394	25.850	27.326
Operações de crédito - Recursos por repasses				
Financiamentos Rurais e agroindustriais	58.977	72.158	131.135	101.629
(-) Provisão para Crédito de Liquidações Dúvidosas	-2.542	-2.361	-4.903	-4.310
Carteira total	<u>127.905</u>	<u>118.810</u>	<u>246.715</u>	<u>181.723</u>

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das operações de recursos próprios é de 20,79% ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 25.046 (2020 - R\$ 15.933, com remuneração média de 18,88%) e a remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das operações de recursos por repasses é de 5,18 % ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 6.790 (2020-R\$ 5.237 e a remuneração média foi de 5,15%) registrado na rubrica operações de crédito das demonstrações de sobras ou perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
	2021	2020	2021	2020
Nível AA	0	0	0	0
Nível A	133.306	115.476	-667	-577
Nível B	101.962	59.929	-1.020	-599
Nível C	9.549	4.899	-286	-147
Nível D	3.115	2.298	-311	-230
Nível E	994	650	-298	-195
Nível F	639	385	-319	-192
Nível G	170	87	-119	-61
Nível H	1.883	2.309	-1.883	-2.309
Total	251.618	186.033	-4.903	-4.310

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações, quando existentes estão assim compostas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança - com operações de limite cartão	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

(d) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do período	4.310	3.000
Constituição	2.683	2.586
Baixados a Prejuízo	-2.090	-1.276
	<u>4.903</u>	<u>4.310</u>

(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rural		
Pessoa física	208.646	153.859
Pessoa jurídica	42.972	32.174
	<u>251.618</u>	<u>186.033</u>

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Distribuição por faixa de vencimento

	2021	2020
Operações vencidas		
Até 30 dias	1.722	845
Entre 31 e 60 dias	516	123
Entre 61 e 90 dias	138	61
Entre 91 e 120 dias	77	56
Entre 121 e 150 dias	45	84
Entre 151 e 180 dias	46	48
Entre 181 e 240 dias	61	164
Entre 241 e 300 dias	48	114
Entre 301 e 360 dias	135	77
Entre 361 e 540 dias	52	0
	<u>2.840</u>	<u>1.572</u>
Operações a vencer		
Até 30 dias	18.073	10.554
Entre 31 e 60 dias	14.642	7.853
Entre 61 e 90 dias	7.412	8.614
Entre 91 e 180 dias	39.720	18.253
Entre 181 e 360 dias	48.720	34.473
Entre 361 e 720 dias	41.826	43.584
Entre 721 e 1080 dias	27.155	20.837
Entre 1081 e 1440 dias	18.561	15.479
Entre 1441 e 1800 dias	12.662	9.973
Entre 1801 e 5400 dias	15.999	12.409
Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)	4.008	2.432
	<u>248.778</u>	<u>184.461</u>
	<u>251.618</u>	<u>186.033</u>

(g) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

	2021	2020
Operações		
Renegociadas	7.569	4.407
Lançadas contra prejuízo	2.038	1.276
Recuperadas de prejuízo (Nota 20)	413	423

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outros créditos

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

(a) Rendas a Receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de Spread a receber Repasses Central	2.735	1.597
	<u>2.735</u>	<u>1.597</u>

(b) Diversos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	4	12
Cartão de crédito	0	0
Devedores por compras de valores e bens	0	0
Provisão por Venda de Bens	0	0
Adiantamento por conta de imobilizações	2.434	0
Tributos a compensar	0	0
Imposto de renda a recuperar	0	0
Títulos e créditos a receber	0	0
Devedores diversos - País	73	9
	<u>2.511</u>	<u>1.513</u>

9 Outros valores e bens

Os saldos de outros valores e bens, estão assim demonstrados:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bens não de uso próprio	0	0
Material de estoque	0	0
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Permanente - Investimentos

(a) Investimentos

	2021	2020
Participação na Central Cresol (*)	6.705	4.906
Participação na Base Regional	0	0
Participação em outras empresas	0	0
	<u>6.705</u>	<u>4.906</u>

(*) Participação em 2021 referente a 8,59% (2017 - 6,28%) do capital social da Central Cresol.

(b) Imobilizado de Uso

	2021				2020	
	Aquisições	Alienações	Depreciação Custo	Baixa Depreciação	Liquido	Liquido
Imobilizações em Curso	2.399	-1.909	0	0	635	145
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Edificações	1.000	-12	-11	0	1.070	93
Móveis e Equipamentos	3.519	-527	-874	35	4.144	1.991
Veículos	0	0	0	0	0	0
Benefetorias em Imóveis de Terceiros	710	0	-46	5	866	197
	<u>7.628</u>	<u>-2.448</u>	<u>-931</u>	<u>40</u>	<u>6.715</u>	<u>2.426</u>

(c) Intangível

	2021			2020	
	Aquisições	Alienações	Amortizações	Liquido	Liquido
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

11 Depósitos

Os depósitos são constituídos pelos saldos mantidos pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2021	2020
Depósitos à vista	24.005	22.621
Depósitos a prazo	61.922	35.883
Depósitos em Poupança	9	0
	<u>85.936</u>	<u>58.504</u>

As despesas com captação do exercício foram de R\$ 1.770 e o percentual médio de remuneração anual foi de 2,86% (2020-R\$763 e o percentual médio de remuneração anual foi de 2,13%), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Relações interdependências

As Relações interdependências, classificadas no passivo estão assim compostas:

	2021	2020
Cartão Crédito	109	145
Outros	151	311
Pagamentos Instantâneos	0	1.903
	260	2.359

13 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Central Cresol Baser	74.270	90.659	164.929	123.234
	0	0	0	0
	0	0	0	0
	74.270	90.659	164.929	123.234

O grupo Obrigações por empréstimos refere-se a recursos tomados junto a Central Cresol Baser, com vencimento até 15 de fevereiro de 2028. Os encargos financeiros são calculados pro rata dia e as taxas estão de acordo com a modalidade de cada empréstimo bancário, sendo PRONAF (1% a 5,5%) e PRONAMP (5,5% a 7,5%). As taxas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional e incidem diretamente sobre o saldo devedor. A taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados com a Central Cresol Baser foi de 5% ao ano (2020–5% a.a), representando uma despesa de R\$ 8.950 (2020- R\$6.226), lançada na rubrica “Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses” na demonstração de sobras ou perdas.

14 Outras obrigações - diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1	0
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1	0
Provisão para pagamento a efetuar	809	528
Credores diversos - País	647	586
Outras provisões	0	0
Repasse a operadora de cartão	0	0
	1.458	1.114

Os grupos 'Provisão para pagamentos a efetuar' e 'Credores diversos-País' referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

15 Provisão para passivos contingentes

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa avaliou a existência de passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável. Quando existentes estes passivos devem ser provisionados.

Além disso, a Cooperativa analisa a existência de ações de natureza cível, trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e remotos, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída:

Natureza	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2021	Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2020
Tributária	Provável	0	0	0
Tributária	Possível	0		

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhista	Provável	0	0	0
Trabalhista	Possível	0		
Cível	Provável	50	50	0
Cível	Possível	5		
		<u>55</u>	<u>50</u>	<u>0</u>

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Números de associados	8.500	7.281
Capital social - milhares de reais	30.757	23.081

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado.

(c) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa havia provisionado a título de juros sobre capital próprio o valor de R\$ 958 (2020- R\$589).

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento dos juros foi incorporado às cotas de capital.

(d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10,00%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 70,00% como fundo de reservas sobre as sobras líquidas do exercício.

(e) **FATES**

De acordo com artigo 28, inciso II, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5,00%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 5,00% como FATES sobre as sobras líquidas do exercício.

(f) **Destinação do resultado acumulado**

Na Assembleia Geral Ordinária de 05 de Março de 2021, foi aprovada a destinação das sobras do exercício de 2020 de R\$ -1.362 sendo R\$ 989 para distribuição aos associados através de integralização de capital, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a cooperativa no exercício de 2020 e R\$ 373 para o fundo de reserva (2019 - R\$ -907, sendo R\$ 241 para fundo de reserva, R\$ 666 para aumento de capital). Na Assembleia Geral Ordinária de 05 de Março de 2021, foi

(g) **Aporte do Fundo de expansão**

Conforme permitido pelo artigo 5 do Regimento do Fundo de Expansão da Central Cresol Baser, a Cooperativa acessou o fundo de Expansão para construir ou reestruturar agência de relacionamento ou cooperativa sede. Este Fundo é para uso das cooperativas singulares para expansão, fortalecendo as cooperativas, garantindo solidez ao sistema, e socorrer cooperativas c/ acúmulo de prejuízos.

17 **Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de serviços bancários	0	12
Rendas de tarifas bancárias	2.578	2.231
Rendas com serviços de cartão de crédito	651	249
Renda com serviços de seguros	712	820
Rendas com serviços de spread sobre recebimento de títulos	38	17
Rendas de spread operações de repasse	2.943	1.965
Outras receitas diversas	166	34
	<u>7.088</u>	<u>5.328</u>

18 **Despesas de pessoal**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Honorários pagos a diretores e conselheiros (Nota 23)	423	519
Proventos	3.957	2.760
Encargos sociais	1.513	1.050
Benefícios	2.532	1.903
Treinamentos	82	49
Remuneração a estagiários	0	0
	<u>8.507</u>	<u>6.281</u>

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19	Despesas administrativas	2021	2020
	Serviços do sistema financeiro	407	486
	Outras despesas administrativas	202	114
	Aluguéis	1.060	519
	Serviços de terceiros	621	126
	Serviços de vigilância e segurança	42	6
	Transporte	153	119
	Processamento de dados	87	88
	Promoções e relações públicas	479	116
	Despesa de comunicações	343	239
	Seguros	108	50
	Água, energia e gás	269	179
	Serviços técnicos especializados	125	41
	Material	289	135
	Manutenção e conservação de bens	418	344
	Propaganda e publicidade	230	103
	Despesas com Viagens	147	66
	Despesas com ressarcimento de custos conselheiros	1	0
	Despesas com copa e cozinha	28	17
	Despesas com custas judiciais	94	65
	Despesas de Cartórios	5	27
	Despesas com Assembléias Gerais	0	63
	Despesas de Uniformes	74	26
	Despesas de diárias e estadias	0	50
	Publicações	0	0
	Despesa com outras provisões	50	0
	Provisão para desvalorização de Bens não de Uso	0	0
		<u>5.232</u>	<u>2.979</u>
20	Outras receitas operacionais	2021	2020
	Recuperação de encargos e despesas	42	39
	Reversão de provisões operacionais	0	1
	Rendas de títulos e valores mobiliários	5	7
	Recuperação de créditos baixados a prejuízo (Nota 7 (g))	413	423
	Rateio antecipado de custos	49	66
	Doações recebidas	81	0
	Recuperação de custos projeto seguros	0	0
	Outras rendas operacionais	531	313
		<u>1.121</u>	<u>849</u>
	O montante de R\$ 531 refere-se a R\$ 65 de recuperação de despesas com falhas sistemas, R\$ 81 de ressarcimento de plano de saúde, R\$ 49 de rateio de custos, R\$ 81 de doações recebidas, R\$ 222 de ressarcimentos por convênios e R\$ 33 são outras rendas		
21	Outras despesas operacionais	2021	2020
	Despesa do fundo garantidor de depósito	109	67
	Descontos concedidos em renegociações	209	573

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas com Convênio Cooperativa Central (Nota 23)	830	683
Prejuízo com Adiantamento a Depositantes	0	0
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 23)	0	0
Despesas com Consultas CAD (SPC/SERASA)	0	0
Despesas com operações de caixa	0	0
Despesas com administração de cartão crédito	531	431
Despesas com Fundo de Liquidez e Expansão	521	261
Despesas com Rateio de Custos Confederação	1.777	1.107
Despesas com perdas operacionais	422	237
Despesas com Processos Judiciais	2	0
Despesas com Mensalidades Infocis/Unicafes	45	44
Despesas com ISSQN	10	4
Despesas de Atualização de Impostos	0	0
Outros	239	124
	<u>4.695</u>	<u>3.531</u>

22 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas na rubrica Despesas de Pessoal (Nota 18) valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada a performance da Cooperativa. A Legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com as regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da Categoria e devidamente registrado ao Ministério do Trabalho.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor provisionado é de R\$ 889 (2020- R\$ 684).

23 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos à vista		
Pessoas físicas	<u>31</u>	<u>2</u>
Depósitos a prazo		
Pessoas físicas	<u>483</u>	<u>87</u>
Operações de crédito	<u>740</u>	<u>124</u>
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave (Nota 18)	<u>423</u>	<u>519</u>

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, são os seguintes os saldos com a parte relacionada Central Cresol:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Centralização Financeira – cooperativas (Nota 6)	27.767	20.129
Remuneração da Centralização Financeira	1.037	246
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	164.929	123.234
Despesas com operações de empréstimos e repasses	8.950	6.226
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 21)	0	0

As despesas da Central Cresol são rateadas mensalmente para as cooperativas e ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

Parte do Orçamento anual da Central Cresol Baser é proveniente das mensalidades das cooperativas e ela filiadas, sendo que o rateio é realizado de acordo com o total dos ativos das Cooperativas, aplicando-se o percentual de 0,0122% sobre os ativos. Sendo a contribuição mínima de R\$ 5 e a máxima de R\$ 100.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de despesas rateada para a Cooperativa foi de R\$ -830(2020 - R\$ -683), alocadas no grupo 'Outras despesas operacionais' na demonstração de sobras ou perdas (Nota 21).

24 Patrimônio de Referência e Capital Mínimo

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), conforme orienta as resoluções 4.192 e 4.193, ambas de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	42.349	29.268
Referência nível mínimo requerido	15.723	17.693
Referência capital mínimo requerido	14.459	14.634
Imobilizado para cálculo do limite		
Índice de imobilização (limite 50%) - %	46,41	17,00

Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária da Amazônia

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus COVID-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vêm afetando o Brasil e diversos países do mundo, trazendo riscos a Saúde Pública e impactos na economia Mundial, a cooperativa informa que, de acordo com o Plano Corporativo de resposta à Pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades da saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança de seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e a continuidade das operações e dos negócios.

O Comitê de Crise da Cooperativa está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. Estamos avaliando o assunto também junto aos nossos cooperados. Até o momento não é possível estimar os impactos que a pandemia poderá trazer para o mercado em geral e para os nossos negócios.

Adicionalmente, considerando a análise das informações e dados que temos até o momento, não temos visibilidade de impactos relevantes em nossas Demonstrações Financeiras ou indícios que impliquem em mudanças em nossas estimativas contábeis decorrentes do COVID-19.

Por fim, informamos que até o presente momento, não tivemos impactos relevantes relacionados a atrasos e provisões em nossas operações por conta do COVID-19, já que o nosso público principal é ligado ao agronegócio. Identificamos nesse período um aumento nas solicitações para renegociações de operações, buscando um prazo maior para o pagamento das mesmas, por parte dos cooperados. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos cooperados, colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos a eventuais restrições legais Federais, Estaduais e Municipais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar se seremos impactados, bem como a mensuração desses impactos. Ressaltamos que nosso principal público é vinculado ao agronegócio e estamos na grande maioria, nas pequenas cidades.

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: E6E0A909245B4C968FF1318C08D203FA	Status: Concluído
Assunto: DocuSign: Demonstração Financeira 2021 12_1089.pdf	
Envelope fonte:	
Documentar páginas: 30	Assinaturas: 1
Certificar páginas: 2	Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado	Remetente do envelope:
Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Ativado	Luis Parron
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
	São Paulo, SP 05001-100
	luis.parron@pwc.com
	Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Luis Parron	Local: DocuSign
11 de março de 2022 19:14	luis.parron@pwc.com	
Status: Original	Portador: CEDOC Brasil	Local: DocuSign
11 de março de 2022 19:48	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	

Eventos do signatário

Adriano Machado
a.machado@pwc.com
PwC BR

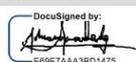
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Assinatura

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Usando endereço IP: 201.56.164.188

Registro de hora e data

Enviado: 11 de março de 2022 | 19:14
Visualizado: 11 de março de 2022 | 19:48
Assinado: 11 de março de 2022 | 19:48

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Luis Parron
luis.parron@pwc.com
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 11 de março de 2022 | 19:48
Visualizado: 11 de março de 2022 | 19:48
Assinado: 11 de março de 2022 | 19:48

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado Com hash/criptografado 11 de março de 2022 | 19:14

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	11 de março de 2022 19:48
Assinatura concluída	Segurança verificada	11 de março de 2022 19:48
Concluído	Segurança verificada	11 de março de 2022 19:48

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------